

unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FULHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara

ALEX MOREIRA

**A EMERGÊNCIA DO SUJEITO BANDIDO E AS
TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO CRIME:
NOVAS IDENTIDADES EM CONTEXTOS DE
MODERNIDADE PERIFÉRICA RADICALIZADA**



 **CAPES**

ARARAQUARA - SP
2018

ALEX MOREIRA

**A EMERGÊNCIA DO SUJEITO BANDIDO E AS
TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO CRIME:
NOVAS IDENTIDADES EM CONTEXTOS DE
MODERNIDADE PERIFÉRICA RADICALIZADA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Estado, Sociedade e Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Milton Lahuerta

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – 88881.133725/2016-01.

ARARAQUARA – SP
2018

Moreira, Alex
A EMERGÊNCIA DO SUJEITO BANDIDO E AS
TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO CRIME: NOVAS IDENTIDADES
EM CONTEXTOS DE MODERNIDADE PERIFÉRICA RADICALIZADA /
Alex Moreira – 2018
154 f.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) –
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita
Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus
Araraquara)
Orientador: Milton Lahuerta

1. Modernidade. 2. Identidade. 3. Banditismo. 4.
Desigualdade Social. 5. Crime Organizado. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ALEX MOREIRA

**A EMERGÊNCIA DO SUJEITO BANDIDO E AS TRANSFORMAÇÕES
NO MUNDO DO CRIME: NOVAS IDENTIDADES EM CONTEXTOS DE
MODERNIDADE PERIFÉRICA RADICALIZADA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Estado, Sociedade e Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Milton Lahuerta

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - 88881.133725/2016-01.

Data da Defesa: 21/12/2018

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Milton Lahuerta
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Membro Titular: Profa. Dra. Renata Medeiros Paoliello
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Membro Titular: Profa. Dra. Ana Paula Silva
Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas

Membro Titular: Profa. Dra. Alessandra Santos Nascimento
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Membro Titular: Prof. Dr. Gabriel Burnatelli de Antonio
Instituto Federal de São Paulo - IFSP

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

“A propriedade é um roubo, portanto não sou ladrão”.

“Por que roubo? Roubo porque preciso. O roubo para mim é um processo natural, um processo de vida tão justo como qualquer outro. Já trabalhei honestamente. Que ganhava eu? Uma miséria. O salário que me davam não bastava para minhas necessidades mais urgentes”.

“Jamais roubei um pobre. Só me interessa tirar dos ricos, e tirar joias, que são bens supérfluos que só servem para alimentar a vaidade”.

Gino Amleto Meneghetti (1878-1976)

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço, com especial carinho, meu orientador Prof. Dr. Milton Lahuerta não apenas pela orientação acadêmica, mas principalmente pela amizade construída ao longo de toda minha trajetória acadêmica.

Sou muito grato ao Prof. Dr. Terrell Carver por aceitar me supervisionar durante o período em que estive pesquisando na Universidade de Bristol no Reino Unido.

Às Profa. Dra. Ana Paula Silva e Profa. Dra. Renata Medeiros Paoliello, pelas considerações feitas na banca de qualificação.

Agradeço a todos os integrantes da banca de defesa pela leitura cuidadosa do texto, pelas sugestões e pelas críticas que fortaleceram a construção do trabalho final. Portanto, muito obrigado Prof. Dr. Milton Lahuerta, Profa. Dra. Ana Paula Silva, Profa. Dra. Renata Medeiros Paoliello, Profa. Dra. Alessandra Santos Nascimento e Prof. Dr. Gabriel Henrique Burnatelli de Antonio.

A todos os amigos e companheiros de trabalho do Laboratório de Política e Governo da UNESP. Com este grupo aprendi muito.

Devo agradecimentos especiais aos amigos e amigas com quem pude contar em todos os momentos dessa trajetória. Muito obrigado Gi, Eli, Rafael, Gabriel e Ana Paula.

Agradeço com muito carinho à família Bower. Laura, Ralph, Rowan, Barney e Joel (The Little Viking) que nos receberam em sua casa em Portishead durante o período de estudos em Bristol.

Para terminar, agradeço à Pri, minha companheira de todas as horas. Sem ela eu não seria capaz de cumprir esse trajeto. Obrigado por tudo, por cada momento de alegria, por me suportar, por me fazer querer continuar.

RESUMO

De maneira sintética, vislumbramos realizar uma investigação sociológica acerca da construção da identidade do sujeito bandido e do mundo do crime no Brasil. Para isso, nos apoiaremos nas teorias que partem dos estudos sobre modernidade e identidade desenvolvidos por autores como: Ulrich Beck, Anthony Giddens, Stuart Hall, dentre outros. Em nosso entendimento, estes autores observam que as sociedades atuais vivem um processo de radicalização da modernidade que desencadeia transformações econômicas, políticas, culturais e sociais profundas. A partir dessas análises intentamos compreender como as transformações oriundas do processo de modernização interferem na configuração das identidades construídas tendo o mundo do crime como um de seus referenciais axiológicos, possibilitando aos sujeitos assumirem a identidade criminosa como sua identidade social, apoiados na organização das atividades criminosas, cujo grau de sofisticação pode ser observado na atuação das facções nos grandes centros urbanos brasileiros. Após a discussão acerca da modernidade e suas transformações a tese seguirá o seguinte curso: primeiro faremos um resgate histórico biográfico de bandidos com trajetórias de destaque no cenário nacional. Tal resgate será feito através de arquivos da imprensa sobre esses sujeitos e obras biográficas e/ou autobiográficas que possuam como enredo a atuação desses criminosos para que, a partir desse material analisemos as trajetórias individuais e contextualizemos essas trajetórias com o momento histórico, político e social de cada personagem. Esperamos com isso compreender os processos de construção identitária que envolviam os bandidos biografados. Geograficamente, esses personagens estão limitados às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, pois ao considerarmos a sofisticação da organização do crime, estamos colocando em cena a capacidade do mundo do crime em se articular, cooptando a população de uma determinada comunidade em nome de uma aparente manutenção da ordem, assumindo o papel de grupo detentor do poder local, fenômeno que pode ser observado tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro. Trabalhamos com a seguinte hipótese: a criminalidade tornou-se uma possibilidade de construção identitária e uma opção de estilo de vida válido diante do caos provocado pela pluralidade de estilos de vida dispostos pelas transformações da modernidade, que fragmenta e desloca as identidades das estruturas sociais. Desta forma, optar por construir uma identidade tendo o crime como referencial significa escolher um estilo de vida coletivo que aponte caminhos e normas capazes de reger a vida em sociedade.

Palavras-chave: Modernidade. Identidade. Banditismo. Desigualdade Social. Crime Organizado.

ABSTRACT

In a synthetic way, we envisage conducting a sociological investigation about the construction of the identity of the bandit subject and the world of crime in Brazil. For this, we will support us on the theories that start from the studies on modernity and identity developed by authors like Ulrich Beck, Anthony Giddens, Stuart Hall, among others. In our understanding, these authors observe that today's societies are living a process of radicalization of modernity that triggers profound economic, political, cultural and social transformations. Based on these analyses, we try to understand how the transformations arising from the modernization process interfere in the configuration of the constructed identities, having the world of crime as one of its axiological references, allowing the subjects to assume the criminal identity as their social identity, supported in the organization of criminal activities, whose sophistication can be observed in the performance of the criminal factions in the great Brazilian urban centres. After the discussion about modernity and its transformations, the thesis will set the following course: first, we will make a historical biographical rescue of bandits with trajectories of prominence in the national scene. Such rescue will be done through archives of the press about these subjects and biographical and/or autobiographical works that have as a plot the action of these criminals so that, from this material, we analyse the individual trajectories and contextualize these trajectories with the historical, political and social moment of each character. We hope to understand the processes of identity construction that involved the criminals. Geographically, these characters are limited to the cities of São Paulo and Rio de Janeiro, because when we consider the sophistication of crime organization, we are putting in the scene the capacity of the crime world to articulate, coopt the population of a certain community in the name of an apparent maintenance of order, assuming the role of a group holding local power, a phenomenon that can be observed both in São Paulo and Rio de Janeiro. We work with the following hypothesis: crime has become a possibility of identity construction and a valid lifestyle option in the face of the chaos provoked by the plurality of lifestyles disposed of by the transformations of modernity that fragments and dislocates the identities of social structures. In this way, choosing to construct an identity with crime as base values means choosing a collective way of life that shows ways and norms capable of governing life in society.

Keywords: Modernity. Identity. Banditry. Social inequality. Organized crime.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
OBJETIVOS E METODOLOGIA	13
CAPÍTULO I	15
TRANSFORMAÇÕES E DESCONTINUIDADES: MODERNIDADE E IDENTIDADE NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	15
Reflexões a partir da ideia de Radicalização da Modernidade	16
Identidades Destradicionalizadas e Individualizadas: reflexões a partir das teorias de Ulrich Beck.....	19
Identidades Globalizadas e Multiplicidade de Estilos de Vida: reflexões a partir das teorias de Anthony Giddens	27
A Fragmentação dos Sujeitos e a construção de Identidades Flexíveis, Múltiplas e Contraditórias: reflexões a partir das teorias de Stuart Hall.....	38
CAPÍTULO II.....	48
CONTEXTOS HISTÓRICOS DA FIGURA DO BANDIDO BRASILEIRO: BIOGRAFIAS NOTÁVEIS	48
Apresentação do Capítulo.....	49
Diogo da Rocha Figueira (1863-1897).....	50
Gino Amleto Meneghetti (1878-1976).....	54
Manoel Moreira (1941-1964)	59
As Artes, os Movimentos Marginais e o Banditismo	63
O Sujeito Bandido e o Banditismo Social no Brasil.....	71
CAPÍTULO III.....	78
AS MUDANÇAS DO ETHOS BANDIDO E DO MUNDO DO CRIME	78
O Encarceramento enquanto Política de Segurança Pública	79
Os Desdobramentos do Encarceramento em Massa no Brasil	84
As origens e a consolidação do Primeiro Comando da Capital.....	89

As classificações do PCC do ponto de vista acadêmico.....	97
As transformações e as lideranças do PCC.....	109
As facções transpõem fronteiras	117
As Políticas de Encarceramento do estado de São Paulo e as Novas Identidades Bandidas	121
CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
Análises e Considerações Finais.....	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	141
ANEXOS	146

INTRODUÇÃO

As ciências sociais brasileiras das últimas décadas, especificamente a partir de meados dos anos de 1990, vêm desenvolvendo intenso trabalho de pesquisa acadêmica tendo como centro de suas discussões a criminalidade, a violência e os direitos humanos. Podemos dizer que esses temas ganham destaque por conta das condições enfrentadas pela sociedade brasileira que vê as taxas de criminalidade e violência crescerem vertiginosamente e, conseqüentemente, o sentimento de insegurança aumentar sem que o poder público ofereça respostas eficazes e adequadas para tais questões. Assim sendo, aqueles assuntos antes encerrados no âmbito das ciências jurídicas agora ocupam intelectuais da sociologia, da antropologia e das ciências políticas preocupados em explicar e compreender os fenômenos da violência e da criminalidade no país.

Esse trabalho nasce seguindo essa linha de raciocínio e também da necessidade de prosseguir com a pesquisa iniciada e, em parte, realizada durante elaboração da dissertação de mestrado defendida em 2012 na Universidade Federal de São Carlos. Naquele momento estávamos concentrados em uma análise focada, principalmente no grupo criminoso Primeiro Comando da Capital, no entanto, mesmo sendo o objeto da pesquisa o grupo e não o indivíduo em diversas ocasiões a atenção voltava-se naturalmente para a figura e para condição do sujeito bandido. E, juntamente com essa figura emergia o cenário do mundo do crime, um ambiente que observado superficialmente parece ser um subproduto da sociedade, mas na verdade é um elemento chave da sociedade, uma vez que possibilita ao criminoso movimentar-se, atuar e conquistar *status* para enfim, assumir-se bandido e, de fato, tornar essa condição sua identidade social. Diante desse quadro nossa proposta é apresentar um estudo a partir de uma investigação sociológica acerca da criminalidade, principalmente nos concentrando sobre a construção da identidade do sujeito bandido no mundo do crime brasileiro.

Sobre o mundo do crime trabalhamos com a definição de Feltran, pois concordamos com o autor quanto à afirmação que trata esse conceito como um “conjunto de códigos e sociabilidades que se estabelecem, no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, de roubos e furtos” (FELTRAN, 2008a, p.93). Já no que diz respeito ao conceito do termo bandido, tomamos como referência para nossas análises as reflexões de Misse acerca do tema. Sendo assim, para a compreensão sobre o esse conceito é preciso entender como um sujeito pode vir a tornar-se identificável enquanto bandido ou sujeito criminoso. Para tanto, Misse nos demonstra que na sociedade brasileira, “desenvolveu-se um persistente processo de

sujeição criminal” (MISSE, 2010, p.18), nesse sentido o conceito de sujeição criminal, segundo o autor,

[...] é proposto com a finalidade de determinar três dimensões incorporadas na representação social do “bandido” e de seus tipos sociais. A primeira dimensão é a que seleciona um agente a partir de sua trajetória crimínável, diferenciando-o dos demais agentes sociais, através de expectativas de que haverá, em algum momento, demanda de sua incriminação. A segunda dimensão é a que espera que esse agente tenha uma “experiência social” específica, obtida em suas relações com outros bandidos e/ou com a experiência penitenciária. A terceira dimensão diz respeito à sua subjetividade e a uma dupla expectativa a respeito de sua autoidentidade: a crença de que o agente não poderá justificar sensatamente seu curso de ação ou, ao contrário, a crença em uma justificação que se espera que esse agente dê (ou que possa ser dada legitimamente a ele) para explicar por que segue reiteradamente nesse curso de ação crimínável. (MISSE, 2010, p.24)

Ainda seguindo as ideias do autor a sujeição criminal nos leva a compreender que bandido é

[...] um sujeito não revolucionário, não democrático, não igualitário e não voltado ao bem comum. [...], o sujeito criminal que é produzido pela interpelação da polícia, da moralidade pública e das leis penais. Não é qualquer sujeito incriminado, mas um sujeito por assim dizer “especial”, aquele cuja morte ou desaparecimento podem ser amplamente desejados. Ele é agente de práticas criminais para as quais são atribuídos os sentimentos morais mais repulsivos, o sujeito ao qual se reserva a reação moral mais forte e, por conseguinte, a punição mais dura: seja o desejo de sua definitiva incapacitação pela morte física, seja o ideal de sua reconversão à moral e à sociedade que o acusa. (MISSE, 2010, p.17)

Portanto, absorvemos e trazemos para este trabalho as reflexões de Misse com o objetivo de compreender o sujeito que assume sua condição de bandido diante, não só do mundo do crime, bem como frente aos outros sujeitos não ativos socialmente enquanto criminosos, pois trabalhamos com a ideia de que o crime pode ser encarado como mais um estilo de vida dentre as opções existentes. Exemplo disso pode ser observado na tese de doutorado e no livro de Feltran, onde o autor acompanha jovens atores sociais da periferia inscritos no mundo do crime e demonstra que a atividade ilícita, em certa medida, pode ser uma opção legítima de conduzir a vida, principalmente em função das recompensas rápidas obtidas através do crime frente às dificuldades de obter sucesso, essencialmente financeiro, com o trabalho legalizado (FELTRAN, 2011).

Para realizar este trabalho, em um primeiro momento, estabeleceremos uma discussão que contemple a configuração da modernidade contemporânea. Para tanto, o início da

argumentação tem como objetivo deixar claro de qual modernidade trataremos, sendo assim, nesse primeiro momento, tomaremos como norte teórico estudos das ciências sociais apontando para transformações constantes da modernidade dentro da própria modernidade cujos efeitos atingem diretamente o modo de viver das pessoas. Paralelamente, buscaremos demonstrar como as transformações da modernidade contemporânea possuem relação e causam mudanças na construção das identidades modernas de modo geral, estabelecendo diálogos entre autores das ciências sociais que tratam tanto do tema modernidade quanto do tema identidade, para isso buscaremos estabelecer as conexões entre os conceitos observando as transformações sofridas nesses campos. Feito isso, apoiados nas teorias já apresentadas, nos lançaremos à análise do nosso objeto, qual seja, a identidade do sujeito bandido e, neste momento, nos concentraremos sobre uma questão imperativa para este trabalho adotada como hipótese: principalmente no Brasil das últimas décadas, o crime, em nosso entendimento, concretizou-se como um modelo de vida viável e até aceitável onde é possível construir biografias e identidades.

Após esta etapa a pesquisa se desenvolverá da seguinte forma: em um primeiro momento realizaremos um resgate histórico do criminoso no país, buscando compreender a construção da identidade social do sujeito bandido brasileiro. Essa etapa do trabalho se concentrará em períodos específicos, pois, adotaremos biografias de criminosos notáveis para que, a partir dessas trajetórias possamos traçar uma análise capaz de colaborar com a compreensão do fenômeno da criminalidade brasileira. Para tanto, faremos aqui um breve estudo histórico-sociológico dos processos de construção de identidades no Brasil de modo geral e em seguida buscaremos elementos resultantes desses processos que nos auxiliem a compreender nosso objeto; em um segundo momento as atenções se concentrarão na figura do bandido do final do século XX e início do século XXI, um sujeito que assume sua condição de criminoso ao se afirmar socialmente enquanto bandido. Nesse sentido, retomaremos o trabalho com os dispositivos de construção de identidades, no entanto, desta vez, pautados pela perspectiva das transformações decorrentes dos processos de radicalização da modernidade, pois, entendemos que esse movimento, para além de influenciar o modo de vida das pessoas inseridas nas estruturas sociais legais, quando aliado às peculiaridades da vida no mundo do crime também desencadeia mudanças nesse ambiente que, por consequência, influenciam o comportamento e a formação da identidade do sujeito bandido.

Juntamente ao resgate histórico das figuras de bandidos históricos lançaremos à tarefa de compreender e identificar como o sujeito bandido é assimilado e incorporado pelas estruturas sociais das comunidades periféricas. Para tanto realizaremos breves incursões às artes nos apoiando nas manifestações artísticas marginais, sendo assim, teremos como norte para essas

análises, principalmente a literatura, a música e o cinema. Nossa intenção com isso é extrair dessas manifestações artísticas ferramentas que nos auxiliem a entender o ator social em questão partindo do pressuposto de que a arte é um tipo de manifestação da realidade através da utilização de metáforas, cabendo ao pesquisador analisá-las e interpretá-las.

Ao estruturarmos a análise de modo a contemplar as transformações da modernidade e suas influências sobre o mundo do crime intentamos obter um resultado que nos auxilie compreender quais foram os caminhos percorridos pelo sujeito bandido ao longo da construção de sua identidade e as transformações pelas quais passaram o mundo do crime e o próprio bandido, considerando que essas mudanças proporcionaram a esse sujeito e a esse cenário um grau de sofisticação capaz de alcançar o patamar que se pode observar atualmente, a partir, por exemplo, da organização do Primeiro Comando da Capital. Como dito anteriormente, as ciências sociais do Brasil, desde de meados dos anos de 1990, dedicam especial atenção às pesquisas no campo da criminalidade, portanto, há uma vasta gama de trabalhos acadêmicos importantes e inovadores nessa área com os quais esse trabalho está dialogando com o intuito de aprofundar as análises e estudos sobre o tema em questão, pois, lançamo-nos a uma investigação que explora aspectos ainda não esgotados e de um ponto de vista diferente dos trabalhos realizados até então, em outras palavras, estamos buscando aprofundar as discussões na medida em que objetivamos compreender as transformações pelas quais passaram ao longo da história os atores sociais da criminalidade, principalmente partindo do pressuposto de que diante das mudanças provocadas pelo processo de modernização, para determinados grupos de indivíduos, é possível e válido assumir uma identidade social balizada por valores construídos a partir de uma ética proveniente do mundo do crime.

OBJETIVOS E METODOLOGIA

O objetivo central da tese pode ser sintetizado da seguinte forma: realizar uma investigação sociológica acerca da construção da identidade do sujeito bandido e do mundo do crime no Brasil, inicialmente através de um resgate histórico da figura do criminoso. Nos apoiaremos nas teorias que partem dos estudos sobre modernidade desenvolvidos por autores como: Ulrich Beck, Anthony Giddens, Stuart Hall, Zygmunt Bauman, David Harvey, Richard Sennett, dentre outros. Guardadas as devidas peculiaridades, estes autores observam que as sociedades vivem atualmente um processo de radicalização da modernidade, movimento que desencadeia transformações econômicas, políticas, culturais e sociais profundas e, partir disso visamos identificar e compreender como os processos de modernização e suas mudanças colaboram com as transformações pelas quais passaram a criminalidade até alcançar o grau de sofisticação que pode ser observado na atuação e organização da atividade criminosa nos grandes centros urbanos brasileiros.

Metodologicamente, como dito anteriormente, no início do trabalho será feito um estudo bibliográfico de obras e autores dedicados ao entendimento dos temas modernidade e identidade pelo qual buscaremos compreender como as transformações nesses campos afetam o modo de viver em sociedade e, conseqüentemente, as configurações das identidades modernas. Intentamos, ao fim desta etapa, obter elementos que nos auxiliem na compreensão das mudanças na configuração da identidade do sujeito bandido.

Após esta fase o trabalho seguirá o seguinte curso: primeiro faremos um resgate histórico biográfico de bandidos com trajetórias de destaque no cenário brasileiro, tal resgate será feito através de arquivos da imprensa nacional sobre esses sujeitos e obras biográficas e/ou autobiográficas que possuam como enredo a atuação desses criminosos para que, a partir, desse material analisemos as trajetórias individuais e contextualizemos essas trajetórias com o momento histórico, político e social de cada personagem, esperamos com isso compreender os processos de construção identitária que envolviam os bandidos biografados, paralelamente, realizaremos um resgate histórico-sociológico acerca da construção das identidades no Brasil tendo como fonte uma literatura específica para essa finalidade. No que diz respeito ao período e a localidade da pesquisa, durante a primeira etapa, tomamos o cuidado de selecionar biografias do final do século XIX e que se estenderam ao longo do século XX, não extrapolando geograficamente o eixo Rio de Janeiro/São Paulo.

Adotamos tal postura em função do próximo passo, pois ao considerarmos a sofisticação da organização do crime, estamos colocando em cena a capacidade da criminalidade em se

articular, cooptando a população de uma determinada comunidade em nome de uma aparente manutenção da ordem, assumindo o papel de grupo detentor do poder local em detrimento da ação do Estado para com as áreas periféricas, fenômeno que pode ser observado tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro.

Com isso objetivamos compreender como é construída a identidade social do nosso objeto em contextos de modernidade radicalizada que coloca para os indivíduos múltiplas possibilidades de identidades contraditórias que podem ser assumidas ou descartadas de acordo com as circunstâncias, no limite, no contexto da radicalização da modernidade o indivíduo se descola e se fragmenta sem conseguir fixar-se identitariamente, dessa forma, a identidade que serviria de elemento de conexão entre o sujeito e as estruturas da sociedade (HALL, 2015) já não é mais capaz de fazê-lo de forma plena.

Diante desse quadro, consideramos a seguinte hipótese: a criminalidade torna-se também uma possibilidade de construção identitária e uma opção de estilo de vida válido diante do caos provocado pela pluralidade de estilos de vida dispostos na modernidade radicalizada que fragmenta e desloca as identidades das estruturas sociais, sendo assim, optar por construir uma identidade baseada na criminalidade é, também, optar por um estilo de vida coletivo que aponte caminhos e normas que possam reger a vida em sociedade.

CAPÍTULO I

TRANSFORMAÇÕES E DESCONTINUIDADES: MODERNIDADE E IDENTIDADE NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Reflexões a partir da ideia de Radicalização da Modernidade

Nosso objetivo neste primeiro capítulo é compreender como as transformações da modernidade contemporânea podem causar mudanças na construção das identidades modernas e modificar o comportamento dos sujeitos em sociedade, para tanto, nos apoiaremos em autores das ciências sociais que tratam tanto do tema modernidade quanto do tema identidade, visando estabelecer conexões e diálogo entre os autores e seus conceitos para que desta forma possamos extrair ferramentas e elementos que nos auxiliem no entendimento e na análise do nosso objeto, qual seja, a identidade do sujeito bandido.

Para iniciarmos a discussão entendemos haver a necessidade de lançarmos rapidamente nossos olhares sobre uma concepção geral acerca do significado de modernidade, sendo assim, acreditamos que as análises de Marshall Berman colaboram com nosso intento. Vejamos então, de forma sintética como se divide a modernidade em *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade* de 1982: para o autor existem três fases, na primeira – início do século XVI até fim do século XVIII – a sociedade ainda não tem conhecimento de sua condição e experimenta a modernidade sem saber de fato o que isso representa. A experimentação do moderno se confunde com a condição de homens presos aos laços de tradição e espiritualidade que ainda ditam as normas e as certezas da vida; seguindo este raciocínio a segunda fase se dá a partir da grande onda revolucionária de 1790 cujos elementos transformadores atingem todos os níveis da vida pessoal, social e política. Aqui a experimentação da modernidade é um pouco mais concreta que na fase anterior, mas ainda não se vive em um mundo inteiramente moderno; já no século XX o processo de modernização alcança dimensões globais que coloca a sociedade diante de uma experiência ampla de modernidade com novos dilemas em função do desenvolvimento das tecnologias, enquanto o modernismo atinge grandes proporções no campo da cultura e das ideias (BERMAN, 2007). Nos concentraremos com mais afinco nas transformações da última fase da divisão de Marshall Berman, pois, é nesse momento que as transições que nos interessa estão ocorrendo, principalmente, aquelas que modificam efetivamente o comportamento dos sujeitos.

Dando seguimento a isso, é preciso destacar a importância do caráter desnorteador do processo de modernização. Desde o início e a cada período de transição a modernidade lança a todos num turbilhão de novas situações e condições que obrigam os sujeitos a buscarem novos e desafiadores rumos, ou seja, a modernidade está constantemente (e nos aparece que agora com muito mais intensidade) obrigando as pessoas a renovarem e cambiarem suas certezas por novas certezas. Portanto, vislumbra-se um constante avançar desbravador de caráter motivador,

mas também aterrorizante, já que há incentivos para o abandono das certezas antigas e concretas que se encontram esgotadas e são muito mais imobilizadoras que motivadoras; mas, além disso, esse mesmo movimento conduz os indivíduos a encararem um mundo novo, de certo modo inexplorado e repleto de incertezas onde opções deverão ser feitas a todo instante na busca por novos caminhos que apontem para modos de vida novos e adequados ao contexto moderno.

Desta forma, a modernidade à qual nos dedicaremos é esta que vivenciamos agora, suas transformações ainda estão em curso e, portanto, não nos revelam totalmente seus efeitos. Especificamente buscaremos construir a argumentação apoiados às linhas de pesquisa das ciências sociais que assumem a existência de um processo de transição pelo qual passa a sociedade moderna e a própria modernidade, desta forma, tal processo esboça desenhos ainda incompletos de uma outra modernidade (BECK, 2010). Nesse sentido, a base argumentativa deste capítulo se amparará nas teorias e obras de autores da envergadura de Ulrich Beck, Anthony Giddens e Stuart Hall. Estes autores serão explorados, especialmente, em relação aos estudos desenvolvidos sobre a radicalização da modernidade, tema que se apresenta de diferentes formas nas obras destes estudiosos: Ulrich Beck conceitua como *modernidade reflexiva* ou *sociedade do risco*; Anthony Giddens, *modernidade alta* ou *modernidade tardia*; Stuart Hall, *pós-modernidade*. Esse movimento transformador envolve mudanças econômicas, políticas, culturais e sociais que, obviamente influenciam e modificam também o modo de vida e o comportamento de indivíduos e dos grupos, desta forma, a compreensão desse fenômeno é de fundamental importância para a tese que aqui se desenvolve, pois, é a partir dele que buscaremos compreender também a trajetória da construção das identidades de modo geral e, principalmente da identidade do sujeito bandido, nosso objetivo central.

Os autores citados acima não tratam especificamente do tema da criminalidade. Tampouco concentram suas atenções na singularidade da identidade do indivíduo criminoso. No entanto, suas análises perpassam as construções e reconstruções das identidades modernas e isso nos fornece elementos e ferramentas para a compreensão do nosso objeto. Por exemplo, Ulrich Beck ao tratar os efeitos da modernização chama-nos a atenção para o fato de que as causas do processo modernizador, e, portanto, seus riscos, não estão presos apenas aos elementos tecnológicos, mas vão além disso, infiltrando-se e provocando desconforto e novos movimentos nos campos social, político e cultural. Aqui assumimos que a construção da identidade criminal também sofre os efeitos desse processo, afetando, portanto, o sujeito bandido e seu comportamento diante das novas configurações da modernidade, sendo isso, por assim dizer, parte dos efeitos provocados pela modernização. Pode parecer que essa colocação é meramente repetitiva, já que, assim como qualquer outra identidade, a do bandido vem se

modificando ao longo da história da modernidade e nada de novo há nisso. Porém, nosso olhar perpassa essa análise primária do desenvolvimento da identidade e coloca atenção especial ao fato de que nessa nova modernidade o crime ganha novos contornos transformando-se de fato em uma opção válida e efetiva de identidade que permite viver não apenas como um indivíduo fora da lei, mas um indivíduo que pertence a uma coletividade onde o reconhecimento se dá por uma “carreira de sucesso”, conferindo ao sujeito criminoso uma posição social e a possibilidade de conduzir os rumos da sua vida tanto no mundo do crime quanto fora dele. Isso torna-se possível no cenário contemporâneo tendo em conta que “a sociedade do risco é uma sociedade catastrófica. Nela, o estado de exceção ameaça converter-se em normalidade” (BECK, 2010, p.28).

A seguir daremos início às análises e discussões sobre as transformações da modernidade e das identidades a partir de uma revisão bibliográfica das obras dos autores citados anteriormente nesse texto. Esperamos lograr com isso elementos que nos auxiliem no entendimento sobre como as identidades estão sendo construídas na modernidade contemporânea, bem como, intentamos conseguir ferramentas que colaborem com nossa análise a respeito da construção da identidade do bandido.

Identidades Destruturalizadas e Individualizadas: reflexões a partir das teorias de Ulrich Beck

De acordo com Ulrich Beck há uma mudança em curso da “modernidade simples” para a “modernidade reflexiva”, onde:

Modernização reflexiva significa a possibilidade de uma (auto)destruição criativa para toda uma era: aquela da sociedade industrial. O sujeito dessa destruição criativa não é a revolução, não é a crise, mas a vitória da modernização ocidental (BECK, 2012, p.12).

A mudança está marcada fundamentalmente pela transformação sofrida na forma de viver em sociedade. Enquanto as mudanças no contexto da modernidade industrial se deram a partir da libertação e desincorporação dos indivíduos das formas tradicionais de vida para inseri-los e reincorporá-los nas formas sociais industriais; no contexto da modernidade reflexiva os indivíduos se libertam das formas sociais industriais em virtude de uma outra e nova modernidade. Sendo assim, a modernização reflexiva é a radicalização da própria modernidade onde a autodestruição criativa coloca as instituições da sociedade industrial em xeque, levando ao colapso as formações de classe, as camadas sociais, o papel dos sexos, a família nuclear, e, esse movimento altera profundamente os contornos da sociedade industrial abrindo espaços para o surgimento de uma outra modernidade:

Este novo estágio, em que o progresso pode se transformar em autodestruição, em que um tipo de modernização destrói outro e o modifica, é o que eu chamo de etapa de modernização reflexiva (BECK, 2012, p. 13).

Portanto, o que se pode enxergar é que em virtude do próprio sucesso e dinamismo da sociedade industrial os contornos desta sociedade estão se transformando principalmente no que diz respeito às configurações das instituições que as alicerçavam.

A questão central da teoria de Beck acerca desta outra modernidade reside em sua análise sobre os riscos produzidos pelo progresso da sociedade industrial. Assim sendo, a modernização reflexiva é uma forma de reação que trata as consequências da sociedade industrial, consequências que se traduzem em riscos para os quais a sociedade industrial não oferece soluções. Em suma, é um movimento de *autoconfrontação*, já que os riscos são gerados pelo sucesso da própria modernidade sob a tutela do sistema que não possui capacidade de controle sobre os mesmos. Portanto, se no contexto da sociedade industrial os elementos

norteadores da vida apoiavam-se nas lutas pela ampliação e distribuição dos direitos, tais como: renda, emprego, seguro social, etc.; no contexto da modernidade contemporânea debates envolvendo a distribuição dos malefícios e riscos produzidos pela sociedade industrial são os elementos que movem a vida em sociedade. Muito embora Beck concentre seus esforços nos riscos ambientais sua obra não deixa de abordar os elementos que enfraquecem as estruturas da sociedade industrial e atingem suas instituições mais tradicionais (família, gênero, casamento, profissão, etc.), criando consequências que afetam profundamente o modo de vida em sociedade, principalmente porque liberta os indivíduos dos laços tradicionais e o coloca em condições inteiramente novas de atuação.

O processo de modernização irrompe no século XXI colocando em xeque a organização da sociedade industrial, como demonstra Ulrich Beck, muito além dos riscos (tais como os ambientais) a modernização produz inseguranças sociais que, por sua vez, modifica o modo de vida e provoca uma espécie de ressignificação da própria identidade e das biografias, estas estão perdendo o sentido tradicional, isto é, estão sendo construídas fora das instituições tradicionais (tal como a família) e se tornando uma construção solitária onde o sujeito busca uma identidade e uma biografia individuais (BECK, 2010). Dessa forma, o século XXI se mostra aberto para novas construções sociais e vê o sistema intrassocial do sistema industrial se quebrando. Esse movimento desencadeia transformações sociais profundas na modernidade, pois modifica as formas de viver em sociedade, proporcionando às pessoas mais liberdade para atuarem se deslocando das instituições tradicionais do sistema industrial, tais como: família, classe, estrato, gênero, etc.

Para demonstrar como ocorre a libertação das pessoas dos laços tradicionais da sociedade industrial no interior da sociedade moderna, principalmente a libertação que diz respeito às classes, estratos e gênero Ulrich Beck propõe sete teses: a primeira tese coloca no centro das atenções o impulso individualizatório. Aqui a palavra-chave é individualização, as novas dinâmicas de trabalho desse momento possibilitaram aos sujeitos se desconectarem das instituições tradicionais, construindo novas biografias também desconectadas; na segunda tese o autor trata da questão da desigualdade social e deixa claro que as distâncias na hierarquia de renda praticamente não se alteraram, porém as pessoas estão sendo obrigadas a executarem de forma individualizada seus planos de vida e, desta forma, distanciam-se dos grupos sociais aos quais pertenciam naturalmente na sociedade industrial; a terceira tese aponta para a distribuição do desemprego em massa, ou seja, novas formas de desemprego surgem criando um número aceitável de desempregados temporários e um número de pessoas que estão sujeitas a nunca entrar no mercado de trabalho, conseqüentemente, à medida que o número de desempregados

temporários aumenta, cresce também os desempregados permanentes e, por fim, surgem e crescem a flexibilização e precarização do trabalho; a quarta tese destaca a libertação da mulheres, que para o autor, está no bojo da libertação de classes. As mulheres libertam-se do casamento e do trabalho doméstico mexendo com a configuração da família, já que, a partir daqui elas passam a buscar uma biografia individual principalmente relacionado ao mercado de trabalho; no mesmo sentido, a quinta tese demonstra que não é mais possível privar um gênero daquilo que se concede ao outro de acordo com seu papel social uma vez que a libertação da mulher modifica e reconfigura a moralidade familiar; a sexta tese dá continuidade ao entendimento de que a libertação das pessoas enfraquece as bases das classes e das famílias, uma vez em liberdade o sujeito se transforma em unidade reprodutiva do social, assumindo uma posição no mercado que passa a ditar as normas de suas vidas, sendo assim, a libertação dos laços das instituições tradicionais industriais produz institucionalização e padronização dos estilos de vida; em razão disso, a sétima tese aponta para o surgimento dos novos movimentos sociais como forma de contestação da ordem imposta e uma maneira de impedir as intervenções na esfera privada e social.

As teses citadas acima estão em *Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade* de 1986 e nos interessa a partir delas absorver alguns elementos de fundamental importância para o entendimento das mudanças no modo de vida na modernidade contemporânea. É importante esclarecer que buscaremos compreender os mecanismos de transformação tendo como ponto de referência o impulso individualizatório apresentado por Beck, pois entendemos que a partir de análises do processo de individualização é possível colher informações que auxiliam na compreensão de como se dá a construção de identidades na modernidade. Tratamos esses elementos como integrantes de um mesmo fenômeno de transformações e, por isso, não serão analisados separadamente, já que são capazes de exercer influência um sobre o outro simultaneamente. Portanto, intentamos analisar tais mecanismos nas obras dos autores que movimentaremos durante este texto, tendo em conta, que tanto o processo de individualização quanto a construção de identidades estão inseridos na lógica do mercado de trabalho e no mundo do consumo. Com isso, corroboramos as teorias dos autores com os quais trabalhamos de que a individualização e as identidades biográficas são resultantes das transformações no mundo do trabalho e dos estilos de vida permeados pelos valores do mundo do consumo, sendo esse cenário agravado pelas transformações decorrentes do processo de modernização.

O processo de individualização, portanto, se apresenta com um mecanismo à disposição dos indivíduos que os auxilia na busca por construir destinos desconectados das instituições tradicionais da sociedade industrial. De acordo com Beck:

[...] a vinculação a classes sociais passa curiosamente ao segundo plano na ordem de relevância para ação das pessoas. Os ambientes sociais marcados pela estratificação e as formas de vida cultural definidas pela classe desvanecem-se [...] surgem formas e situações existenciais individualizadas, que obrigam as pessoas a colocarem-se a si mesmas – por conta de sua própria sobrevivência material – no centro da criação e execução de seus próprios planos de vidas [...] Nesse sentido, a individualização acarreta a suspensão dos fundamentos vitais de um pensamento baseado em categorias tradicionais da sociedade dos grandes agrupamentos – ou seja, classes, estratos ou estamentos (BECK, 2010, p. 108-109).

O processo de individualização configura um movimento de libertação das pessoas dos laços com instituições tradicionais, criando formas de vida destradicionalizadas (BECK, 2010) e também é um processo que coloca os indivíduos em uma arena onde estão dispostos à sua própria sorte, ou seja, as crises, anteriormente de âmbito coletivo passam agora a significar fracasso individual para os quais as pessoas precisam buscar soluções solitariamente. Esse movimento enfraquece as bases institucionais tradicionais em virtude dos caminhos traçados em busca do planejamento de uma biografia individual que afasta os sujeitos das instituições tradicionais e os aproxima de novos modelos de vida, também individuais e em busca de uma identidade, mas que se tornam, institucionalmente, estilos de vida padronizados, pois, no limite o indivíduo que se liberta acaba conectando-se, por necessidade, a outros tipos de instituições e fica preso a tudo aquilo que é ditado pelo mundo globalizado e mercadológico, desde decisões de como vestir-se até como pensar politicamente. Portanto, nesse cenário os sujeitos são lançados na arena das incertezas onde precisam alcançar bases de apoio que os auxiliem na construção de uma identidade própria, sendo, portanto, o processo de individualização um movimento de construção de biografias individuais a partir de escolhas individuais, escolhas que compõem um projeto de autorrepresentação que envolve amplos aspectos da identidade que podem se modificar de acordo com as condições e mudanças da fase da vida dos sujeitos. Sendo assim, individualização para Beck,

[...] significa, primeiro, a desincorporação, e segundo, a reincorporação dos modos de vida da sociedade industrial por outros modos novos, em que os indivíduos devem produzir, representar e acomodar suas próprias biografias. Daí a palavra “individualização” (BECK, 2012, p.29).

De acordo com o autor há relação entre a individualização, o mercado de trabalho e o *welfare state* que se dá através da biografia profissional dos indivíduos e também através do alcance dos direitos individuais. No caso do mercado de trabalho a questão dos gêneros tem papel fundamental, pois, a inserção da mulher nesse ambiente faz com que as biografias

profissionais ganhem novos arranjos separando as trajetórias masculinas e femininas que antes estavam unidas pelo núcleo familiar convencional, porém quando a mulher passa a compor o mercado de trabalho ela também passa a construir uma biografia individual própria e, muitas vezes, descolada da necessidade de constituir família. Já no caso dos direitos individuais a família também ocupa um posto de importância uma vez que os direitos são concessões individuais e não coletivas, isto é, os direitos do *welfare state* apenas podem ser requeridos pelo indivíduo e não pela família o que pressupõe que os direitos são base de constituição de biografias individuais e não coletivas, reforçando a ideia do impulso individualizatório.

No mesmo sentido está a questão sobre a distribuição do desemprego em massa, pois, na modernidade contemporânea surgem novas formas de desemprego acobertadas por sua própria dispersão, por conta disso, cria-se um número aceitável de desempregados temporários e um número de pessoas que passam a vida toda sem sequer entrar no mercado, desta forma, o trabalho é flexibilizado e, conseqüentemente, precarizado. Esse movimento passa a ser encarado pelos sujeitos da modernidade contemporânea não mais com um olhar coletivo, mas individual. Diante disso, nos chama a atenção, o fato destacado pelo autor, de que na modernidade nasce um novo tipo de relação entre o indivíduo e a sociedade. Para Beck,

Nas formas de vidas destradicionalizadas surge uma *nova imediação entre indivíduo e sociedade*, a imediação entre crises e enfermidades, na medida em que as crises sociais surgem como se fossem individuais, sendo que somente sob uma série de condições e mediações seu caráter social pode ser percebido (BECK, 2010, p.109-110).

Como dito antes, na modernidade os indivíduos são constantemente levados a encarar novas situações solitariamente e, portanto, de forma individualizada. A partir do momento que as crises sociais passam a ser encaradas como fracassos pessoais atinge-se um grau elevado e exacerbado da individualização, ou seja, os indivíduos passam a enfrentar momentos críticos sociais amplos, cujos resultados se devem a fatores coletivos, de forma individualizada, pois, a responsabilidade dos acontecimentos lhes é creditada individualmente, sendo assim, cabe a cada um arcar com as conseqüências de uma série de escolhas. Ainda que essas escolhas não tenham sido feitas de maneira independente o ambiente social no qual está inserido o sujeito moderno leva-o a acreditar que tais escolhas são individuais, bem como, são individuais as responsabilidades e suas conseqüências. Nesse mundo novo onde quase tudo faz parte de um processo de experimentação a confusão toma conta do sujeito da nova modernidade e essa mesma confusão o influenciará na construção de sua identidade e na busca por sua sobrevivência.

Nesse sentido, Beck aponta para o surgimento dos novos movimentos sociais, movimentos contestadores da ordem de padronização das vidas imposta pelo processo de modernização. Para o autor, a partir desses movimentos sociais podem surgir novas comunidades que se contrapõem as intervenções na esfera privada e vida pessoal:

[...] os novos movimentos sociais (ambientalismo, pacifismo, feminismo) são, por um lado, a expressão da nova situação de ameaça na sociedade de risco e das contradições emergentes entre os sexos; por outro lado, suas formas de politização e suas instabilidades resultam de processos de formação social da identidade em mundos da vida destradicionalizados e individualizados (BECK, 2010, p.111).

Concebemos que a adesão dos indivíduos aos movimentos sociais se dá também em função de uma busca por sentido de vida, isto é, movimentos sociais são grupos que oferecem àqueles que os integram um conjunto de elementos carregados de representações e símbolos que servem como suporte para definir um estilo de vida e, para além disso, são utilizados como ferramentas para defender uma determinada causa. Esse fato dá aos sujeitos direções a serem seguidas em meio à confusão da vida na modernidade. Portanto, as comunidades que podem vir a surgir dos movimentos sociais estarão apoiadas em ideologias que compõem, em grande medida, as identidades pessoais dos indivíduos de movimentos sociais que se contrapõem a padronização das identidades.

Considerando que o processo de individualização apresentado por Beck ocorre de diversas maneiras e em diferentes núcleos da vida dos indivíduos selecionamos a categoria trabalho como exemplo para aprofundar o entendimento sobre as transformações conferidas às identidades decorrentes das mudanças nesse ambiente. Para tanto, devemos ter em conta que, principalmente na modernidade industrial, uma das formas para a definição das identidades dos sujeitos acontecia a partir de suas ocupações profissionais, portanto, o trabalho sempre foi de fundamental importância para o sujeito, não apenas no que diz respeito à sustentação econômica que a atividade laboral oferece para a sobrevivência, mas também com relação ao aporte proporcionado pelo trabalho que confere aos indivíduos posição social e identidades que ganham significado a partir da ocupação profissional, sendo possível, tendo como base a profissão, construir uma biografia pessoal. Sendo assim, a categoria trabalho confere ao indivíduo, para além de ferramentas de subsistência alcançadas a partir do desempenho das relações técnicas de produção, condição de ocupar um lugar social, bem como recursos que o auxiliam na construção de uma biografia e identidade pessoal que se conectam com as

instituições tradicionais da modernidade industrial, pois envolve uma ampla gama de relações sociais, culturais e identitárias individuais e coletivas.

A relação entre a construção de identidade dos sujeitos e o mundo do trabalho sofre alterações profundas na modernidade contemporânea uma vez que os indivíduos conseguem se desvencilhar dos laços tradicionais que antes os prendiam, mas acabam presos novamente por novos mecanismos que os impedem de alcançar, de fato, a liberdade. As novas algemas são construídas pelas pressões sociais, pela padronização dos modos de vida e pela subsistência baseada no consumo (BECK, 2010). Desta forma, as novas maneiras de organizar o trabalho provocam efetivas transformações nesse cenário, as formas estruturais rígidas da sociedade industrial estão cedendo espaço para outros modos mais flexíveis de trabalho. Sendo assim, o trabalho que antes estava concentrado em espaços definidos e bem demarcados com jornadas pré-fixadas por contratos trabalhistas agora, por vezes e de maneiras distintas, pode ser realizado fora dos galpões fabris a qualquer horário por trabalhadores com ou sem vínculo empregatício. Portanto, o sistema empregatício tradicional calcado em três pilares: contrato de trabalho, local de trabalho e jornada de trabalho começa a ruir na modernidade contemporânea em nome de uma flexibilização total dando espaço a formas flexíveis de subemprego (BECK, 2010).

Para Beck, a despadronização das formas industriais de trabalho aponta para um processo transitório da sociedade industrial para a sociedade de risco: na primeira, o trabalho e o desemprego se associam, sendo o desemprego um perigo imanente e permanente desta estrutura; na segunda, diante das formas flexíveis de trabalho o desemprego está no interior do sistema empregatício mascarado pelos subempregos produzidos pela flexibilização total. Este cenário modifica a forma com que o trabalho confere identidades aos indivíduos, pois, se o modelo de trabalho industrial moldava um tipo de identidade baseado na profissão, por exemplo, definindo como e o quê estas pessoas consumiam e pontuando seu lugar na sociedade através da sua classe social, o modelo flexível de trabalho fará isso de maneira diferente, pois está em seu cerne a característica da flexibilidade onde não há espaço para fixidez nem mesmo para as identidades baseadas na categoria trabalho, portanto, um importante ponto de referência na construção das identidades é perdido, muito embora o trabalho continue a definir estilos de vida, o faz de outra maneira e, conseqüentemente, acaba por gerar novas formas identitárias.

A flexibilização do trabalho produz efeitos colaterais que levam à individualização quase que de forma automática, ou seja, em função do deslocamento dos sujeitos das instituições tradicionais frente às mudanças da categoria trabalho os indivíduos dificilmente poderão contar com o apoio existente nas sociedades industriais resultantes do sentimento de

fazer parte de uma classe, uma vez que a flexibilização dispersa os sentimentos coletivos, dando maior peso e conferindo responsabilidade de caráter pessoal aos fracassos que antes eram enfrentados coletivamente. Esse fenômeno atinge uma parcela de trabalhadores numericamente expressiva, segundo Beck, essas pessoas se encontram na “zona cinzenta da desocupação, do subemprego e do desemprego permanente, vive às custas de recursos públicos sempre mais escassos ou do trabalho ‘informal’ ou clandestino” (BECK, 2010, p.133). Nesse sentido, a desigualdade social e a nova pobreza (BECK, 2010) nos contextos da modernidade contemporânea são individualizadas e conferidas às biografias individuais.

Tentamos nesse primeiro momento absorver das análises de Beck elementos que possam nos auxiliar a compreender os caminhos tomados pelos indivíduos modernos durante a composição de suas novas identidades. Entendemos que o caráter central da discussão reside na maneira como os riscos produzidos pela modernidade ditam o ritmo e a lógica da vida em sociedade e, conseqüentemente, afetam a maneira como os sujeitos organizam suas biografias pessoais em meio às incertezas de um cenário em transição. Esse novo quadro pode ser pintado tanto como libertador, por se desvencilhar das amarras das instituições rígidas do modelo industrial; quanto assustador, por lançar a todos num mundo onde novas certezas precisam ser construídas.

Identidades Globalizadas e Multiplicidade de Estilos de Vida: reflexões a partir das teorias de Anthony Giddens

Anthony Giddens resume modernidade da seguinte forma:

Modernidade refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência. Isso associa a modernidade a um período de tempo e uma localização geográfica inicial, mas por enquanto deixa suas características principais guardadas em segurança numa caixa preta (GIDDENS, 1991, p.11).

Assim como Beck, o pensador inglês argumenta que a sociedade passa por um processo de transição, principalmente, porque a modernidade “clássica”, segundo o autor, não foi o berço dos elementos das transformações que superaram a sociedade tradicional, para ele estamos vivendo um período pós-tradicional nesse momento (GIDDENS, 2012), pois, não alcançamos algo que possa ser entendido como pós-modernidade, mas estamos diante de sua radicalização, portanto, presenciamos elementos próprios da evolução da modernidade em movimento. Essas transformações estão intimamente relacionadas com os modos de vida produzidos pela modernidade que estão se construindo desconectados das ordens tradicionais modernas gerando, conseqüentemente, descontinuidades entre o passado, o presente e o futuro. Nesse sentido é importante entender que tradição aqui é entendida como o amálgama das comunidades pré-modernas, ou seja, é a tradição que através dos costumes, superstição e religião coordena a ligação entre o indivíduo, o passado e o presente, bem como ordena o ambiente social colocando o indivíduo numa posição de resignação frente ao destino que, no limite, independe de suas ações, assim como vincula-os com o futuro que não está distante ou separado do imaginário, pois, de acordo com o conhecimento adquirido através da tradição é possível traçar uma linha de continuidade entre a ordem social resgatada do passado com a do presente e isso deve garantir e zelar pela continuidade dada às tradições através das gerações futuras.

Os modos de vida desconectados das ordens sociais modernas são consequência das formas de viver da modernidade que não estão vinculados aos modelos tradicionais da sociedade industrial. Anthony Giddens alerta-nos para o fato de que descontinuidades são parte da construção da história humana, no entanto, o que se vê na modernidade contemporânea é um movimento mais profundo de descontinuidades, pois, nos vemos desvencilhados de todos os tipos tradicionais de ordem social. Segundo o autor, podemos identificar três características

específicas na separação entre as instituições sociais modernas e as ordens sociais tradicionais: a primeira delas é o ritmo das mudanças que na modernidade é muito mais veloz do que foi em qualquer outra época de transformações da história humana; a segunda característica das discontinuidades diz respeito ao escopo das mudanças, já que as transformações são globalmente interconectadas atingindo de forma sistemática todas as sociedades do mundo; e a terceira característica é a natureza intrínseca das instituições modernas, pois contamos na modernidade com novas formas sociais que não estavam presentes nas configurações sociais anteriores.

É muito importante para Giddens e seus trabalhos as transformações sofridas pelo tempo e pelo espaço que provocam, conseqüentemente, a separação entre esses dois elementos. Na modernidade o tempo não mais depende do espaço para se definir, ele se autodefine de forma vazia, já que passa a ser mensurado e contabilizado de forma solitária e desconectado do espaço, e, por conta disso, o espaço acaba por ser esvaziado em função dessa separação. O tempo antes da modernidade estava definido a partir do espaço, ou seja, o conhecimento do tempo se dava a partir da conexão existente entre as pessoas e os espaços que ocupavam, sendo assim, as culturas pré-modernas possuíam formas de calcular o tempo que estava diretamente conectado com algum aspecto do espaço, portanto, o conhecimento sobre as horas, por exemplo, sempre dependia de marcadores socioespaciais e isso tornava inseparáveis o “quando” do “onde” (GIDDENS, 1991). Nos interessa para este trabalho o fato de que a separação entre o espaço e o tempo acaba por influenciar no modo de viver das pessoas na medida em que na modernidade não há mais condições para organizar a vida localmente sem a influência da organização da vida em espaços amplos e globalizantes, assim todo comportamento de vida conta com influências não apenas locais, mas com influências e experiências de espaços distantes que, em função do sucesso da modernidade, podem ser experimentados a todo momento e modificar os comportamentos e as formas de vida. Para Giddens,

Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais *fantasmagórico*: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a “forma visível” do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza (GIDDENS, 1991, p.29).

Ainda segundo o autor a separação entre tempo e espaço é de fundamental importância no entendimento da modernidade em razão dos seguintes fatores: primeiro, a separação proporciona o processo de desencaixe uma vez que permite a constituição de formas de vidas

padronizadas influenciadas por hábitos globalizantes que penetram a atividade social local e a enfraquece abrindo caminhos e possibilidades para vidas desconectadas das práticas tradicionais; segundo, há uma conexão ampla entre as organizações sociais da modernidade proporcionada pelo dinamismo da separação entre tempo e espaço, esta conexão aproxima o local e o global de modo a torná-los inseparáveis e, por consequência disso, as vidas das pessoas são diretamente atingidas e modificadas obrigando-as a mudar suas estratégias e assumirem novos comportamentos; terceiro, a história das sociedades ganha novas interpretações e avança para a construção de uma história global, pois, diferentemente do que ocorria com civilizações precedentes agora temos a possibilidades de estruturar a história das sociedades passadas de maneira unitária, assim esse passado unitário é um passado mundial.

Paralelamente ao contexto de separação entre tempo e espaço ocorre a transição do mundo tradicional para o moderno que, de acordo com Giddens, pode ser analisado a partir dos desencaixes nas relações sociais proporcionados pela transformação da relação tempo-espaço e, seguindo este raciocínio três elementos são fundamentais para entendermos como o dinamismo da modernidade age sobre essa transição: os dois primeiros são mecanismos de desencaixe, quais sejam, *fichas simbólicas* e *sistemas peritos*; o terceiro fica por conta da *confiança*, já que tanto as fichas simbólicas quanto os sistemas peritos dependem profundamente da confiança para que funcionem de maneira aceitável. Por fichas simbólicas devemos entender tudo aquilo que possa circular sem amarras locais ou tradicionais, ou seja, que pode atuar e promover mudanças mesmo desconectado das estruturas específicas de uma localidade. Para exemplificar as fichas simbólicas o autor usa o dinheiro como expoente maior, principalmente pelo fato do dinheiro não levar em consideração o tempo e o espaço para que transações ocorram e ele se movimente rápida e livremente. A ação e a utilização dessa ficha simbólica distanciam o tempo e o espaço, pois é possível a partir do dinheiro realizar transações e promover relações entre sujeitos separados no tempo e no espaço de maneira instantânea. Assim como as fichas simbólicas, os sistemas peritos são mecanismos de desencaixe e devem ser entendidos como um sistema de excelência técnica que organiza os ambientes da vida moderna. Esse sistema é constituído pelos profissionais especialistas, tais como, engenheiros, médicos, advogados, arquitetos e outros que detém o conhecimento perito. Podemos então afirmar que tudo a nossa volta está sendo ou foi construído a partir do conhecimento de especialistas e que seu bom funcionamento se deve a ação dos agentes dos sistemas peritos e assim como as fichas simbólicas os sistemas peritos oferecem garantias para os indivíduos conduzirem suas vidas em ambientes desconectados das tradições pré-modernas.

É necessário lembrar e ter em mente o seguinte: tanto as fichas simbólicas quanto os sistemas peritos dependem fundamentalmente da confiança de seus usuários, ou seja, não é possível que funcionem adequadamente sem o crédito daqueles que os movimentam, portanto, a segurança na ficha simbólica dinheiro faz com que o sistema funcione somente quando seus usuários acreditam que o compromisso selado a partir da ficha simbólica tenha condição de ser honrado pelo outro lado da transação, sendo que a confiança é depositada não somente nos especialistas que organizam os sistemas, pois ela é, em certa medida, abstrata e se concretiza a partir de seguranças adquiridas em função dos resultados obtidos frente aos riscos. Os riscos existentes e criados na modernidade em função do avanço da própria modernidade possuem relação direta com o comportamento dos indivíduos e a confiança depositada nos sistemas, mais especificamente, diante dos riscos da modernidade a confiança é depositada em sistemas amplos, já que as relações sociais da modernidade não estão mais presas às certezas das tradições de um ambiente onde era possível observar de forma direta as atividades, pois agora, em função do distanciamento do tempo e do espaço as relações necessitam firmarem-se em uma confiança que está para além da capacidade de enxergar atividades e ações que se desenvolvem localmente sendo preciso lançar mão da confiança de que as atividades estão sob a guarda de sistemas que funcionam gerindo e controlando os riscos próprios dos tempos modernos.

Importante característica da modernidade é sua reflexividade, muito embora, a reflexividade seja uma característica definidora humana pois “todos os seres humanos rotineiramente se mantem em contato com as bases do que fazem como parte integrante do fazer” (GIDDENS, 1991, p.47) na modernidade ela ganha novos contornos assumindo papel central na reprodução do sistema social através da constante refração entre o pensamento e a ação. Nesse movimento o passado e a tradição não possuem papel definidor, mas podem se justificar após passarem pelo crivo do conhecimento adquirido. Segundo o autor, “a reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter” (GIDDENS, 1991, p.49). Sendo assim, o movimento de reflexividade na modernidade é constante, transformador e portador de um dinamismo não observado em sociedades pré-modernas, principalmente, a exemplo daquilo que ocorre com as tradições, quando estas são utilizadas como suporte para inserir a ação humana no tempo-espaço, organizando passado, futuro e presente, a reflexividade na modernidade está em constante contato com o conhecimento adquirido a partir de ações já executadas para em seguida construir uma nova ação que carregará algo das ações anteriores. O processo reflexivo é também um processo onde a razão substitui a tradição, no entanto, não é possível afirmar que

a partir disso obtemos sempre um conhecimento certo e definitivo, mas o contrário ocorre na medida em que a própria reflexividade coloca os conhecimentos à prova constantemente e, conseqüentemente, os conhecimentos podem e são reformulados a todo momento. Portanto, “estamos em grande parte num mundo que é inteiramente constituído através de conhecimento reflexivamente aplicado, mas onde, ao mesmo tempo, não podemos nunca estar seguros de que qualquer elemento dado deste conhecimento não será revisado” (GIDDENS, 1991, p.50).

Neste sentido, o próprio progresso da modernidade também é um fator causador da autotransformação, isto é, em função dos avanços científicos e tecnológicos e, conseqüentemente, da difusão do conhecimento adquirido durante esse processo. Na modernidade a difusão de conhecimento amplia as possibilidades contestadoras de um indivíduo comum, sendo assim, muito embora ele não detenha o conhecimento absoluto do funcionamento de um determinado sistema complexo, possuiu condições de contestar a legitimidade e a verdade dos mesmos. Por essa razão, se durante a pré-modernidade a verdade estava sob a tutela de guardiões, na modernidade contemporânea essa verdade pode ser contestada por qualquer pessoa e isso pode romper os laços de confiança existentes entre leigos e especialistas, portanto, “nenhum conhecimento sob as condições da modernidade é conhecimento no sentido ‘antigo’, em que ‘conhecer’ é estar certo” (GIDDENS, 1991, p.50) e todos possuem em menor ou maior grau informação sobre as formas de riscos que rondam a humanidade, riscos que colocam todos sobre o mesmo dome global.

As análises de Giddens sobre os sistemas abstratos nos auxiliam a compreender os resultados da difusão de conhecimento: para o autor tais sistemas oferecem aos indivíduos uma boa fonte de segurança que era quase ausente no quadro da pré-modernidade (GIDDENS, 1991). Nas palavras do autor:

A cada vez que alguém saca dinheiro do banco ou faz um depósito, acende casualmente a luz ou abre uma torneira, envia uma carta ou passa um telefonema, está implicitamente reconhecendo as grandes áreas de ações e eventos seguros e coordenados que tornam possível a vida social moderna. É claro, todo tipo de pane e obstáculo pode surgir, dando origem a atitudes de ceticismo ou antagonismo que fazem com que os indivíduos se desliguem de um ou mais destes sistemas. Mas a maior parte do tempo, a maneira dada como segura com que as ações cotidianas são engrenadas em sistemas abstratos presta testemunho da eficácia com que estes operam (dentro dos contextos que se espera deles, pois eles também produzem muitos tipos de conseqüências indesejáveis) (GIDDENS, 1991, p.126).

Por sistemas abstratos devemos entender sistemas especializados que detém um tipo específico de conhecimento e necessitam da confiança dos indivíduos para seu pleno

funcionamento. Tais sistemas representam na modernidade contemporânea o papel, por exemplo, que um líder religioso desempenhava na pré-modernidade, no entanto, o desafio enfrentado agora reside no fato de que a verdade da qual dispunha o líder religioso anteriormente apoiava-se na representação do divino e, portanto, não enfrentava contestação que colocasse em perigo sua aplicação; enquanto, as verdades dos sistemas abstratos não estão protegidas da possível e, por vezes, certa contestação por parte dos leigos. Isso significa dizer que o conhecimento adquirido e acumulado permite ao leigo duvidar da capacidade dos sistemas abstratos em auxiliá-lo no seu modo e estilo de vida, movimento intensificador da individualização, mas que não permite ao indivíduo viver completamente desconectado de todos os sistemas.

O desenvolvimento da modernidade trouxe oportunidades para o ser humano gozar de maneira intensa a sua existência, mas também trouxe consequências irreparáveis para a humanidade. Assim como Beck, Giddens considera que a humanidade vive atualmente em um contexto de sociedade de risco, na qual, tais riscos são resultados do progresso da sociedade industrial e acrescenta que o fator globalizante torna os riscos maiores e mais profundos, pois além de interligar os espaços eles penetram e transformam as vidas pessoais, levando os indivíduos a buscarem respostas e ações que os auxiliem viver nessa nova ordem, uma ordem no qual o local é influenciado pelo global a todo instante. Para Giddens,

[...] a modernidade altera radicalmente a natureza da vida social cotidiana e afeta os aspectos pessoais de nossa existência. A modernidade deve ser entendida num nível institucional; mas as transformações introduzidas pelas instituições modernas se entrelaçam de maneira direta com a vida individual, e, portanto, com o eu. Uma das características distintas da modernidade, de fato, é a crescente interconexão entre os dois ‘extremos’ da extensão e da intencionalidade: influências globalizantes de um lado e disposições pessoais de outro (GIDDENS, 2002, p. 9).

Assim, quando afirmamos que a sociedade do risco coloca, a todos, em sentido global, sobre a mesma redoma estamos chamando a atenção para o fato de que tudo deve ser enfrentado de maneira unívoca por todos. Não há mais condições ou espaços para separações no mundo, não existe mais um “eles” local, mas sim, um “nós” global no que diz respeito aos efeitos colaterais dos avanços produzidos pela modernidade e representados nas tecnologias.

Nesse sentido, agora, nos interessa entender como, de acordo com a obra de Giddens, se dá a construção de identidades sociais diante desse amplo quadro de profundas transformações geradas pelo processo de modernização. Partindo da ideia dada pela citação acima entendemos que na modernidade as influências globalizantes e as disposições pessoais

estão em constante conexão e interação e deste movimento deverão surgir novos tipos de relações sociais e novos tipos de comportamentos, uma vez que o *eu* não é uma entidade passiva, mas age intensamente na busca por sua auto-identidade tendo em conta que o processo de modernização produz distanciamento entre a maneira de viver dos sujeitos e os laços tradicionais que antes os auxiliavam na formação de sua biografia, agora, a partir das condições dadas pela ordem pós-tradicional os indivíduos se encontram em um universo em que é preciso buscar solitariamente por elementos que possam agregar sentido à vida sendo esse processo uma incessante busca por si próprio. Portanto, o processo de construção de auto-identidade desempenhado na modernidade contemporânea é reflexivamente organizado. Para Giddens,

O projeto reflexivo do eu, que consiste em manter narrativas biográficas coerentes, embora continuamente revisadas, tem lugar no contexto de múltipla escolha filtrada por sistemas abstratos. Na vida social moderna, a noção de estilo de vida assume um significado particular. Quanto mais a tradição perde seu domínio, e quanto mais a vida diária é reconstruída em termos do jogo dialético entre o local e o global, tanto mais os indivíduos são forçados a escolher um estilo de vida a partir de uma diversidade de opções (GIDDENS, 2002, p.12-13).

A busca por se enquadrar em um estilo de vida acontece a partir das condições dadas pelo processo de modernização, assim, muito embora a modernidade gere uma ampla gama de diferenciações e, conseqüentemente, desigualdade e marginalização isso não impede que todos os indivíduos coloquem em prática seu plano pessoal de biografia, uma vez que cada estilo de vida depende diretamente das condições sociais em que está inserido o sujeito e, como dito anteriormente, esse é um processo de encontrar-se a si mesmos, portanto, individual e solitário.

As transformações na construção das identidades modernas estão intimamente ligadas aos aspectos de globalização dos estilos de vida, sendo assim, as mudanças nos comportamentos da vida pessoal possuem conexões com as influências sofridas por acontecimentos que estão distantes da esfera local de relacionamentos, com isso, entendemos que as relações entre o sujeito e a sociedade estão diretamente ligadas com as condições globais de comportamento e estilos de vida, isso significa que uma identidade contemporânea não conta mais apenas com aspectos da localidade, mas contém elementos próprios de conexões sociais estabelecidas amplamente. Por essa razão o processo de construção do *eu* é reflexivo, pois não pode mais contar com algo fixo ou pré-determinado pela tradição e apenas pela localidade; esse movimento de formação de identidade precisa levar em conta elementos de mudanças pessoais e locais somados aos conhecimentos sociais adquiridos através das influências globalizantes que são transformadoras e estão em constante mudança, o que pressupõe que esse processo seja

tão dinâmico e inconstante quanto a própria modernidade. Nesse sentido, os indivíduos estão em um mundo onde não há a segurança das comunidades tradicionais garantidas por instituições menores e de caráter pessoal, tal como a família, mas se encontram envolvidos por organizações maiores e impessoais, os sistemas abstratos, onde precisam buscar segurança e depositar confiança para seguir com o projeto de construção de sua biografia individual.

A escolha e definição de um estilo de vida nesse contexto é de suma importância para lograr êxito na construção identitária. Para Giddens,

Um estilo de vida pode ser definido como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular da auto-identidade (GIDDENS, 2002, p.79).

Assim, estilo de vida é algo que se aplica com exclusividade às sociedades pós-tradicionais, pois requer a existência de uma grande rede de possibilidades e escolhas à disposição dos indivíduos. Possibilidades de escolhas que vão desde dos lugares comumente frequentados até o modo como cada um se veste. Diante desse cenário o individualismo da modernidade contemporânea ganha corpo na medida em que é de responsabilidade do indivíduo encontrar ferramentas e elementos que o auxiliem na construção de sua identidade e esse processo depende inteiramente da escolha por um estilo de vida. No entanto, a modernidade oferece uma ampla gama de estilos de vida que estão postos nas vitrines para serem assumidos, mas não oferece condições de igualdade para que todos possam escolher aquele que mais lhe agrada, isso significa dizer que a ampla gama de possibilidades de escolhas não garante que cada sujeito opte por qualquer estilo de vida sem obstáculos, pois há nesse emaranhado de possibilidades estratificações sociais que podem tanto impedir como facilitar as escolhas dos sujeitos.

Alguns fatores são determinantes para a escolha de um estilo de vida e entre eles estão o trabalho, a capacidade de consumo e as influências e pressões dos grupos sociais que envolvem os sujeitos modernos. Nesse quadro há convergências nas teorias de Beck e Giddens, pois ambos concordam que o trabalho é imperativo para se tomar a decisão sobre os estilos de vida adotados, já que de uma forma ou de outra a partir do exercício da atividade laboral é possível construir um tipo de caráter e adaptá-lo ao modo de viver de um determinado grupo, ou seja, só a partir do trabalho exercido é que se define o modo e a capacidade de consumir dos indivíduos, bem como o grupo social que este indivíduo deverá compor, atendendo, conseqüentemente, as expectativas do mesmo grupo. A união desses elementos e, portanto, a definição por estilo de

vida faz com o que cada indivíduo assuma uma gama de valores e sentimentos fortes que lhe oferecem segurança e o auxiliam a forjar uma auto-identidade. No entanto, o mesmo dinamismo que arrebatou o processo de modernização, tantas vezes explorados aqui, deve ser aplicado também ao processo de formação das identidades, pois, as influências podem mudar ao longo da vida e, como consequência disso, outros valores e sentimentos podem ser anexados ao modo de viver, bem como podem ser abandonados, e assim, novos estilos de vida podem ser assumidos. Portanto, aquilo que parece inadequado hoje pode parecer uma boa alternativa para logo mais, dependendo das condições e necessidades de cada momento.

A busca por enquadramento em um estilo de vida envolve os indivíduos em situações de escolhas que estão permeadas por decisão sobre que tipos de riscos cada uma deve assumir para seguir o estilo de vida escolhido. Os riscos devem ser classificados tanto levando em consideração questões pessoais quanto questões externas e amplas, isto é, ao tomar para si um determinado estilo de vida um indivíduo bem ou mal está ciente dos riscos que isso implica, primeiro no que concerne aos riscos com os quais ele poderá lidar diretamente e individualmente, tais como as relações pessoais e as condições de trabalho, bem como também é de seu conhecimento os riscos amplos e globais que envolvem a todos e, neste caso, o controle foge das mãos de pessoas leigas, pois na modernidade contemporânea riscos globais geram efeitos e consequências locais e pessoais para as quais, na maioria das vezes, não há soluções ou respostas capazes de alentar as vidas. Para os riscos de cunho pessoal o controle se dá, em certa medida, quando as decisões tomadas aceitam e toleram um nível de risco, ou seja, os riscos podem ser calculados e na medida do possível são toleráveis de modo que não interfiram demais no modo de vida adotado. No que diz respeito aos riscos globais para os quais não há maneiras pessoais de controle ou cálculo para que se tornem toleráveis entra em cena a atuação dos sistemas abstratos que conferem aos indivíduos determinado grau de confiança, desta forma os indivíduos depositam nos sistemas abstratos a confiança de que os riscos do mundo moderno podem ser previstos e, portanto, se previstos também existem possibilidades para evitá-los ou, na medida do possível, minimizar suas consequências. Portanto, a maneira de lidar com os riscos globais é coletivamente decidida e também é coletiva a sensação de segurança.

O fato dos indivíduos confiarem aos sistemas abstratos boa parte de suas existências remete-nos novamente à questão dos desencaixes da modernidade contemporânea, pois a maneira como os indivíduos de apropriam de novos conhecimentos se modifica na medida em que os sistemas abstratos tomam para si os conhecimentos especializados, isto é, enquanto em contextos pré-modernos as pessoas detinham uma gama de conhecimentos necessários para conduzir suas vidas, nos moldes da modernidade contemporânea tais conhecimentos estão sob

a guarda dos especialistas, de quem os leigos tornam-se dependentes. No entanto, isso não significa que não seja possível aos leigos obter conhecimento especializado permitindo-os retomar o controle para si. Sendo assim, embora os sistemas abstratos sejam capacitados para desqualificar o conhecimento dos indivíduos a reflexividade da modernidade é capaz de oferecer às pessoas novos meios de alcançar novos conhecimentos. Para Giddens esse é um processo de empoderamento de ambos os lados, culminando principalmente, no poder de ambas as partes de alterar a realidade com transformações a partir de ações resultantes de conhecimentos acumulado reflexivamente (GIDDENS, 2002).

Nesse sentido deve-se voltar o olhar para a relação entre a busca por adequação ao estilo de vida e as condições que eram proporcionadas pelo lugar do ciclo da vida. Ou seja, o lugar sempre ocupou grande importância na construção da identidade dos indivíduos, pois era a partir das relações e da forma como se vivia na localidade que os sujeitos obtinham ferramentas e elementos para a construção de sua biografia pessoal, isto é, em sociedades pré-modernas os estilos de vida eram ditados pelo acúmulo de conhecimento vindo das tradições e passados de gerações para gerações, renovando a cada geração o modo de viver da geração anterior. E, nesse cenário a influência do lugar é imperativa, já que não se contava com conhecimento advindo de lugares distantes. Em contextos de modernidade contemporânea a influência do lugar se enfraquece frente às influências vindas de lugares distantes e os indivíduos não se encontram mais presos a ambientes únicos, agora há a possibilidade de familiarizar-se com outros lugares, novos conhecimentos e novos modos de vida. Assim, a partir desse processo de desencaixe o lugar deixa de ser a principal fonte de elementos constitutivos da identidade, pois agora os indivíduos não se sentem mais pertencentes apenas ao lugar de nascimento, mas sentem-se pertencentes a diversos ambientes e que lhe fornecem condições e informações para formar identidades múltiplas e estilos de vida variados, “o lugar torna-se assim muito menos significativo do que costumava ser, como referente externo da vida do indivíduo” (GIDDENS, 2002, p.132). Aqui é necessário lembrar que diante desse quadro a confusão é algo quase que natural, dada quantidade de possibilidades existentes para compor a identidade, tal confusão faz com que indivíduos não assumam de forma definitiva um tipo de estilo de vida, ou seja, frente a isso as identidades encarnadas por um sujeito podem ser múltiplas dependendo da ocasião, do ambiente, das condições de vida ou da conveniência. Não há identidade fixa, elas são dinâmicas e multifacetadas.

O que se vê na modernidade é uma espécie de virada de mesa, ao mesmo tempo que dá aos sujeitos possibilidades enormes de modificar suas vidas, também proporciona um mar de indefinições e incertezas. Isso inicia-se quando os indivíduos se desgarram de elementos

tradicionais representados principalmente pelo modo de conduzir a vida apoiados em marcos locais de costume e apropriam-se intensamente de elementos globalizantes para compor a maneira de viver. Em contextos da modernidade contemporânea existem múltiplas possibilidades de configurações de identidades e biografias ampliadas fundamentalmente pela difusão de conhecimentos sobre lugares e indivíduos distantes das realidades locais e essa difusão de conhecimento ao mesmo tempo que oferece mais opções de escolhas por estilos de vida coloca a todos sob uma ampla gama de incertezas obrigando os sujeitos a depositarem confiança em sistemas especializados que devem oferecer certa segurança diante dos riscos globais modernos, riscos estes, que no limite, são imprevisíveis e incalculáveis.

A Fragmentação dos Sujeitos e a construção de Identidades Flexíveis, Múltiplas e Contraditórias: reflexões a partir das teorias de Stuart Hall

Para aprofundar a discussão acerca da construção da identidade na modernidade nos utilizaremos das ideias de Hall acerca do tema buscando estabelecer um diálogo entre os autores apresentados anteriormente. A escolha por este autor, para além da importância de sua obra no entendimento sobre modernidade e identidade, se dá em primeiro lugar pelo fato de sua análise acerca do conceito de identidade cultural nos oferecer elementos importantes para o entendimento do processo de construção identitária, levando em conta que identidade cultural é um conjunto dinâmico de relações sociais e patrimônios simbólicos historicamente compartilhados que estabelece a comunhão de determinados valores entre os membros de uma sociedade, portanto, não deve ser encarado como um conceito fixo, mas que está constantemente em trânsito a partir de interações envolvendo um amplo número de situações; em segundo lugar, elegemos Hall para nos auxiliar em função da proximidade de sua obra com as obras de Giddens e Beck, pois em nossa concepção os trabalhos destes autores estão constantemente dialogando quando o assunto é transformação da modernidade e sua influência sobre as identidades.

Hall (1992) parte das concepções e definições de Giddens sobre modernidade para construir sua argumentação que contemplará diversas nuances da formação da identidade moderna, bem como aproxima-se das ideias de Beck no que diz respeito ao caráter dinâmico do processo de modernização e, conseqüentemente, globalização. Sendo assim, de acordo com o autor o caráter de mudança da modernidade tardia é bastante específico, fundamentalmente por conta do fenômeno da globalização, e atua de forma bastante incisiva sobre a maneira como as identidades estão sendo construídas (HALL, 2015). Concordando com Giddens, Hall entende que a modernidade significa um romper constante com o existente onde todos os símbolos tradicionais por vezes são descartados em nome do dinamismo moderno e isso confere às sociedades modernas as características das mudanças rápidas e constantes diferenciando-as das sociedades tradicionais para as quais o passado era um elemento de veneração. Essa modernidade traz consigo o caráter reflexivo na qual práticas sociais são constantemente examinadas e reformuladas a partir das mudanças resultantes das mesmas práticas.

Para Stuart uma das conseqüências resultantes das mudanças e do dinamismo da modernidade contemporânea é a fragmentação dos sujeitos e de suas identidades que sofrem um processo de deslocamento ou descentração do sujeito. Nesse sentido, suas teorias acerca das crises enfrentadas pelas identidades vão ao encontro novamente daquelas anteriormente

apontadas neste texto de que nos contextos das sociedades modernas ocorrem mudanças estruturais que abalam as instituições tradicionais nas quais os indivíduos fundamentavam suas identidades, desta forma classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade já não oferecem aos indivíduos todos os elementos para a constituição identitária e isso resulta no enfraquecimento das identidades individuais, provocando nos sujeitos uma sensação de vazio e perda de sentido sobre suas biografias. É isso que Stuart Hall denominará como deslocamento ou descentração do sujeito sendo que esse movimento de deslocamento ocorre em dois eixos: o primeiro diz respeito ao lugar do sujeito no mundo social e cultural que se dá principalmente pelo enfraquecimento dos elos do sujeito com as tradições; o segundo é um deslocamento de si mesmo (HALL, 2015).

Importa para este trabalho absorver das ideias de Stuart Hall como ao longo do processo transformador da modernidade as identidades dos sujeitos se modificaram, ou seja, intentamos entender como e quais elementos oriundos do dinamismo da modernização integram o processo de modificação das identidades modernas. Para tanto resgataremos as concepções de identidades apresentados pelo autor que dizem respeito a três tipos distintos de identidades modernas. São elas: a identidade do sujeito do iluminismo, a identidade do sujeito sociológico e a identidade do sujeito pós-moderno.

O sujeito do iluminismo deve ser entendido como aquele que se baseava na concepção de um sujeito ou indivíduo centrado, unificado e dotado de razão, tendo como centro essencial de sua identidade pessoal o *eu*. Já o sujeito sociológico tem na formação da sua identidade a influência direta do meio em que vive, isto é, da sociedade da qual faz parte. Sendo assim, a identidade pessoal é constituída a partir da interação do indivíduo com outros indivíduos durante as relações proporcionadas pelo convívio em sociedade, sua essência, ou como define Hall, seu *eu real*, preexiste às relações sociais, mas tais relações são capazes de promover transformações constantemente, isto é, o *eu real* é uma definição de identidade interna que está constantemente sendo remodelado por elementos de ação externa. Portanto, a identidade sociológica acaba por conectar o *interior* ao *exterior* e seria o mesmo dizer que através desse movimento o indivíduo é conectado às estruturas da sociedade tendo como contrapartida a percepção do seu lugar no mundo social. Nas palavras do autor “a identidade, então, costura (ou para usar uma metáfora médica, sutura) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis ” (HALL, 2015, p.11). É justamente isso que está passando por profundas transformações e obrigando os indivíduos a se deslocarem e se fragmentarem num cenário onde eles não conseguem se fixarem identitariamente por conta do enfraquecimento das instituições

tradicionais, já que, estas se encontram em processo de colapso. Essa concepção de Hall se aproxima das ideias de Beck (2012) quando o autor trata das transformações transitórias da sociedade industrial para a sociedade de risco. Nesse ponto, ambos autores tratam das transformações modernas como sendo uma espécie de descolamento dos indivíduos de suas bases seguras definidas pelos laços com as tradições cujas consequências obrigatoriamente apontam para novos caminhos de construção de identidade que, conseqüentemente, gera dúvidas e incertezas.

O sujeito pós-moderno surge em função desse processo de transformação que resulta em descontinuidades das identidades colocando os indivíduos numa posição na qual não se permite constituir identidade fixa dando ao processo de construção de identidade o caráter dinâmico, flexível e, por vezes, contraditório. Nas palavras de Hall:

A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente, o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente (HALL, 2015, p.11-12).

Portanto, retornamos ao ponto já colocado anteriormente de que os indivíduos em contextos de modernidade contemporânea estão diante de uma multiplicidade de identidades possíveis que surgem na medida que a própria modernidade se transforma e multiplica também os sistemas de significação e representação cultural, possibilitando aos sujeitos assumirem identidades contraditórias às suas trajetórias de vida ao longo de sua biografia mediante às necessidades e circunstâncias de cada momento e situação.

Em nosso entendimento todo esse dinamismo envolvendo novas possibilidades de identidades não cria apenas a chance de escolhas por identidades, mas cria também novos tipos de sujeitos que assumindo múltiplas identidades acabam por fundi-las em si quando as interioriza para, assim, assumir uma nova postura diante dos desafios de viver em uma sociedade tão complexa quanto a da modernidade contemporânea. Entendemos que Hall através da explanação acerca do *jogo das identidades* traz para discussão sobre o tema um elemento que nos ajuda a compreender e avançar com a análise cuja dificuldade está em entender como os indivíduos estão alicerçando suas identidades diante das inúmeras possibilidades de escolhas. A partir do jogo das identidades podemos reafirmar, retomando o diálogo com Beck e Giddens, que não há identidades fixas na modernidade contemporânea: elas são flexíveis, múltiplas e contraditórias. É importante fazer essa reafirmação no sentido de apontar para o fato

de que os elementos aglutinadores que antes garantiam identidades unificadas já não são mais capazes de promover a certeza da existência da unidade, ou seja, a ação de um indivíduo não está mais sendo dirigida apenas pela razão deste pertencer a uma determinada classe social, e portanto, entram em cena novos tipos de identidades deslocadas do pertencimento a uma classe e a ação dos indivíduos diante de decisões cotidianas deverão ter em conta novos elementos de identificação e pertencimento.

Para Hall estamos diante de uma espécie de “erosão da identidade mestra” (HALL, 2015) em função da emergência de novos tipos de identidades baseadas em sentimentos de identificação que vão além da classe social. São identidades politizadas construídas juntamente com surgimento de movimentos sociais onde é possível desenvolver sentimentos estimulados pelo pertencimento a um determinado seguimento que diz respeito ao estilo de vida adotado pelo indivíduo. Nesse sentido, quando Beck e Giddens apontam para o estilo de vida como sendo um definidor da identidade dos sujeitos devemos ter em mente que ao assumir um estilo de vida o indivíduo pode estar assumindo a reboque múltiplas formas de comportamento que estão alinhados com sentimentos de pertencimento a um movimento ou de identificação com determinada causa, assim sendo, o simples fato de pertencer a uma classe social não define suas escolhas, mas estas escolhas deverão preencher uma série de requisitos que atendam ao estilo de vida. A confusão resultante desse movimento está no quão contraditórias podem ser as múltiplas identidades, pois, nada impede um indivíduo fazer uso de diferentes modelos de vida ou ideologia para construir sua biografia. Como dito antes, as identidades são integradas ao estilo de vida de acordo com as circunstâncias e conveniências, logo, diante de impasses e decisões contrastantes as identidades podem gerar conflitos e causar confusão para a construção da biografia pessoal, porém, a decisão final deverá atender as exigências requeridas pelo momento e pela situação sendo contraditórias ou não.

Toda essa confusão que se instala em torno da construção de identidades na modernidade está diretamente conectada com o deslocamento do sujeito moderno que, conseqüentemente, nas palavras de Hall, culmina na descentração dos indivíduos e suas identidades. Como razão para a ocorrência desse descentramento o autor nos oferece uma explanação contemplando cinco correntes de pensamento que contribuíram com esse movimento. As correntes de pensamento apontadas envolvem avanços e descobertas tanto no campo das questões que abrangem as relações sociais coletivas quanto aquelas que contemplam o indivíduo consigo mesmo. Importa-nos entender, principalmente levando em consideração as descobertas e avanços das ciências sociais, como se estabelecem as novas identidades da modernidade. Aqui estamos concentrando nossas atenções no fato de as identidades modernas

serem concebidas tendo em vista a junção dos valores individuais adquiridas nos primeiros momentos da vida em que existam relações sociais, por exemplo no ambiente familiar, com a experiência de uma vida social mais ampla onde é possível adquirir valores coletivos que serão incorporados à identidade. Nesse sentido, estamos nos referindo ao tipo de formação de identidades na qual podemos observar um constante medir de forças entre os valores internos e os valores externos do indivíduo.

De acordo com Hall os cinco avanços das ciências sociais e humanas que colaboram conosco para a compreensão do descentramento são: primeiro a teoria marxista com a afirmação de que o homem não é construtor do novo, mas que apenas mantém as estruturas preconcebidas; a segunda foi a descoberta do inconsciente por Sigmund Freud que vai de encontro a ideia de que o sujeito possui uma identidade fixa e central desde o nascimento, ao contrário disso ela é moldada a partir de relações e interações com os outros; o terceiro vem dos estudos linguísticos de Ferdinand de Saussure afirmando que o indivíduo não é o autor do significado da língua, pois eles preexistem aos indivíduos, dando a língua um caráter social e individual; o quarto está presente na obra de Michel Foucault que cria uma espécie de genealogia do sujeito moderno; o quinto, e último, é o impacto gerado pelo feminismo como crítica teórica e movimento social (HALL, 2015).

Buscando estabelecer um diálogo com aquilo que já foi exposto anteriormente nos concentraremos primeiramente no apontamento do autor acerca dos estudos de Freud e da descoberta do inconsciente, pois, entendemos que ao apontar para a existência de uma identidade incompleta que será completada por elementos externos ao indivíduo, Hall a partir de Freud, se aproxima das ideias já exploradas aqui sobre o caráter contínuo do processo de construção da identidade que sofre influências profundas não apenas do ambiente social local, mas em contextos de modernidade contemporânea. Tais influências podem ter origem em ambientes muito distantes da realidade do indivíduo, mas mesmo assim surtirá efeito sobre ele e, conseqüentemente, poderá gerar ou aprofundar sentimentos contraditórias e conflitantes já existentes.

A segunda aproximação se dá a partir da discussão sobre a genealogia do sujeito moderno atribuída a Foucault. Concordamos com Hall quando o autor afirma que o objetivo central de *poder disciplinar* é controlar os indivíduos e suas atividades através das instituições, criando os *corpos dóceis*, e, por consequência desse movimento há o surgimento de um sujeito mais individualizado. Nas palavras do autor: “quanto mais coletiva e organizada a natureza das instituições da modernidade tardia, maior o isolamento, a vigilância e a individualização do sujeito individual” (HALL, 2015, p.27). Nesse cenário, os sistemas abstratos controlados por

especialistas presentes nas teorias de Giddens possuem fundamental controle sobre os indivíduos na medida em que assumem o conhecimento e de posse desse se apresentam enquanto fornecedores de segurança. Muito embora, como dito anteriormente, a modernidade também é berço de difusão de conhecimento e, portanto, os indivíduos têm possibilidades de contestarem a capacidade dos sistemas abstratos quanto mais organizado e maior sensação de segurança o sistema oferecer mais controle ele exercerá sobre os indivíduos. Como resultado disso a individualização é exacerbada na medida em que aparentemente os sistemas abstratos possuem a capacidade de controlar os infortúnios e consequências geradas por riscos globais, portanto, cresce a sensação de que não há necessidade de ações coletivas oriundas da organização de indivíduos leigos para enfrentar esses problemas, já que é possível depositar confiança na ação dos especialistas dos sistemas abstratos.

Outra aproximação entre os autores nos ocorre quanto a importância dada aos movimentos sociais que surgem, principalmente, a partir da década de 1960. Tanto Beck quanto Hall destacam dentre tais movimentos os impactos gerados pelo movimento feminista justamente por abalar as estruturas de instituições tradicionais e industriais. Aqui nos concentraremos com mais afinco nos movimentos sociais como um todo, pois, entendemos que estes são responsáveis por criar um espaço onde os sujeitos descentrados de Hall ou os desconectados de Beck irão buscar caminhos e significados para suas identidades. Tendo em vista que os movimentos sociais possibilitam identificação entre os sujeitos eles também possibilitam estilos de vida convergentes e, portanto, aglutinam indivíduos em busca dos mesmos ideais e concepções. Nesse sentido, esses movimentos são formas que buscam contestar a ordem caótica da modernidade e podem resultar no nascimento de novos núcleos sociais que em meio ao caos são capazes de apontar caminhos aos indivíduos e de fornecer ferramentas para que estes possam encontrar seu lugar dentre muitas possibilidades disponíveis na modernidade contemporânea. Complementando a ideia de Beck, Hall dirá que estes grupos de novos movimentos sociais nasceram durante a onda contestadora dos anos de 1960 e apelam para as identidades sociais dos sujeitos que os sustentam, marcando fortemente seu caráter diverso, pois para cada movimento existe uma identidade particular cujos os valores ganham destaque dando origem ao surgimento da política de identidade (HALL, 2015).

Para além dessas características, entendemos que a adesão dos sujeitos a esses movimentos sociais também faz parte do processo de individualização, pois muito embora sejam movimentos que auxiliem os indivíduos a encontrarem seu espaço são também ambientes que refletem a tentativa de fuga da padronização dos estilos de vida. Portanto, um dos objetivos para aderência dos sujeitos aos espaços coletivos dos movimentos sociais está relacionado com

necessidade de se afirmar enquanto indivíduo a partir da ação coletiva buscando apoio em outros indivíduos com estilos de vida convergentes.

Retomaremos a partir daqui o conceito de identidade cultural com o intuito de compreender de que forma as transformações da modernidade contemporânea exercem influência sobre as identidades culturais. Partimos da ideia de que as identidades culturais, de acordo com Hall, são formadas a partir do sentimento de pertencimento a determinados grupos culturais étnicos, raciais, linguísticos, religiosos e de nacionalidade que de modo geral sempre foram definidos pelas relações locais ligadas intimamente com a noção de nacionalidade, sendo assim, ao tratar do tema o autor se foca nas identidades culturais cujos referenciais estão conectados as culturas nacionais (HALL, 2015). Assim, uma nação não se limita apenas a representar uma entidade política, tal qual o Estado, mas para além disso é um sistema de representação cultural, pois aglutina representações e símbolos que proporcionam aos indivíduos sentimento de pertencimento à uma identidade nacional. Tais representações e símbolos estão presentes e são reforçados pela história e memória nacionais que servem como ferramentas para a construção da identidade da nação.

O avanço da modernidade e, conseqüentemente, o desenvolvimento e transformações tecnológicas, econômicas e sociais leva as ciências sociais a voltar suas atenções a situação das identidades culturais. Nesse sentido, duas vertentes se contrapõem sobre o tema: a primeira se coloca em defesa da manutenção das identidades culturais: para este grupo existe a necessidade de preservação de determinadas práticas e tradições definidoras das identidades individuais e coletivas frente à invasão proporcionada pelo avanço moderno e conseqüente influências distantes sobre culturas regionalizadas que podem descaracterizar tanto as identidades individuais quanto as relações coletivas das comunidades; já uma segunda vertente não vê as identidades culturais como um conjunto de valores fixos e imutáveis que preservam as identidades individuais e coletivas e, portanto, não há razões para barrar a influências de culturas distantes, por exemplo, para Garcia Canclini o intercâmbio entre culturas e identidades e, possivelmente a modificação resultante desse movimento são caminhos alternativos orientadores da formulação e construção das identidades modernas, ou seja, nem as culturas e nem as identidades podem ser pensadas como patrimônios que devem ser preservados a todo custo, pois estão em constante transformação por conta do dinamismo moderno (GARCIA CANCLINI, 1997).

Nosso interesse não está em demonstrar qual das vertentes possui mais ou menos razão, no entanto, essa discussão nos demonstra que não é possível negar que as identidades culturais estejam sofrendo as influências das transformações provocadas pela modernidade e aqui o

elemento potencializador das transformações é “um complexo de processos e forças de mudança, que, por conveniência, pode ser sintetizado sob o termo ‘globalização’” (HALL, 2015, p.39). Compreendemos que quando se trata de modificações sofridas pelas identidades os autores que movimentamos durante o texto concordam, cada qual a sua maneira, quanto a profunda atuação do movimento globalizante sobre o processo de construção de identidades. Para Beck a sociedade de risco é global e, portanto, a iminência dos riscos não seleciona a quem atingir, isso pode criar um mundo comum a todos, pois a consciência dos riscos não permite viver confinado a um espaço sem interferências externas e sem a consciência da existência do outro, assim,

[...] a consciência do risco global cria espaços para futuros alternativos, modernidade alternativa! A sociedade mundial de risco nos obriga a reconhecer a pluralidade do mundo que a visão nacionalista pode ignorar. Os riscos globais abrem um espaço moral e político que pode fazer surgir uma cultura civil de responsabilidade que transcenda as fronteiras e os conflitos nacionais (BECK, 2010, p. 364)

Nessa mesma linha Giddens, como dito anteriormente, aponta para a crescente onda de interconexões entre elementos globalizantes e as disposições pessoais no contexto de modernidade contemporânea, desta forma, para o autor a forte ligação entre o local e o global transforma os modelos da vida cotidiana não importando o quão tradicional venha a ser uma comunidade, nesse sentido: “[...] globalização diz respeito a interseção entre presença e ausência, ao entrelaçamento de eventos e relações sociais ‘à distância’ com contextualidades locais” (GIDDENS, 2002, p.27).

Seguindo esse raciocínio, Hall nos fornece um complemento às ideias de Beck e Giddens, principalmente, no que diz respeito às identidades culturais baseadas no sentimento de pertencimento a uma nação, pois a construção desse tipo de identidade depende da relação espaço-tempo que oferece coordenadas básicas de representação, porém, o processo de globalização comprime o espaço-tempo acelerando os processos globalizantes e fazendo com que tenhamos a impressão de viver em um mundo de menores distâncias e, esse movimento de constante remodelagem do espaço-tempo surte efeitos profundos sobre as localidades e representações de identidades. Nas palavras de Hall:

Todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólicos. Elas têm [...] suas “coordenadas imaginárias” [...]: suas paisagens características, seu senso de “lugar”, de “casa/lar”, ou *heimat*, bem como suas localizações no tempo – nas tradições inventadas que ligam passado e presente, em mitos de origem que projetam o presente de volta ao passado, em narrativas de nação

que conectam o indivíduo a eventos históricos nacionais mais amplos, mais importantes (HALL, 2015, p.41).

Nesse sentido, podemos apontar para um cenário onde há reais possibilidades de surgimento de novas identidades que se projetam para além de suas localidades assumindo elementos distantes da sua realidade. Dessa forma, podemos encarar a globalização como um dispositivo de desencaixe próprio da modernidade que enfraquece as identidades nacionais e coloca os indivíduos no rumo de um horizonte com identidades globalmente homogeneizadas. Diante dessa perspectiva, de acordo com Hall, do mesmo modo que indivíduos constroem identidades e biografias descoladas dos símbolos e representações tradicionais e locais tomando para si novos e distantes modelos de vida, outros buscam o caminho contrário, já que na contramão da homogeneização pode surgir a valorização das identidades locais, regionais e comunitárias (HALL, 2015). No entanto, é preciso deixar claro que a homogeneização cultural pode prevalecer sobre as tentativas de fuga desse processo, principalmente quando tratamos de consumo, isto é, o processo de globalização também globaliza o consumismo transformando qualquer pessoa de qualquer parte do mundo em um possível consumidor de tudo, assim, a partir do momento que o consumo se concretiza os “diferentes” tornam-se “iguais”, já que desejam e consomem os mesmos produtos.

Todavia, a globalização não atinge apenas aqueles que possuem condições para exercer o consumismo, ela chega a todos apresentando uma gama de identidades que podem ser adquiridas através do poder de consumo no “supermercado cultural” (HALL, 2015), fazendo com que as formulações identitárias ligadas aos símbolos e representações locais, definidoras de diferenciações através de espaços delimitados, se enfraqueçam e percam espaço para novas formulações que buscam aglutinar diversos elementos de culturas distintas com o intuito de dar sentido às novas identidades que deverão ser mais amplas e globais.

No entanto, concordamos com Hall quanto a negação de que a globalização provocará a substituição das identidades locais pelas globais rumo à homogeneização, pois não nos parece haver um conflito entre essas duas forças visando a anulação de uma pela outra. Porém, enxergamos essa relação mais como uma interação produtiva do que destrutiva. Nas palavras do autor,

Assim, ao invés de pensar no global como *substituindo* o local seria mais acurado pensar em uma nova articulação entre “o global” e “o local” [...] Entretanto, parece improvável que a globalização vá simplesmente destruir as identidades nacionais. É mais provável que ela vá produzir, simultaneamente

novas identificações globais e *novas* identificações locais (HALL, 2015, p.45).

Importa-nos muito destacar a característica de produtor de desigualdades do processo dinâmico e transformador da modernidade representado pelo fenômeno da globalização, isto é, ele não é um processo igualitário, pelo contrário, produz desigualdades tanto objetivas quanto subjetivas e cria um abismo separando pessoas e grupos. Uma das mais importantes formas de desigualdade da globalização no contexto que apresentamos aqui está relacionada a possibilidade de locomoção tanto de pessoas como de suas culturas, separando aqueles que podem se locomover, tirando proveito da compressão do espaço-tempo, daqueles que estão confinados aos seus lugares de origem. Desta forma, aqueles que se deslocam influenciam na construção das identidades dos que estão fixos e, ao mesmo tempo, tem ao seu alcance diversas outras identidades e culturas que deverão ser incorporadas a seu estilo de vida caracterizando sua identidade como global; por sua vez, aqueles que não têm a seu dispor o artifício da locomoção estão sujeitos às influências externas muito mais do que podem influenciar.

Esse movimento, certamente provoca efeitos na maneira como as identidades são construídas, ou seja, os indivíduos, de uma forma ou de outra, estão diante de múltiplas possibilidades identitárias oferecidas pela modernidade, mas precisam se adequar àquelas que estão a seu alcance. Nesse sentido, podemos projetar um cenário no qual estão presentes grupos mais beneficiados pela globalização e grupos menos beneficiados por ela. Assim, enquanto o primeiro alcança as possibilidades de obter identidades potencialmente globalizadas, o segundo enxerga as possibilidades, mas em muitos casos não consegue fazer uso delas para compor sua identidade. Em nosso entendimento os indivíduos do segundo grupo podem adquirir consciência da existência das novas formas de identidades, porém sua locomoção está limitada às suas condições econômicas e socioespaciais.

CAPÍTULO II

CONTEXTOS HISTÓRICOS DA FIGURA DO BANDIDO BRASILEIRO: BIOGRAFIAS NOTÁVEIS

Apresentação do Capítulo

Para este capítulo tomamos duas perspectivas que englobam o entendimento sobre e a definição de bandido: a primeira e mais comum a todos aqueles que pensam cientificamente ou não acerca do tema é a perspectiva do bandido comum ou ordinário cuja ação não caminha em função de outro objetivo senão o de alcançar ganhos financeiros ou de outra ordem que venha beneficiar o bandido individualmente ou um grupo de criminosos, portanto, a meta final de suas ações não se coaduna com aspirações sociais e/ou coletivas; a segunda perspectiva que deveremos ter em conta é aquela abordada no campo das ciências sociais a partir do pensamento do historiador britânico Eric Hobsbawm sobre o banditismo social, grosso modo, tal concepção da definição demonstra que o bandido não é um sujeito isolado, mas que carrega consigo aspirações sociais e coletivas de uma comunidade, de um grupo social ou de uma classe que em certa medida enxerga nas ações ilegais desses sujeitos atos heroicos e de justiça.

Neste sentido, a seguir buscaremos contextualizar o entendimento e as perspectivas acerca do indivíduo criminoso apoiando-nos em biografias de sujeitos bandidos de destaque no cenário nacional e histórico brasileiro. Para tanto, elegemos três biografias e, a nelas, iremos identificar o caráter de cada sujeito criminal e como, ao longo da história, formaram-se tais identidades bandidas brasileiras. Sendo assim, seguindo uma ordem cronológica começaremos pela biografia de Diogo da Rocha Figueira (1863-1897), seguiremos para Gino Amleto Meneghetti (1878-1976) quase contemporâneo ao Diogo, no entanto, de mundos e práticas muito distantes, e por fim, traremos para a análise Manoel Moreira (1941-1964) fechando um ciclo do banditismo que, de acordo com nosso entendimento, ainda não se pautava pela lógica do crime organizado que pode ser observado hoje, principalmente (mas, não apenas), na atuação do Primeiro Comando da Capital (PCC).

Diogo da Rocha Figueira (1863-1897)

A história de Diogo da Rocha Figueira, o Dioguinho, é rodeada de confusões desde o início de sua vida no mundo do crime, passando pela suposição de que fora homossexual, até sua morte ou desaparecimento após perseguido e encurralado às margens do rio Mogi Guaçu no interior de estado de São Paulo. Tais questões, desde as verossímeis até as mais mirabolantes contribuíram profundamente para a construção da mítica identidade criminosa de Dioguinho. Assim sendo, é necessário que façamos uma construção biográfica deste personagem histórico para possibilitar uma análise que compreendamos e enquadremos o bandido em nossa tese. Aqui faz-se necessário uma ressalva às dificuldades presentes na reconstrução histórico-biográfica, uma vez que grande parte daquilo que se sabe sobre Diogo da Rocha Figueira são de fontes do campo artístico, tais como: cinema, literatura e música. Bem como, são histórias contadas e recontadas pelo povo do interior de São Paulo. Portanto, neste caso não podem ser tratadas com a segurança e certeza de fontes históricas e documentais. Assim sendo, buscaremos nos apoiar em artigos científicos focados em extrair fatos verdadeiros da história deste bandido.

Desta forma, nos artigos, livros e relatos sobre a vida de Diogo da Rocha Figueira foi construída uma figura para além daquela de um simples bandido. Em torno de Dioguinho foi criada uma imagem mítica que ainda habita o imaginário da população do interior de São Paulo como uma personificação mágica da bandidagem interiorana que se destacava no mundo do coronelismo paulista. Nascido em Botucatu seguiu carreira de agrimensor de terras e por essa razão mudou-se para a região de Ribeirão Preto onde o trabalho era farto em função das grandes e prosperas fazendas cafeeiras.

A principal prática criminosa de Dioguinho fora o homicídio e, antes mesmo de mudar-se para a região de Ribeirão Preto, já havia praticado seu primeiro assassinato em Botucatu: de acordo com registros policiais oficiais da época, Diogo assassinou com punhaladas o gerente de um circo que estava instalado na região por conta de um desentendimento do gerente com seu irmão caçula. Segundo consta, o garoto de dez anos de idade havia entrado no circo sem pagar pelo bilhete e como castigo o gerente do circo o esbofeteou o rosto. Quando Diogo contestou o gerente sobre a agressão a seu irmão o gerente agiu com agressividade também contra ele, que reagiu e em legítima defesa matou seu agressor.

Histórias como esta são contadas sobre os primeiros passos na carreira criminosa de Diogo da Rocha Figueira, isto é, no limite era um homem que em busca de justiça para os mais fracos acabava por cometer o crime de assassinato sempre sob a alegação de legítima defesa. É

assim o relato de seu segundo assassinato que fora cometido para defender um homem preto e velho da maldade de dois jovens capoeiristas que o estavam espancando quando Diogo interrompeu o espancamento e para se defender e defender ao velho precisou matar um dos capoeiristas; bem como, o que ocorreu em seu terceiro crime no qual em defesa da honra da irmã mais nova foi ao encontro do homem que a havia desonrado exigindo a reparação com o casamento, porém, além da negação da exigência pelo casamento o sujeito ameaçou a vida de Diogo, este, diante da agressividade e falta de honra do rapaz foi obrigado a tirar-lhe a vida em defesa da sua honra e da honra da irmã. No entanto, outros rumos são tomados quando o quarto assassinato é considerado crime por motivo torpe, já que Diogo esfaqueou um jovem em um baile por ter, acidentalmente, amaçado seu novo chapéu. Ainda que Dioguinho tenha se livrado da culpa dizendo que após a discussão teria sido alvo de ameaças e por isso acabou assassinando o jovem, testemunhas do caso afirmaram que o assassino matou por matar, pois não havia a necessidade de fazê-lo uma vez que a vítima não reagira às indagações de Diogo¹.

A relação de Diogo da Rocha Figueira se modifica na medida em que sua conduta bandida desperta o interesse dos senhores do café, que enxergam em Dioguinho uma boa ferramenta capaz de auxiliá-los na manutenção da ordem coronelista no interior de São Paulo. Nesse sentido, o bandido passa a prestar serviços aos poderosos, principalmente agindo contra seus inimigos e/ou desafetos no campo político e no campo do capitalismo agrário, elemento central para as transformações no interior do estado paulista da segunda metade do século XIX. Portanto, é necessário olhar para Diogo da Rocha Figueira tendo em conta o mundo que possibilitou a existência do bandido e consagrou suas façanhas de forma mítica.

A continuidade da carreira criminoso de Dioguinho foi garantida pela relação que o bandido desenvolve com a dominância do coronelismo no interior de São Paulo, já que em função de seus serviços de assassino o bandido sempre fora acolhido e protegido pelos coronéis do café, uma vez que esses coronéis poderiam contar com Diogo para fazer valer suas vontades na região livrando-se de inimigos políticos ou, simplesmente, de desafetos que se criavam em torno de gente poderosa. Nesse sentido, o bandido em questão é fruto de seu próprio tempo, um tempo em que as lutas pela dominação política passavam pelo crivo dos coronéis que tinha como fonte de seu poder as terras que dominavam e a fama de quem manda matar e de deixa viver. Sendo assim, estando ao lado dos poderosos e prestando serviços para atender os

¹ Para efeito de citação: estes relatos foram colhidos em livros, artigos e textos jornalísticos que a partir de registros policiais e judiciários da época comprovam a autenticidade dos acontecimentos. Não é possível fazer uma citação referencial única por se tratar de acontecimentos que são relatados de forma dispersa. No entanto, os elementos principais dos relatos podem ser observados principalmente em GARCIA, 2002; SCHNEIDER, 2003.

interesses destes sujeitos, Diogo da Rocha Figueira participa diretamente das disputas políticas, empresarias e comerciais da economia cafeeira do Brasil. Portanto, a figura do bandido aqui não se desvencilha das figuras que comandavam os rumos do país daquele momento. Ele está entre elas garantindo seu poder pela força, usando de seu talento para dar segurança a um sistema social pungente. Reforçando essa ideia a tese *Dioguinho: estudo de caso de um bandido paulista* (CARVALHO, 1988) assume que o bandido atuou ao lado de empresários e políticos na disputa pelos direitos de prestação de serviços ao poder público visando desenvolver transporte ferroviário e fluvial, sistema de abastecimento de água, sistema de coleta de esgoto e iluminação pública nas regiões da Mogiana e Ribeirão Preto.

É necessário destacar a relação da população interiorana com Dioguinho e para isso é importante notar que o interior de São Paulo se viu em meio a uma grande onda de desenvolvimento durante a expansão da economia cafeeira já na metade final do século XIX, movimento este que provocou um massivo deslocamento de pessoas de variadas partes do país para o interior paulista em busca de trabalho. O desenvolvimento e expansão da economia cafeeira traz consigo o crescimento de uma população bastante pobre de trabalhadores rurais no interior de São Paulo em contraposição à riqueza e ao poder exercido pelos coronéis do café. Tanto o crescimento populacional dos trabalhadores pobres quanto a desigualdade existente entre essa população e os grandes cafeeiros tornam-se, naquele momento, solo fértil para o surgimento de figuras emblemáticas, tal qual a de Dioguinho, ainda que este não se apresente como ou represente um tipo de bandido vinculado a uma classe ou comunidade, tal qual o bandido social (HOBSBAWM, 1959). Podemos dizer que Dioguinho se relaciona com a sociedade rural do interior paulista na forma de lenda e terror, portanto, sua relação pode ser encarada como uma relação de aproximação com as classes populares, não por ser Dioguinho um representante de suas causas, mas por simbolizar a possibilidade de escape das relações humilhantes em que vivem os mais pobres, ou seja, a posição social alcançada por aquele sujeito a partir do crime possibilitou a ele, enquanto indivíduo, coloca-se ao lado dos poderosos e, desta forma, também exercer poder.

De outro lado, é possível fazer outra interpretação, uma vez que, Dioguinho servia aos poderosos como uma espécie de ferramenta para a manutenção de seus interesses, assim, o bandido não deixava de ser apenas mais um subordinado e, portanto, mais um que se adequava e se enquadrava no sistema social da época. Isso poderia ser interpretado como verdade, não fosse a posição de dependência dos fazendeiros cafeicultores daquele momento criada pelo bandido que, no limite, lhe conferia uma posição de respeito e *status*. Posição essa que muitas vezes o colocou acima da própria justiça e, desta forma, só veio a pagar por seus crimes quando

desapareceu no Rio Mogi depois de sofrer uma perseguição de policiais da Capital, já que, no interior, sempre sob a guarda dos coronéis, safou-se de diversas condenações ao longo de sua vida criminosa. Portanto, ainda que Dioguinho não se apresentasse como um bandido comprometido com uma causa social, sua imagem entre os populares sempre foi ligada ao sujeito que através do crime conseguiu romper barreiras e alcançar um lugar de destaque em um mundo dominado pela riqueza dos coronéis do café. As histórias e estórias que são contadas tendo Dioguinho como personagem central são carregadas por uma atmosfera onde a valentia, a violência e a coragem de um bandido colocou um paulista interiorano pobre em uma posição que não era aquela dos poderosos coronéis, mas lhe possibilitava transitar entre os dois mundos.

Gino Amleto Meneghetti (1878-1976)

De início é necessário fazer uma ressalva no que diz respeito às fontes consultadas para obter material de reconstrução da trajetória de Gino Meneghetti. Assim sendo, tomaremos como fonte base para sua biografia o livro *Meneghetti, o Gato dos Telhados* (BENEDITO, 2009) e *O Lendário Meneghetti – Imprensa, Memória e Poder* (BERNARDI, 2000). Para além dessas obras utilizaremos textos e entrevistas de jornais para compor a história de Meneghetti, uma vez que sua figura e suas proezas foram esquecidas aos poucos com o passar do tempo, no entanto, ainda é possível encontrar em arquivos da imprensa rico material a respeito de Meneghetti.

Gino Meneghetti nasceu em Pisa, Itália, em 1878 filho de Angelo e Landônia. Cresceu em uma família grande e pobre para a qual o sustento vinha do trabalho de transportador de materiais para construção realizado pelo pai pelo rio Arno entre Pisa e Florença. Boa parte de sua infância foi ao lado do avô Beppe já aposentado que passava a maior parte do dia pescando. Isso muda quando seu pai se torna empregado de uma cerâmica fora de Pisa e incumbe o jovem Gino de levar seu almoço todos os dias e assim o garoto na faixa do onze para doze anos cumprindo a tarefa conhece outros garotos em Pisa, pobres como ele. Com estes garotos formou um bando que praticava roubos e furtos de coisas pequenas, geralmente frutas e galinhas (BENEDITO, 2009).

É importante observar que antes de começar a praticar pequenos crimes com outros garotos de Pisa Meneghetti foi à escola e, segundo ele próprio, foi lá que, para além de se alfabetizar, aprendeu que as desigualdades entre as pessoas eram grandes e o incomodavam profundamente e esse aprendizado mostrava-lhe também seu lugar social. De acordo com o próprio Meneghetti: “Meu mundo era um dos mais pobres e esquecidos da fortuna. Reconhecia-me pobre, filho de pais pobres e neto de avós pobres. Minha família, pelo que soube, nunca teve um rico” (BENEDITO, 2009, p.25). A noção da desigualdade lhe conferia uma revolta e a revolta justificava o crime e com essa noção de desigualdade, bem como de lugar social tecia críticas ao sistema de justiça:

“Eu achava que a autoridade que tivesse encarregada de julgar os criminosos deveria antes conhecer a amargura da vida. Não me conformava em ver que pessoas criadas com todo o conforto, na infância e a mocidade, mais tarde fossem juízes ou pretores, julgando os outros” (BENEDITO, 2009, p.28).

Sua vida de crimes na Itália o levou para a prisão pela primeira vez aos onze anos de idade e desde então suas idas e vindas dos reformatórios e prisões tornaram-se constantes, inclusive com um episódio de fuga. Por essa razão, decide voltar a estudar e trabalha com o pai como mecânico e serralheiro, nesse meio tempo buscou economizar já que havia decidido sair de Pisa e da Itália, pois se tornara um bandido marcada nas redondezas e já não era possível seguir vivendo daquela forma. No entanto em Marselha, França volta a ser preso e, logo após, deportado para a Itália. De volta à Toscana foi convocado para o serviço militar e é o momento onde demonstra seu talento para malandro que adquiriu durante sua atuação enquanto bandido, pois, fingindo loucura, foi diagnosticado por um psiquiatra como alienado e conseguiu, desta forma, se livrar do serviço militar. No entanto, embora tenha escapado de servir às forças armadas não conseguiu se livrar de um longo período de internato em manicômios. Portanto, os momentos de sua vida que antecedem sua mudança para o Brasil foram gastos em manicômios, uma vez que havia sido diagnosticado e considerado louco moral e alienado mental (BERNADI, 2000).

Após se livrar definitivamente dos manicômios passou por diversos países da Europa buscando reconstruir-se. Assim, morou em Berna, na Suíça, conheceu Roma, entrou clandestinamente na ilha francesa de Córsega e foi preso novamente. Fugiu e foi parar em Cannes. Lá conseguiu emprego em um hotel onde tentou reconstruir a vida honestamente até não resistir à tentação e se apossar das joias de um grupo de clientes do hotel. Depois disso ainda assaltaria uma joalheria em Marselha antes de voltar para a Itália e decidir de uma vez por todas que partiria para o Brasil, pois sua condição de bandido conhecido em sua terra natal já não era mais suportável e tampouco rentável. Chega ao Brasil em junho de 1913. Desembarca em Santos e segue diretamente para São Paulo onde se instalaria na casa de uma tia que era dona de uma pensão/restaurante, dando início assim a sua nova vida (BENEDITO, 2009).

A história de Gino Meneghetti no Brasil não foge muito à vida de bandido na Itália e outras partes da Europa. No entanto, ganha ares romanescos que criam uma trajetória quase que heroica e até mitológica. Suas memórias, biografias e mesmo os artigos jornalísticos escritos sobre Meneghetti, embora nunca tenham deixado de mencionar que tal homem era um bandido, sempre o colocaram na posição de uma espécie de anti-herói e bom ladrão. De toda forma, não é possível deixar de lado as façanhas de Meneghetti de 1913 até 1926 quando foi preso e condenado não só pelos assaltos e roubos, mas também pelo assassinado do Delegado

Waldemar Dória². Durante este tempo, Meneghetti viveu em São Paulo, Curitiba, Ponta Grossa, Juiz de Fora e voltou para São Paulo.

De início tentou viver de forma honesta em São Paulo, mas não conseguia cumprir ordens e horários para ganhar pouco dinheiro e viver uma vida medíocre (BENEDITO, 2009), assim, já no seu primeiro ano se envolveu com ladrões de armas e começou a vender armas e munições e, por conta disso foi preso e condenado pela primeira vez no Brasil e também executou sua primeira fuga em São Paulo: após ser condenado a pagar oitos anos de prisão tenta uma fuga cavando um túnel, mas o plano foi delatado por outro preso e Meneghetti mandado para uma carceragem especial, uma espécie de poço com grades no topo onde os presos eram colocados nus, Meneghetti escalou o poço e conseguiu forçar as barras a ponto de criar uma abertura por onde passou e fugiu. A partir de então o mito Meneghetti começa a ser construído sendo a imprensa a grande alavanca para isso, uma vez que a fuga de um homem nu de uma solitária era um atrativo para os periódicos paulistanos.

Em meio a vida de crimes, antes mesmo da prisão, Gino Meneghetti havia se apaixonado e roubado Concetta dos pais em São Paulo e depois da fuga carrega Concetta para o sul do país e em Curitiba tenta novamente levar uma vida honesta, adquirindo um pequeno mercado com o lucro que obtivera em assaltos a joalherias em São Paulo antes de partir para o sul. No entanto, a vida honesta logo é deixada de lado assim que Meneghetti vê a chance de utilizar seu negócio para obter vantagens com jogos ilegais. Nesse momento já estavam vivendo em Florianópolis onde havia aberto um antiquário e no mesmo local funcionava uma espécie de cassino para carteados explorado por Meneghetti que fazia as vezes da banca. Segundo o próprio Meneghetti ele teve problemas em Florianópolis por conta do filho de um funcionário da alfândega que roubava mercadorias no porto, pratarias e peças de antiquário, e as vendia para ele como peças legais que pertenciam às famílias ricas de Florianópolis. Portanto, ele (Meneghetti) desconhecia a origem das mercadorias, mas foi acusado de receptar produtos roubados e, assim o prestígio que havia conquistado junto à sociedade de Florianópolis enquanto homem honesto e comerciante de sucesso acabou obrigando-o a voltar para São Paulo.

A fama de Meneghetti se solidificou em São Paulo por conta da forma como praticava seus crimes. Sempre buscou roubar apenas os ricos e de maneira muito estratégica, vigiando e se inteirando dos hábitos de suas vítimas. Sabia quando encontraria as casas vazias, portanto,

² Segundo consta, e de acordo com o próprio Meneghetti, nunca ficou provado que ele havia assassinado o Delegado Waldemar Dória durante o cerco que acabou com a prisão de Meneghetti. Após a prisão foi encontrado com Meneghetti um revólver calibre 32 enquanto a bala que atingiu o Delegado era de calibre 38. Assim como, vai a favor do acusado o fato de o Delegado ter sido atingido com tiro nas costas após invadir a casa onde estava Meneghetti com outros policiais que iniciaram o tiroteio quando confirmaram a presença do bandido.

foram raras as vezes em que ficou cara a cara com aqueles de quem roubava. O apelido de gato dos telhados se deve ao fato de que se especializou em se movimentar rapidamente por cima das casas e, assim dificultar a ação da polícia. E foi desta forma, que obteve fama e também riqueza em São Paulo através do crime. Segundo consta, uma das últimas incursões policiais para prendê-lo encontrou em sua casa, sob a guarda de Concetta, uma considerável fortuna em joias fruto de roubos, o suficiente para garantir uma vida confortável sem precisar trabalhar ou praticar crimes (BENEDITO, 2009).

Essa última incursão da polícia não conseguiu prender Meneghetti, mas por outro lado, colocou no cárcere sua esposa Concetta e seus dois filhos foram entregues aos cuidados de parentes, uma vez que ainda eram menores de idade. Meneghetti começa então a desafiar a polícia deixando bilhetes atrevidos na cena de seus crimes e atacando, principalmente a polícia por sua incapacidade em prendê-lo e covardia por manter detida sua esposa que, de acordo com ele, não era criminosa, pois não tinha conhecimento de sua atuação enquanto bandido. Essa atitude de Meneghetti movimentava a imprensa que passou a colocar em evidência a ineficiência da polícia paulistana, que por sua vez se mobilizou em peso para efetuar a prisão do grande ladrão. A prisão só aconteceria após um cerco policial a Meneghetti durante uma visita aos filhos na casa de seus parentes que estava sob a vigilância policial. Já na primeira tentativa da polícia de prender Meneghetti o delegado que comandava a operação foi atingido por um tiro e isso dificultou ainda mais a vida do ladrão que sempre negou ter atirado no delegado Waldemar, como dito anteriormente, o assassinato do delegado Waldemar Dória nunca ficou bem explicado, já que ele foi atingido nas costas por uma bala de calibre 38 enquanto invadia, com sua equipe, a casa onde estava Meneghetti, este foi capturado com um revólver calibre 32 e alguma munição, enquanto o revólver de onde partiu o tiro que atingiu o delegado nunca foi encontrado.

Após sua prisão, no dia 4 de junho de 1926, foi condenado a mais de 43 anos de prisão que mais tarde foram reduzidos para 25 anos, dos quais 18 cumpriu em uma solitária construída especialmente para ele (uma forma de castigo pelo assassinato do delegado). Saiu da prisão em janeiro de 1945 e voltou a ser preso dois meses depois por tentativa de homicídio. Essa seria sua sina, sucessivas prisões, fugas e tempos de liberdade até sua velhice. Foi preso pela última vez aos 92 anos de idade tentando invadir uma casa no bairro de Pinheiros em São Paulo, sendo reconhecido pelo delegado que o liberou por falta de denúncia e, também, por pena do velho ladrão.

Durante toda a sua vida enquanto bandido, Meneghetti sempre carregou consigo um tipo de mágoa com as classes dominantes e como o fato de *alguns terem muito e outros não terem*

nem o que comer. Em alguns momentos, seu discurso, ou pelo menos aquele discurso apresentado pelas pessoas que escreveram suas memórias se confunde com o discurso de luta de classes e o aproxima de uma espécie de bandido anarquista. Sua famosa frase: “a propriedade é um roubo, portanto não sou ladrão”, o aproximava da noção de sociedade do pensador Pierre Joseph Proudhon (1809-1865). Esta forma de pensar sempre esteve presente em suas entrevistas e repetiam-se em suas memórias e biografias. A postura de Meneghetti de ser um bom ladrão e nunca roubar de pobres o coloca numa posição de negação da dominação social do rico sobre o pobre, mas para além disso seu modo de desafiar o poder da polícia e colocar em dúvida a capacidade desta em prendê-lo talvez seja o que mais aproxima o bandido do povo.

Manoel Moreira (1941-1964)

Manoel Moreira ou Cara de Cavalo de fato nunca foi um bandido de grande expressão no cenário carioca onde nasceu, mas sua morte após uma perseguição que seguiu por quase dois meses se tornou um marco na história da polícia e do mundo do crime no Brasil.

Porém, antes de chegarmos ao fato e ao momento que elevaram Cara de Cavalo do patamar de bandido de pequena monta para criminoso perigoso e número um na lista dos procurados no Rio de Janeiro, faz-se necessário remontar a uma breve biografia de Manoel Moreira. Este nasceu e viveu na Favela do Esqueleto, no Rio de Janeiro, onde iniciou-se na vida criminosa traficando maconha, ainda menino, na Central do Brasil. A partir daí e, por consequência, de sua atividade e envolvimento com o mundo do crime carioca quase que naturalmente começou a relacionar-se e ter contato com a contravenção do jogo do bicho, bem como como o mundo da prostituição e assim ampliando sua atuação no crime tornou-se um considerado cafetão.

Enquanto contraventor, pequeno traficante de drogas e cafetão também realizava a ronda pelo bairro de Vila Isabel cobrando o pagamento compulsório pelo funcionamento do jogo do bicho na região. Essa sua ação seguiu até o momento em que os bicheiros, insatisfeitos com tais pagamentos, recorrem à ajuda de policiais que estavam se organizando ilegalmente para caçar criminosos no Rio de Janeiro, ou seja, os contraventores do jogo do bicho carioca já dispunham, naquele momento, da colaboração de grupos hoje conhecidos como milicianos. Para solução dos problemas entre os contraventos e Manuel Moreira, a ajuda veio do detetive Milton Le Cocq, que organizou um cerco em um ponto de jogo do bicho para capturar Manuel Moreira.

Manoel Moreira percebendo que havia uma armadilha policial para apanhá-lo e tentou fugir de táxi, já que era assim que costumava fazer a rota de cobrança diária dos pagamentos compulsórios dos bicheiros. Le Cocq e seu grupo perseguiram Manuel Moreira e assim iniciou-se um tiroteio no qual Manoel Moreira atinge mortalmente Le Cocq e consegue fugir. A partir de então, Manoel Moreira passa de um simples bandido do baixo escalão para figurar enquanto facínora assassino de policial procurado por toda a polícia do Rio de Janeiro. Seguindo o curso do caso, Manoel Moreira seria morto alvejado por muito tiros menos de dois meses após a morte do detetive Le Cocq, em Cabo Frio. O jornal Correio da Manhã de 4 de outubro de 1964 ilustrou muito bem como se deu a ação policial que resultou na morte de Manoel Moreira:

Caçado.

Com dezenas de tiros de metralhadoras e revólveres calibre 45 foi morto na madrugada de ontem em Cabo Frio o bandido “Cara de Cavalo”, tristemente célebre depois que assassinou o detetive Milton Le Cocq, conhecido e eficiente policial da Guanabara. A partir daquela data dezenas de blitz foram levadas a efeito em bairros, morros e favelas do Rio e em municípios fluminenses onde alguém informava estar o bandido homiziado. O trabalho era intenso e mobilizava centenas de homens, enquanto as despesas subiam mais e mais. Nada disso era, porém, levado em conta pelas autoridades, particularmente pelos amigos e colegas de Le Cocq, que queriam o “Cara de Cavalo” vivo ou morto, preferivelmente morto, dado o ódio que o bandido passou a despertar nos amigos do detetive. As notícias eram também de molde a fazer com que os policiais preferissem atirar primeiro, e atirar muito, pois diziam que o facínora “só se entregava morto”, “venderia caro a prisão”, “receberia a polícia a bala” e outras fanfarronadas que em verdade parece terem sido criadas pela imaginação de alguns amantes de sensacionalismo, uma vez que ninguém mais viu “Cara de Cavalo” depois do momento em que ele assassinou o detetive Le Cocq.

Tal era a sede dos policiais no bandido que, quando as blitzs diminuíram de intensidade o lícito era admitir que o homem já estivesse sido liquidado, faltando à Polícia, apenas, coragem para anunciar o feito. Em verdade sua sorte estava selada.

Depois veio o assassinio do detetive Perpétuo, cometido por um colega, mas tendo como causa indireta “Cara de Cavalo”. A morte de um dos policiais mais representativos do Rio de Janeiro – que foi sem dúvida Perpétuo – e sua ligação com o caso de “Cara de Cavalo” não passaram despercebidas aos colegas dos dois detetives mortos. E a ira aumentou.

E na perseguição sem tréguas que a Polícia moveu contra o bandido, diversas pessoas morreram confundidas com ele. Era o ódio dominando o bom-senso.

Afinal o que a Polícia queria era fazer com que o facínora “botasse a cabeça de fora”, como se costuma dizer. O plano deu certo: um pequeno descuido e o bandido foi crivado de balas. Um bandido vulgar, que em 1958 foi preso por um pequeno furto numa feira de subúrbio e internado no SAM, de onde mais tarde sairia não mais como Manoel Moreira, mas como “Cara de Cavalo” (JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 1964).

O caso de Manuel Moreira é intensificado e ganha novos significados quando olhamos para o seu desfecho prestando atenção na forma como tal caçada foi conduzida: ao que tudo indica nunca houve intenção de capturar Manuel Moreira, mas sim eliminá-lo, assassinando-o, assim como ele havia feito com o detetive. É emblemático também que após sua morte, Le Cocq, foi homenageado pelos colegas que adotaram seu nome para o grupo paramilitar denominado Scuderie Le Cocq que viria a se transformar em um dos mais violentos grupos de extermínio brasileiro. A atuação como polícia especial da Scuderie Le Cocq foi oficializada em 1965 como Esquadrão Motorizado. No entanto, na ocasião da morte de Manuel Moreira, esse grupo havia sido criado a partir de um desejo de vingança pela morte de Le Cocq, e seus membros se dispuseram voluntariamente na busca do assassino do colega, sendo o desfecho o mais violento possível.

A forma como a Scuderie Le Cocq agiu diante do caso de Manuel Moreira acabou por criar uma imagem de resistência ao Regime Militar ligado ao personagem Cara de Cavalo. Não é difícil perceber que Manuel Moreira nunca foi resistência ao governo dos militares e, portanto, é possível afirmar que Cara de Cavalo nunca se apresentou como bandido com consciência política e social. No entanto, o movimento que criou a figura do marginal resistente parte de outro movimento: o artístico, que, a partir do olhar e das obras de Hélio Oiticica em suas intervenções do “Seja Marginal Seja Herói”, molda sobre a figura de Cara de Cavalo uma outra figura símbolo de resistência.

A aproximação do mundo artístico com o mundo do crime pode ser observada em alguns momentos na história brasileira, especialmente no Rio de Janeiro, artistas frequentavam as favelas e conviviam diretamente com a marginalidade. Hélio Oiticica é um exemplo de tal proximidade, e ainda podemos citar Jorge Ben e a música “Charles Anjo 45” de 1969 inspirada não se sabe muito bem se em um bandido ativo na vizinhança onde morava Jorge Ben, ou ainda em um marinheiro desertor que se juntou à guerrilha contra os militares durante a ditadura. Fato é, que “Charles” foi retratado nas letras como um malandro gente boa que conseguia apaziguar o morro e quando ele estava presente tudo corria na maior tranquilidade e o morro vivia em paz, Jorge Ben se vale da estética bandida ou estética marginal utilizando os termos Charles ou Anjo que viriam a se tornar personagens recorrentes em suas letras.

Voltando a Manoel Moreira o que buscamos entender a partir desse personagem é como um bandido de pouca importância no mundo do crime foi alçado ao posto de anti-herói resistente ao governo militar a partir da ação artística de Oiticica. É importante lembrar que as intervenções artísticas de Oiticica que apresentaram Manoel Moreira ocorreram em 1968 durante um dos pontos altos da repressão da ditadura e, desta forma, traz a reboque o espírito revolucionário daqueles que se punham contrários ao governo militar e necessitavam encontrar figuras dentro de uma lógica de transgressão de valores burgueses.

Hélio Oiticica frequentava o morro da Mangueira e conhecia o mundo da marginalidade, relacionando-se cotidianamente com marginais e malandros desenvolve admiração e fascinação pelo mundo do crime e seus personagens. Sua exposição artística em homenagem ao amigo bandido com o título *Manoel Moreira, o Cara de Cavalo*, de certa forma inaugura o movimento artístico conhecido como marginália ou cultura marginal, ocupando de maneira marcante o cenário cultural brasileiro do final da década de 1960 até meados dos anos de 1970. A partir desse movimento a marginalidade passa a ser olhada de forma diferente e, portanto, considerada por estes artistas uma forma de transgressão aos valores conservadores e burgueses que se

identificavam com o regime militar, este olhar idealizaria um mundo do crime como sendo um produto das contradições da sociedade brasileira.

As Artes, os Movimentos Marginais e o Banditismo

Tomemos como ponto de partida para esta parte do texto a ação de artistas como Hélio Oiticica que se relacionavam com a marginalidade do Rio de Janeiro. A convivência de Oiticica com a bandidagem lhe proporcionou inspiração para a criação de obras artísticas impactantes de importância não apenas para o meio artístico, mas também para a compreensão da realidade social de seu tempo.

No caso de Oiticica a cultura visual é de extrema importância, pois a partir dela o artista conseguiu transmitir ao público o desconforto social de seu tempo. De forma geral, e não apenas nas obras de Oiticica, a cultura visual não está limitada à história das imagens ou limitada a contar a história das fontes imagéticas produzidas por uma determinada sociedade. Para além disso a cultura visual configura uma ferramenta para a compreensão da cultura e da própria sociedade, isto é, este conceito reúne um conjunto de práticas e discursos reprodutores do social e das práticas sociais e deve ser compreendido como um meio para a compreensão da sociedade. Desta forma, é importante ter em mente que toda relação humana é intermediada pela cultura visual. Em outras palavras, não importa onde vivemos, quem somos ou no que acreditamos, de uma forma ou de outra sempre somos atingidos por um turbilhão de imagens que influencia e também é influenciado pela sociedade que o produz. Esse movimento é possibilitado, principalmente pelas novas tecnologias de comunicação que possibilitam a circulação mundial de ideias e informações de forma rápida e instantânea. E nesse jogo, apesar da imagem e do texto estarem sempre em sintonia, a imagem é o centro da operação sendo a partir dela possível dar mais fluidez às comunicações e atingir um grande número de indivíduos. Portanto, sendo a cultura um complexo conjunto de práticas e processos pelo meio do qual os indivíduos e os grupos conferem sentido ao mundo que os cerca, a cultura visual, integra tal conjunto uma vez que a imagem possui a capacidade de se comunicar com as pessoas através de símbolos e significados comuns entre os membros da sociedade, conferindo e abrangendo os significados das expressões culturais imagéticas.

A partir dessa ideia buscaremos nas manifestações artísticas marginais elementos que nos auxiliem a compreender a construção da identidade do sujeito bandido e a sua “legitimação”. Para tanto, concentraremos os olhares em três campos artísticos da periferia: na música, especialmente o RAP e o movimento HIP HOP; na literatura marginal ou periférica; e no cinema. O objetivo dessa parte do trabalho é extrair das manifestações artísticas ferramentas que nos auxiliem a entender o ator social em questão e, como dito anteriormente, partindo do

pressuposto de que a arte é um tipo de manifestação da realidade que se utiliza de metáforas, cabendo ao pesquisador analisá-las e interpretá-las.

A Música

Não é pequena a literatura, incluindo a acadêmica³, que se debruça sobre o tema e sobre a cultura do *hip hop*, sendo assim, temos muitas fontes das quais podemos beber para recontar a história, mesmo correndo o risco de nos tornarmos repetitivos. No entanto, toda a vez que essa história é recontada ela sofre o risco de alterações e ao mesmo tempo pode se servir de tais alterações e se tornar ainda mais interessante para aqueles que a ouvem, tendo em conta principalmente que a impressão particular e pessoal de quem a conta deve e pode trazer novos elementos e curiosidades.

Nesse sentido, é importante ter em mente que não é possível dissociar o movimento *hip hop* das manifestações artísticas oriundas das áreas urbanas periféricas e pobres com uma grande concentração de população negra. Em outras palavras, o *hip hop* é uma manifestação artística periférica, “pobre” e negra. Portanto, assim como surgiu no Bronx em Nova Iorque, naturalmente chegou e se instalou nas periferias de São Paulo.

A música da periferia por si só representa um grito marginal que é construído a partir da narrativa do cotidiano de seus compositores e interpretes. É preciso deixar claro que quando nos referimos à música marginal estamos nos dirigindo (não somente, mas principalmente) ao rap por ser considerado um dos representantes da música marginal de protesto. Se antes a expressão maior da música marginal se dava a partir do samba de compositores como Bezerra da Silva e Adoniran Barbosa, narrando problemas sociais cotidianos das periferias de maneira artística, hoje, principalmente a partir da década de 1990, o rap ganhou espaço e força entre os jovens que enxergam nessa manifestação artística a representação da realidade do seu universo social. São inúmeras as bandas de rap que surgem e surgiram da união entre presidiários no interior das penitenciárias ou de ex-detentos que voltam para a periferia após cumprirem suas penas e encontram na arte uma chance de redenção e uma maneira de denunciar os problemas coletivos e individuais dos atores sociais periféricos. Essas bandas e seus integrantes são

³ Spensy K. Pimentel (O livro vermelho do hip hop. Trabalho de conclusão de curso. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997), Micael Herschmann (Abalando os anos 90 – funk e hip-hop: globalização, violência e estilo de vida. Rio de Janeiro: Rocco, 1997), Francisco J. Damasceno (O movimento hip-hop organizado do Ceará / MH2O-CE (1990-1995). Dissertação (Mestrado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1997), José C. Silva (Rap na cidade de São Paulo: música, etnicidade e experiência urbana. Tese (Doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1998), Maria E. Guimarães (Do samba ao rap: música negra no Brasil. Tese (Doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1998) e Marco A. Tella (Atitude, arte, cultura e autoconhecimento: o rap como voz da periferia. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2000).

interpretes da periferia: cantam seus anseios, explanam seus problemas e desejos, inspiram seus iguais, enfim, são porta-vozes do grupo no qual figuram enquanto atores sociais ativos.

Para exemplificar tomemos três grupos de RAP como fonte para de análises: Racionais MC's, Trilha Sonora do Gueto e Detentos do RAP. Racionais MC's se destaca por ser o expoente do RAP nacional e seus trabalhos possuem sintonia com a discussão aqui proposta na medida em que as letras retratam o cotidiano da vida na periferia. Além disso, Mano Brown, vocalista e líder do grupo é um intelectual da periferia e representa a voz de seus iguais para fora das periferias, tendo sido, inclusive, tema de tese de doutorado da Universidade de Campinas (UNICAMP)⁴ por conta de sua representatividade.

Trilha Sonora do Gueto é um grupo formado em 1999 pelo ex-detento Djalma Oliveira Rios, conhecido como Cascão. Cascão formou o grupo após sair da prisão onde cumpriu pena de 8 anos por roubo à banco. Este grupo possui como uma de suas marcas a agressividade presente nos trabalhos, ou seja, tanto as letras de suas músicas como a postura do grupo em shows demonstram uma posição contrária, principalmente, ao funcionamento do sistema carcerário e policial em São Paulo. Um bom exemplo disso foi o lançamento da música “W2 Proibida” lançada em maio de 2015 diretamente no youtube. Essa música, segundo o próprio Cascão, é um “salve geral” feita atendendo um pedido de dentro do sistema penitenciário, portanto, do Primeiro Comando da Capital.

Detentos do RAP é mais um exemplo de grupo de RAP formado por ex-detentos, no entanto, neste caso, esses quatro integrantes ainda estavam presos quando se reuniram em 1998 e criaram o grupo dentro da Casa de Detenção de São Paulo, o Carandiru. O primeiro disco, “Apologia ao Crime”, foi gravado em um estúdio móvel montado dentro da prisão e vendeu mais de 20 mil cópias, por conta disso, Detentos do RAP foi o primeiro grupo de RAP formado por presos a conseguir autorização para fazer shows enquanto ainda estava encarcerado. Suas músicas retratam de forma dura a realidade da vida de bandido e a vida dentro do sistema penitenciário.

A literatura

A literatura marginal é um campo vasto que vem sendo explorado por pesquisadores, já que é possível realizar amplos estudos acerca da criminalidade utilizando-se da literatura produzida na periferia. Devemos considerar que nessas manifestações literárias encontramos o

⁴ SILVA, Rogério de Souza. A periferia pede passagem: trajetória social e intelectual de Mano Brown. Tese de Doutorado. Unicamp, Campinas, 2012.

Acesso *on line*: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/280940/1/Silva_RogeriodeSouza_D.pdf

reflexo social cotidiano de atores que compartilham suas vidas com sujeitos bandidos e não necessariamente integram, mas precisam se adequar às normas do mundo do crime. Assim sendo, não é possível dissociar o imaginário do real e a fantasia artística da realidade das ruas.

Ferréz, para citar um escritor bastante ativo da periferia, em seu livro *Capão Pecado* (2000) romanceia o dia-a-dia violento do bairro Capão Redondo na zona sul de São Paulo onde o escritor vive; já em *Manual Prático do Ódio*, publicado em 2003, Ferréz retrata a trajetória das vidas de integrantes de um grupo de ladrões. Ao apresentar o personagem Régis já no início da trama o escritor mostra para o leitor um criminoso que deseja abandonar a vida de crimes, mas acredita que não é a hora certa para isso, afinal Régis “conhecia tantos amigos da profissão perigo que se deram bem e compraram comércios, que não aceitava ainda não ter feito a correria certa” (FERRÉZ, 2003, p.14).

O Cinema

A proposta aqui é buscar compreender como a figura do bandido foi e é abordada no cinema nacional, para tanto, primeiramente lançaremos um rápido olhar sobre o bandido no Cinema Novo e marginal e logo após faremos uma comparação com a figura do bandido do cinema contemporâneo. Adiantando o processo, podemos partir da suposição de que o cinema das décadas de 1960 e 1970 nos oferece uma visão, até certo ponto, romântica do banditismo enquanto o cinema contemporâneo brasileiro, em sua maioria, constrói um sujeito para qual deseja-se a aniquilação ou, no mínimo sua extirpação social.

Neste plano, devemos nos lançar primeiramente a um resgate do Cinema Novo e marginal das décadas de 1960 e 1970 onde encontramos um cenário propício para o desenvolvimento da tese de que bandido ainda não figurava como sinônimo de um desprezo total pela sociedade, mas até certa medida, encontrava na própria sociedade elementos que suportavam sua condição de fora da lei.

A ebulição política do início da década de 1960 promove mudanças no cenário conturbado do Brasil daquele momento que já em 1961 implanta e assume um parlamentarismo emergencial e que já em 1963 é derrubado por um plebiscito restabelecendo o presidencialismo brasileiro. Em meio à crise política evidente diversos setores da clamavam por reformas profundas e em 1964, como é do conhecimento de todos, ocorre a deposição do presidente João Goulart, e consequentemente o Brasil mergulharia em um dos momentos mais trágicos de sua história política: o Golpe Militar de 1964 que se estenderia até 1985.

É preciso deixar claro que a intervenção política dos militares aconteceu de maneira gradual. Assim, ao olharmos para a inesperada renúncia do presidente Jânio Quadros podemos

observar que alguns setores militares se mostravam favoráveis ao estabelecimento da Ditadura Militar. Portanto, nesse sentido o que ocorreu em 1961, quando o vice-presidente João Goulart teve sua posse ao cargo presidencial ameaçada por militares que o considerava um político comprometido com as esquerdas nacionais pode ser considerada a primeira intervenção dos militares na política brasileira que culminariam no golpe. Por conta dos movimentos feito pelos militares o congresso nacional imputa à política brasileira o parlamentarismo como condição para João Goulart assumir o poder, tendo, portanto, seus poderes limitados, mas como dito anteriormente o parlamentarismo seria derrubado por plebiscito em 1963, dando assim a João Goulart mais liberdade enquanto presidente do Brasil. Com o fim das limitações impostas pelo parlamentarismo à presidência as ações e decisões reformistas do governo desagradavam camadas conservadoras da sociedade brasileira que buscaram nos militares apoio para combater a suposta guinada ao comunismo promovida pelo presidente João Goulart, sem necessidade de nos aprofundarmos nos detalhes, no dia 1º de abril de 1964 a oposição composta pelas elites empresarias, militares e setores conservadores da sociedade brasileira depõem João Goulart da presidência dando início à Ditadura Militar no Brasil.

Este breve resgate/introdução ao momento político nacional da década de 1960 se faz necessária, pois no remete à importância e influência desse período sobre as transformações sofridas pelo cinema nacional. E aqui estamos interessados principalmente nas mudanças que atingirão o movimento do Cinema Novo, já que muito embora a cena do Cinema Novo tenha se iniciado na década de 1950 – podemos colocar como marco de estreia desse estilo o filme “Rio 40 Graus” de Nelson Pereira dos Santos de 1955 – é durante a década de 1960 e em função da conturbada situação político-social do Brasil que o Cinema Novo se firmará e produzirá suas principais películas.

Portanto, essa década foi de extrema importância para o cinema brasileiro, uma vez que incomodados com situação política do país cineastas cinemanovistas buscaram apresentar em suas obras o caráter revolucionário do movimento, sempre de cunho social e político. E dentro da cena do desenvolvimento do próprio cinema nacional o Cinema Novo se apresenta como um contraponto e à indústria cinematográfica da empresa Vera Cruz, bem como às chanchadas apresentando a seus espectadores aspectos da sociedade brasileira pouco explorados até então pela cinematografia nacional. Está presente nas obras cinemanovistas o acirramento das lutas sociais no campo e na cidade, bem como a relação intrincada e complexa entre artistas, intelectuais e sociedade. E como proposta revolucionária, o movimento cultural deveria se fundir com as perspectivas de transformações sociais pensadas pelo próprio movimento, culminando na busca por acabar com a alienação do público (MENDONÇA, 1988).

O cinema novo inaugura a partir das contribuições de Glauber Rocha um novo caminho para a cinematografia brasileira. Glauber Rocha propunha não apenas desnudar o Brasil explorando a miserabilidade do povo através da estética da fome, mas ia muito além, pois para o cineasta as obras deveriam chamar a atenção para as condições sociais dos brasileiros e, desta forma, contribuir com o debate e com as reflexões que abordavam tais problemas. Para lograr tais objetivos os cinemanovistas

[...] procuram produzir cinema de forma independente, sem preocupações com os acabamentos formais que caracterizavam a produção do tipo industrial. Ao mesmo tempo, criticavam também as produções de comédias e musicais populares, conhecidos como chanchadas, características de produtores localizados no Rio de Janeiro. Propunham a inovação estética, afinada com as novidades oriundas dos grandes centros cinematográficos europeus, mas também inseriam o debate político sobre a função social da produção cinematográfica (MALAFAIA, 2008, p. 204).

Paralelamente a isso surgia também naquele momento o movimento do cinema marginal que se tornava possível graças a nova tecnologia das máquinas super-8 que garantiam certa qualidade às produções e contavam com um baixo custo financeiro surpreendente se comparado aos equipamentos requeridos pelas produções cinematográficas voltadas para a indústria. Esse grupo viria a explorar outros contornos da sociedade brasileira não menos problemáticos que a fome e a miséria presente no cinema novo. Dentre os temas centrais do cinema marginal estavam a sexualidade, a homossexualidade, a violência, o banditismo e também o gênero terror que lançou na cena brasileira José Mujica Marins, o Zé do Caixão.

Esse grupo para além de romper com a estética do cinema industrial também se colocava contrário ao realismo do cinema novo, o qual, considerava um produto das relações pequeno burguesas e, até certo ponto, um movimento demasiado ingênuo. Para os precursores do cinema marginal o sentido a ser tomado era o do experimentalismo como nova forma de fazer cinema e, portanto, uma nova linguagem. De certa forma as discussões e argumentações que se davam em torno do cinema novo contribuíram para classificar e direcionar o cinema marginal e seus objetivos, assim:

De imediato, o que se verifica desde as primeiras manifestações mais indicativas da virada de mesa em relação ao cinema que vinha se fazendo é a diferença de postura do autor em relação a seu filme, pela recusa de certo didatismo populista que elas próprias denunciam. Uma das acusações mais frequentes ao Cinema Novo calcava-se no intelectualismo pequeno-burguês que teriam assumido seus cineastas, às vezes ingenuamente, discutindo uma realidade popular que lhes era estranha, ainda que conhecida. [...] A novidade apresentada – e que hoje pode detectar facilmente como contribuição – foi o

desnudamento maior da autoria, isto é: uma coragem praticamente inédita no oferecer-se ao público como artista indivíduo, enfocando os problemas levantados de modo mais sincero e menos professoral (MONTEIRO, 2005, p. 394-395).

No que diz respeito ao cinema marginal de hoje podemos olhar diretamente para a produção áudio visual feita pela periferia por pessoas da periferia, bem como para documentários produzidos sobre a periferia. No primeiro caso, são inúmeros os curtas metragens produzidos por moradores da periferia de São Paulo que retratam o dia a dia da vida nas periferias paulistanas. Essa *produção audiovisual marginal*⁵ não se limita a contar histórias de violência ou relacionadas ao banditismo, pelo contrário, as histórias contadas são cotidianas e até certo ponto comuns. No entanto, em segundo plano é possível notar que o mundo do crime sempre está presente, ou seja, faz parte do cotidiano dos sujeitos periféricos direta ou indiretamente.

A produção audiovisual marginal assemelha-se ao cinema marginal dos anos 1960 e 1970 na medida em que ambas se tornam possíveis e viáveis graças ao avanço das tecnologias neste campo. As novas mídias, de acesso relativamente fácil, tornam possível a atuação de atores sociais que antes estavam excluídos deste meio. Assim, se antes para o morador da periferia, “produzir” um vídeo, longo ou curto, era praticamente impossível, pois demandava alto custo financeiro, ferramentas apropriadas, além do conhecimento sobre as tecnologias; com o advento e popularização das novas tecnologias é possível produzir vídeos apenas com um celular. É preciso esclarecer que não há aqui nenhum tipo de menosprezo pela importância de ferramentas apropriadas e tampouco do conhecimento sobre a arte de produzir cinema, no entanto, o intento é chamarmos a atenção para o fato de que a periferia e seus atores sociais se apropriaram das novas tecnologias audiovisuais, relativamente de baixo custo financeiro, e a partir disto, tem produzido cinema. Ainda que este cinema não seja comparável em qualidade técnica com as produções cinematográficas ele nos fornece rico material e colabora com o propósito de representar o grupo social que o realiza.

O movimento das produções audiovisuais marginais se fortalece ainda mais a partir de iniciativas como o “Festival Cine Favela” que desde 2005 vem sendo realizado em São Paulo

⁵ Tal definição é importante para diferenciarmos este material da produção cinematográfica produzida no Brasil nos anos de 1960 e 1970 - o Cinema Marginal - tendo como principais expoentes diretores como Julio Bressane e Rogério Sganzerla, fundadores da empresa Belair. Julio Bressane é o criador do filme: O Bandido na Luz Vermelha, 1968. A forma de produzir filmes deste seguimento utilizando a filmadora “super-oito” tornava a filmagem mais rápida e de baixo custo e isto foi decisivo para que o cinema marginal daquela época ganhasse terreno, porém na contramão dos rumos do Cinema Novo e, principalmente à margem das políticas cinematográficas da Embrafilme.

pela “Associação Cultural Cine Favela”. Tal associação se apresenta enquanto sem fins lucrativos que enxerga arte como ferramenta de inclusão social. O coletivo “Cine Favela” funciona em Heliópolis, na grande São Paulo, e conta com uma produção artística que inclui filmes de curta e longa-metragem e espetáculos teatrais. Geralmente, toda esta produção é lançada no “Festival Cine Favela” que, de acordo com o site da própria associação é “o maior evento cinematográfico do mundo, dedicado à difusão de filmes periféricos”.

O Sujeito Bandido e o Banditismo Social no Brasil

Eric Hobsbawm no livro “Bandidos” lança mão de uma discussão acerca da condição do bandido que não se pauta apenas e simplesmente pelo fato de alguém cometer infração contra lei, mas aprofunda e dá contornos diferentes para tal fenômeno trazendo para o debate a figura do bandido social e o conceito de banditismo social. Para o historiador este seria um dos fenômenos sociais mais universais da história. A existência da figura do bandido social está pautada, de acordo com Hobsbawm na luta por justiça e, desta forma este sujeito, ainda que fora da lei, pode ser visto como uma espécie de herói justicador por aqueles sujeitos que compõem camadas da sociedade que são oprimidas, como por exemplo a classe camponesa. Portanto, na visão de Hobsbawm o fato deste sujeito objetivar algo para além do ganho financeiro com a prática criminosa, mesmo que tal objetivo seja um tipo de vingança, o qualifica de forma diferente e o afasta da figura do ladrão comum e de suas práticas, este, por sua vez não diferencia suas vítimas e não objetiva outra coisa que não seja algum tipo de lucro a partir da atividade criminosa, sendo assim, não se importa com a condição social de suas vítimas. Portanto, ao contrário do bandido comum, o bandido social de Hobsbawm não seria capaz de se apossar da colheita dos camponeses, porém não hesitaria em tomar a terra do senhor ou do Estado.

Para início de análise vejamos primeiramente como Hobsbawm define bandido:

Para a lei, quem quer que pertença a um grupo de homens que atacam e roubam com violência é um bandido, desde aqueles que se apoderam de dinheiro destinado a pagamento de empregados, numa esquina de cidade, até rebeldes ou guerrilheiros organizados que não sejam oficialmente reconhecidos como tal (HOBBSAWN, 1975 p. 10).

Portanto, para o autor, a definição de bandido não deixa dúvidas quanto ao conceito, no entanto, ainda segundo Hobsbawm sociólogos, historiadores, enfim, estudiosos não devem ficar presos a uma definição tão vaga como a citada acima. Hobsbawm traz com sua interpretação sobre o banditismo social uma forma diferente de olhar para aqueles delinquentes e foras da lei que cometeram crimes participando de lutas contra o poder estabelecido e foram colocados no mesmo patamar dos bandidos ordinários. Para o autor banditismo social pode ser representado da seguinte forma:

[...] bando de homens violentos e armados, fora do alcance da lei e da autoridade (tradicionalmente, mulheres são raras), impõe suas vontades a suas

vítimas, mediante extorsão, roubo e outros procedimentos. Assim, o banditismo desafia simultaneamente a ordem econômica, a social e a política, ao desafiar os que têm ou aspiram ter o poder, a lei e o controle dos recursos. Esse é o significado histórico do banditismo nas sociedades com divisões de classe e Estados. O “banditismo social” é um aspecto desse desafio (HOBSBAWM, 1975, p. 21).

O autor, como dito anteriormente, conceitua o banditismo social como uma das formas mais primitivas de protesto social organizado e situa este fenômeno quase universalmente em áreas rurais, se revelando quando o oprimido não alcançou consciência política, nem adquiriu métodos mais eficazes de agitação social. O amplo estudo de Hobsbawm assume que o banditismo social não é e não foi um movimento isolado em uma região do globo em função de um determinado acontecimento, ao contrário, o fenômeno do banditismo social ocorre em diferentes partes do mundo, obviamente guardadas as devidas peculiaridades geográficas, sociais, econômicas, políticas, culturais, etc. De acordo com o autor:

Geograficamente, o banditismo social se encontra em todas as Américas, na Europa, no mundo islâmico, na Ásia meridional e oriental, e até na Austrália. Do ponto de vista social, parece ocorrer em todos os tipos de sociedade humana que se situam entre a fase evolucionária da organização tribal e de clã, e a moderna sociedade capitalista e industrial, incluindo, porém, as fases da sociedade consanguínea em desintegração e transição para o capitalismo agrário (HOBSBAWN, 1975 p. 11 e 12).

Esta forma de protesto social surge especificamente em períodos de tensão e deslocamento, por exemplo em épocas de escassez, como fome e guerras. Passado o período de dificuldades o banditismo social se apresenta como uma forma pré-política de resistência às forças que de uma forma ou de outra destroem a ordem considerada tradicional em condições extraordinariamente violentas, provocando notáveis mudanças em um espaço de tempo relativamente curto. O bandido social representa uma recusa individual contra as forças sociais que impõem um poder cuja autoridade não é de todo reconhecida ou sancionada pela sociedade que pode enxergar no bandido o símbolo de uma resistência coletiva. A existência desta cooperação por parte da população é fundamental para diferenciar o bandido social do simples delinquente, uma vez que o confronto entre os bandidos sociais e os opressores pode carregar os desejos mais íntimos de rebeldia do povo oprimido (HOBSBAWM, 1975).

Estes símbolos da rebeldia popular são homens que geralmente se recusam a assumir o papel submisso que lhes é imposto pela sociedade. São os orgulhosos, os recalcitrantes, os rebeldes individuais, os que ao confrontar uma injustiça ou a uma forma de perseguição rechaçam ser submetidos docilmente. Sem dúvida, como toda rebelião individual, tem seus

limites. É um protesto recatado e nada revolucionário. Protesto contra os excessos da opressão e contra a pobreza, não contra sua própria existência. O bandido social não planeja com suas ações a transformação do mundo, não é um revolucionário, apenas tenta, no melhor dos casos, colocar um limite ou reverter a violência dos dominadores. Seu papel não é acabar com o sistema que origina a opressão e exploração contra as quais se confronta, mas fazer com que fiquem limitadas dentro de valores tradicionais que a população que o protege considera justos. Portanto, por sua ação e ideologia, o bandido social pode ser visto como um reformista: age dentro do marco institucional imposto por um sistema cuja existência não é posta em juízo. Por isto, afirma Hobsbawm, para converterem-se em defensores eficazes de seu povo, os bandidos teriam que deixar de sê-lo (HOBSBAWM, 1975).

Dando seguimento ao raciocínio e ainda nos utilizando das teorias de Hobsbawm concordamos com o autor quanto ao fato de não ser tarefa fácil absorver a ideia de que possa existir bandidos nobres, no entanto, também não é possível afirmar que este tipo de bandido não exista. A bandido nobre seria de certo modo um sujeito que a partir de práticas criminosas tivesse como objetivo a promoção da igualdade social corrigindo as falhas e as injustiças perpetradas pelo próprio sistema social. Para exemplificar, Hobsbawm utiliza o caso do clássico mito britânico do bandido Robin Hood⁶, que, solidário com os mais necessitados roubava dos ricos para dar aos pobres. De acordo com o autor:

Robin Hood, o ladrão nobre, é o tipo de bandido mais famoso e popular em todo mundo, o herói mais comum de baladas e canções na teoria, ainda que não seja assim na prática... Robin Hood é aquilo que todos os bandidos camponeses deviam ser; entretanto, sendo as coisas como são, poucos deles possuem o idealismo, a abnegação ou a consciência social para corresponder seu papel, e talvez poucos possam dar-se a esse luxo. No entanto, aqueles que o fazem – e há registros de autênticos Robin Hoods – recebem a veneração devida aos heróis, e até aos santos (HOBSBAWM, 1975 p. 36).

Nesse sentido, os sujeitos bandidos que se aproximam do mito Robin Hood surgem como defensores dos oprimidos, podendo estes, serem seus iguais ou não. No entanto, tendo em conta que a atuação destes sujeitos, apesar de criminosa, tem como objetivo a promoção da justiça e a defesa daqueles que sofrem com as desigualdades não é difícil perceber que a eles

⁶ O mito do ladrão que roubava dos burgueses para dar aos pobres é mencionado no poema *Piers Plowman*, de William Langland, publicado por volta de 1377. Antes disso, contos e estórias transmitidas oralmente colaboraram para expandir a lenda. A existência ou não do bandido Robin Hood ainda gera dúvidas, uma vez que existe uma lápide de um Robin de Locksley, em Dewsbury, no condado britânico de Yorkshire, atribuída a Hood. Mas é impossível dizer com certeza se é mesmo a lápide do ladrão famoso. Como a lenda surgiu em contos orais e somente depois foi colocada no papel, não há registros históricos da existência do personagem.

poderão ser atribuídas qualidades que se remetem à nobreza e justiça, principalmente pela população oprimida.

Ao aproximarmos as teorias de Hobsbawm da realidade brasileira veremos que o autor não deixou de lado o caso que, segundo o próprio Hobsbawm, é mais característico do banditismo social no Brasil. O historiador inglês analisa a figura de Lampião e sua história mencionando que este personagem fora visto por alguns como herói e por outros como simples bandido e que fez fama principalmente por conta de sua violência e valentia. Grosso modo, Lampião foi uma pessoa que desejava vingança de uma determinada família poderosa do nordeste brasileiro em função das injustiças que essa família cometeu sobre a sua família. Até este ponto o bandido brasileiro se enquadra na definição de Hobsbawm de banditismo social. Para além disso, o período histórico no qual se desenvolveu o cangaço também carrega proximidades com o termo do historiador inglês, uma vez que a miséria crônica tomava conta do povo nordestino agravada por elementos naturais tal como a seca, mas, também, pela ação política dos coronéis que dominavam a região e submetiam o sertanejo nordestino às suas vontades, já que possuíam dominavam a economia, as terras e a própria política.

Nesse sentido, desenha-se um quadro típico para o desenvolvimento do banditismo social no Brasil, no entanto as aproximações ficam por aí. O cangaço seguiu outros rumos se apartando dos ideais populares e os bandos de cangaceiros tornam-se grupos fechados de sobrevivência que atacavam e pilhavam não somente os poderosos, mas também a população pobre sertaneja. A ligação que existe entre o cangaço e o povo é muito fraca e não oferece elementos suficientes para apoio mútuo. Não é difícil observar na história do cangaço episódios de abusos e violência dos cangaceiros para com a população oprimida, o contrário também é verdadeiro, pessoas do povo que se aliavam aos poderosos para acabar com a violência promovida pelos bandos de cangaceiros. Também para Hobsbawm isso fica claro,

[...] a balada de onde se extrai a maior parte desse relato não menciona qualquer desagravo de ofensas (exceto no seio do próprio bando), nenhum ato de tirar dos ricos para dar aos pobres, nenhuma dispensação de justiça. Registra batalhas, ferimentos, ataques a cidades (ou contra o que passava por cidades no sertão brasileiro), sequestros, assaltos a ricos, combates com os soldados, aventuras com mulheres, episódios de fome e de sede, mas nada que lembre os Robin Hoods. Pelo contrário, registra “horrores”: como Lampião assassinou um prisioneiro, embora sua mulher o tivesse resgatado, como ele massacrava trabalhadores, como torturou uma velha que o amaldiçoara (sem saber de quem se tratava) fazendo-a dançar com um pé de mandacaru até morrer, como matou sadicamente um de seus homens, que o ofendera, obrigando-o a comer um litro de sal, e incidentes semelhantes. Causar terror e ser impiedoso é um atributo mais importante para esse bandido do que ser amigo dos pobres (HOBSBAWM, 1975, p. 57 e 58).

Nesse sentido, voltando nosso olhar para as figuras dos bandidos que resgatamos anteriormente é preciso reconhecer que é muito difícil fazer alguma aproximação desses sujeitos com o bandido social de Hobsbawm. Não há nada de concreto na trajetória desses sujeitos criminosos que os coloque sob o guarda-chuva do banditismo social, o que há, e isso pode causar confusões, são indícios de que em algum momento de suas biografias os bandidos aqui analisados apresentaram traços em suas personalidades individuais que se enquadram no conceito de Hobsbawm. Tais elementos podem emergir das características individuais dos bandidos ou serem atribuídos a eles pela população, imprensa, polícia e até por outros bandidos, no entanto, não os definem como bandidos sociais.

Dioguinho, por exemplo, foi um bandido assassino. Conquistou fama, respeito e dinheiro assassinando a mando de coronéis, mas nunca questionou a ordem social imposta, pelo contrário buscou se adequar a ela valendo-se do crime. Ao olharmos para as condições sociais do tempo histórico e geográfico em que viveu Dioguinho – o coronelismo de interior paulista – vemos que tais condições eram, de acordo com Hobsbawm, as que mais se aproximavam dos ambientes nos quais historicamente se desenvolvem o banditismo social: sociedades rurais que sofrem uma mudança drástica em seu modo de vida criando classes antagônicas de opressores e oprimidos. Desta última poderá surgir a figura do bandido social, aquele que não se sujeita à opressão que lhe é imposta e a partir do crime se rebela carregando consigo os desejos e anseios dos seus iguais.

Dioguinho apesar de inserido em um ambiente social fértil para o banditismo social nunca se aproximou disso. Em nenhum momento de sua biografia é relatado algum tipo de empatia de sua parte para com seus iguais ou quaisquer outros elementos que o aproximassem da população pobre e explorada pelos coronéis do café. Pelo contrário, sempre obteve proteção dos fazendeiros e coronéis do interior de São Paulo para escapar da justiça e não pagar por seus crimes. De certo modo, apesar de sua origem pobre, sempre esteve mais alinhado aos opressores do que com os oprimidos. Sua relação com a população trabalhadora era distante. Dioguinho era visto pelo povo, primeiro lugar, como temor e segundo com respeito, uma vez que conseguiu superar sua condição de oprimido e, por isso, podia transitar entre os poderosos.

Meneghetti por sua vez apresenta traços de personalidade de um homem que possui consciência de seu lugar social e, até certo ponto consciência de classe. Não são poucas as vezes que aparecem nas biografias falas de Meneghetti se opondo a ordem social, principalmente contrapondo os ricos aos pobres de forma a demonstrar que aqueles que possuem mais oprimem aqueles que possuem menos. Em seu caso a forma que encontrou de fazer justiça foi de tomar

a propriedade dos ricos, tendo em conta que para Meneghetti a propriedade privada por si só era um roubo e, desta forma, Meneghetti definia sua prática criminosa como um mal menor.

Apesar disso, não observamos em Meneghetti nada de Robin Hood. Não era de seu feitio dar aos pobres aquilo que tirava dos ricos, no entanto, sempre esteve comprometido em nunca roubar de um pobre. Por vezes é possível identificar em passagens das biografias de Meneghetti sua empatia com a situação do trabalhar pobre, como por exemplo, quando ele presenciava alguém comprando comida aos poucos por não ter dinheiro suficiente para comprar o bastante para alimentar toda a família logo se prontificava a pagar as despesas daquela compra. Porém não ia além disso, os frutos de seus roubos eram usufruídos muito bem pelo ladrão que gostava da vida confortável.

O fato de ter vivido e praticado seus crimes sempre em ambiente urbano já o coloca fora do alcance do conceito de banditismo social de Hobsbawm e, em nosso entendimento, ter passado sua vida em ambientes urbanos também colaborou para que Meneghetti desenvolvesse consciência de sua condição social e entender os mecanismos sociais que o cercava. Para além disso, Meneghetti conheceu e viveu realidades diferentes em países e continentes diferentes garantindo-lhe um olhar bastante diversos sobre tais realidades que de certa forma contribuíram para ele se adequasse a estilos de vida diferentes. Assim, não é possível classificar Meneghetti como um bandido social, mas é possível dizer que foi um bandido que tinha o respeito dos oprimidos pois atingia os opressores e apenas os opressores. A proximidade com os menos favorecidos se torna ainda maior quando Meneghetti passa a desafiar e ridicularizar a polícia que, já em sua época, era símbolo de repressão contra os mais pobres. Assim, as façanhas de Meneghetti para escapar da polícia, continuar praticando crimes e ainda deixar recados para os policiais e imprensa zombando do poder da polícia o tornaram popular e admirado, mas longe de ser um bandido social.

No caso de Manoel Moreira está claro que banditismo social não se encaixa de forma alguma, mas é preciso olhar com atenção para além da figura do bandido, uma vez que Manoel Moreira passou de um simples marginal para o criminoso mais procurado do Rio de Janeiro rapidamente e, por fim, tornou-se símbolo de uma luta contra um regime repressivo a partir da arte.

É importante deixar claro que os bastidores da história de Manoel Moreira nos interessam mais do que a própria biografia do bandido, ou seja, a questão aqui é entender como um bandido – ou sua história trágica – colaborou para o surgimento de um movimento artístico importante como o Marginalia. O “Seja Marginal, Seja Herói” de Hélio Oiticica inaugurou um movimento artístico que, se valendo da história de Manoel Moreira, fez surgir um movimento

que para além de artístico era também social e lutou contra a repressão da ditadura militar brasileira.

Esse movimento só possível por conta a proximidade entre artistas cariocas que frequentavam as favelas nos morros do Rio de Janeiro para se entrarem com os artistas populares das favelas e, por consequência, acabavam se relacionando com a malandragem carioca. Hélio Oiticica era um exemplo disso, para além de frequentar as favelas era amigo de malandros, bem como de bandidos, dentre eles Manoel Moreira, o Cara de Cavalo. Após todo o ocorrido com Manoel Moreira que acabou só depois de uma bárbara execução, Oiticica expressou em sua arte a admiração pelo submundo da marginalidade, dando um novo sentido para a marginalidade, o sentido de luta daquele que precisa sobreviver a um sistema opressor e violento e, portanto, a marginalidade é heroica.

Entendemos, portanto, não haver banditismo social de fato no Brasil nem com relação as biografias aqui analisadas nem com relação ao movimento do cangaço ou ainda com relação às facções criminosas que operam no país. Em nosso entendimento o que ocorre é que por vezes (em função de uma causa ou por carência de mitos e heróis) cria-se figuras criminosas que carregam as características de bandidos sociais, mas que na realidade não tinham tal consciência e tampouco a desenvolveram ao longo de suas trajetórias. Isso é feito através da arte, como no caso de Manoel Moreira, através da imprensa e da literatura como no caso de Meneghetti ou ainda através do cinema como no caso do cangaço. Por trás dessa construção estão interesses diversos que dependem bastante do momento histórico que colabora diretamente com essa criação.

CAPÍTULO III

AS MUDANÇAS DO ETHOS BANDIDO E DO MUNDO DO CRIME

O Encarceramento enquanto Política de Segurança Pública

Ao olharmos para a situação carcerária do mundo atual encontramos inúmeros casos de países com suas instituições carcerárias superlotadas. De acordo com a 12ª edição da Lista da População Carcerária Mundial (*World Prison Population List*)⁷ elaborada pelo Centro Internacional de Estudos Penitenciários (*International Centre for Prison Studies – ICPS*) os cinco países com maior população carcerária no mundo são: Estados Unidos, com 2.121.600 prisioneiros (capacidade para 2.140.321, 3.9% ocupada); China, com 1.649.894 prisioneiros (não há informações sobre a capacidade do sistema prisional chinês); Brasil, com 690.722 prisioneiros (capacidade para 412.737, 65% acima da capacidade); Rússia, com 582.889 prisioneiros (capacidade para 812.804, 79% ocupada); e Índia com 419.623 prisioneiros (capacidade para 366.781, 14% acima da capacidade). Ainda segundo essa lista, o mundo conta atualmente com mais de 10 milhões de pessoas sob a guarda de instituições prisionais. Assim sendo, considerando que a população mundial atual é de pouco mais de 7 bilhões de pessoas temos um percentual de aproximadamente 155 encarcerados para cada 100 mil habitantes⁸.

Tais números tornam-se ainda mais impressionantes, principalmente levando em conta que os cinco países que mais encarceram – com exceção da Federação Russa – apresentam crescimento significativo de sua população carcerária nos últimos anos; e isso não é uma característica intrínseca aos primeiros colocados da lista: países como Argentina, Chile, França e Reino Unido quase que dobraram o número de presos nas duas últimas décadas.

Diante desse quadro, invariavelmente opiniões são produzidas, e, coladas a elas, inúmeros fatores são apontados na busca de justificativas para o aumento da população carcerária mundial. Muitos dirão que a desigualdade social e, conseqüentemente a pobreza são causas desse fenômeno; outros indicarão a eficiência das políticas públicas de combate à criminalidade juntando a isso a eficiência das forças policiais; há também quem aponte para o crescimento da criminalidade e da violência pura e simplesmente. Aqui, embora não desconsideremos esses apontamentos, nos debruçaremos sobre uma questão em particular:

⁷ Publicação de Setembro de 2018. Endereço eletrônico: <http://www.prisonstudies.org/sites/prisonstudies.org/files/resources/downloads/wpp1_10.pdf>. Acesso em nov/2018.

⁸ Os dados do *International Centre for Prison Studies (ICPS)* são atualizados de acordo com as informações cedidas pelos órgãos responsáveis pela administração penitenciária de cada país, assim, os últimos números para estes cinco países são: Estados Unidos, 2.121.600 presos até nov/2018; China, 1.649.804 presos até nov/2018; Rússia 571.007 presos até nov/2018; Brasil, 700.489 presos até nov/2018; e, Índia, 419.633 até 2015. Dados disponíveis em <http://www.prisonstudies.org/world-prison-brief>. Acesso em nov/2018.

principalmente nas duas últimas décadas decidimo-nos por encarcerar mais e mais rapidamente e, conseqüentemente, o fizemos muito mal.

Loïc Wacquant (2001) chama-nos a atenção para isso quando demonstra que cidades importantes de vários países adotaram como modelo a política de segurança pública nova-iorquina, do início da década de 1990, conhecida como “tolerância zero” do então, *Mayor* (prefeito) de Nova Iorque, Rudolph Giuliani⁹, política essa que consiste em coibir quaisquer tipos de delitos de maneira severa. Dentro dessa lógica, a menor falha, como não pagar a corrida de táxi ou o *ticket* do transporte público pode ser punida até com a prisão de um indivíduo. O prefeito Giuliani, aos olhos de muitos, obteve sucesso nessa empreitada, pois não é possível negar que os índices de criminalidade caíram em Nova Iorque. Porém a criminalidade não diminuiu apenas nessa cidade: o que se viu durante o período da implantação da política de “tolerância zero” foram taxas decrescentes de criminalidade em grande parte dos estados norte-americanos, principalmente por conta do avanço social e econômico estadunidense peculiar daquele momento. Em contrapartida, a política de Giuliani aumentou os níveis de desconfiança e rancor por parte dos cidadãos com relação às forças policiais e fez crescer a truculência policial, principalmente contra os negros. De acordo com Wacquant,

[...] a esmagadora maioria dos negros da cidade de Nova York considera a polícia uma força hostil e violenta que representa para eles um perigo: 72% julgam que os policiais fazem um uso abusivo da força e 66% que suas brutalidades para com pessoas de cor são comuns e habituais (WACQUANT, 2001, p. 37).

Por conta desse “sucesso”, a experiência de Nova Iorque foi adotada por outros governantes espalhados dos continentes americano e europeu. Vejamos os exemplos citados por Wacquant:

Em agosto de 1998, o presidente do México lança uma "Cruzada nacional contra o crime" [...] visando "imitar os programas como a 'tolerância zero' em New York City". Em setembro de 1998, é a vez do secretário da Justiça e da Segurança de Buenos Aires, León Arslanian, assinalar que essa província da Argentina aplicará, ela também, "a doutrina elaborada por Giuliani" [...] Em janeiro de 1999, depois da visita de dois altos funcionários da polícia de Nova York, o novo governador de Brasília, Joaquim Roriz, anuncia a aplicação da "tolerância zero" mediante a contratação imediata de 800 policiais civis e militares suplementares [...] Aos críticos dessa política que argumentam que isso vai se traduzir por um súbito aumento da população encarcerada [...] o governador retruca que bastará então construir novas prisões (WACQUANT, 2001, p.31).

⁹ Chefe do governo municipal de Nova Iorque de janeiro de 1994 a dezembro de 2002.

Isso no continente americano, porém o programa não encantou apenas a América: na África do Sul, em 1999, “a cidade de *Cape Town* lança uma vasta operação de “tolerância zero” visando conter uma onda de caráter prototerrorista” (WACQUANT, 2001, p.33); na Europa, a França saiu na frente em 1988 anunciando a implantação de uma “tolerância zero francesa”, seguida rapidamente pela Alemanha; mais tarde a Itália e a Áustria também aderiram à “grife Giuliani” (WACQUANT, 2001).

Esse intenso trabalho dispensado contra a criminalidade tem respaldo em um fenômeno com o qual recorrentemente nos deparamos e quase sempre o corroboramos, em outras palavras, para a grande maioria das pessoas, livrar a sociedade de elementos que a corrompem utilizando-se do isolamento como principal ferramenta de punição é um caminho aceitável, compreensível e festejado. Assim, o fenômeno do encarceramento em massa que pode ser observado em boa parte do mundo nas duas últimas décadas, para muitas pessoas, oferece a sensação de segurança, mesmo que equivocada. Os governantes adeptos de tal prática aproveitam-se dessa máxima do senso comum para colocar políticas de segurança (tais como a de “tolerância zero”) em prática, valendo-se do sentimento de que quanto mais gente na cadeia mais segurança tem-se fora delas.

Diante desse cenário, é importante dar destaque para a perversidade que aqui reside, pois emerge desse movimento um grande descaso com as condições no interior das instituições penais e, conseqüentemente, com as condições dos indivíduos presos. Ocorre que a função do ato de privar de liberdade aquele sujeito que se desvia das normas legais da sociedade – qual seja, punir o crime e recuperar o sujeito – cai por terra a partir do momento que a prisão se torna um espaço de inúmeras “qualidades” punidoras em detrimento das qualidades recuperadoras. Esse resultado é alcançado quando a eficiência em capturar e prender supera a capacidade de ressocializar, gerando uma população carcerária gigantesca e, por conseguinte, como no caso do Brasil, de difícil controle. As superpopulações, as condições desumanas, o tratamento dado aos detentos nas instituições penais transformam-nas em ambientes tenebrosos que ao invés de recuperar são perigosamente capacitadas em “qualificar” a atividade criminosa. Ou seja, aquele sujeito condenado à prisão por praticar pequenos delitos encontra nas instituições penais, quase sempre, um ambiente propício para dar seguimento a sua trajetória no mundo do crime, não para interrompê-la definitivamente tornando-se apto a seguir as normas da sociedade em que vive. Este ambiente tem a capacidade de transformar e devolver para a sociedade um sujeito preparado para a prática de crimes maiores e mais graves, apoiados, quase sempre, na capacidade de empregar a violência.

É fato que o isolamento do criminoso, por si só, não diminui magicamente a criminalidade. Ao observarmos o crescimento da população carcerária em diversos países nas

últimas décadas e compararmos com os índices de criminalidade dos mesmos países, encontraremos, muitas vezes, um aumento e até o agravamento dos delitos. Os Estados Unidos são citados regularmente como exemplo na tentativa de comprovar o argumento de que políticas de segurança mais severas são fundamentais para a diminuição da criminalidade. No entanto, como dito anteriormente sobre o caso de Nova Iorque, fatores econômicos e sociais peculiares àquele momento contribuíram muito mais que a política de “tolerância zero” para a queda da criminalidade (WACQUANT, 2004). Portanto, ainda de acordo com Wacquant (2004) a relação de políticas de segurança rigorosas, dentre elas o encarceramento desmedido, atribuído à diminuição da criminalidade, muitas vezes, é um engano. Misse colabora com a afirmação acima quando rebate o argumento de que a baixa punibilidade dispensada aos criminosos seria uma das fortes razões para o aumento da criminalidade, ou seja, os crimes, principalmente aqueles apoiados em ações violentas, aumentariam na medida em que o criminoso considera que vale a pena correr o risco de enfrentar a punição para seu ato, ou seja, tal punição a seus olhos (do criminoso) não é tão penosa. Sobre isso escreve Misse:

Muitas pesquisas [...] feitas principalmente nos Estados Unidos, apresentam resultados contraditórios [...] Em alguns estados, a adoção de medidas penais mais rigorosas e de maior investimento nas forças policiais não resultou em diminuição nas taxas criminais, mas em seu aumento (MISSE, 2011, p.130).

Uma das razões pelas quais não se atinge os objetivos traçados para a segurança pública, principalmente utilizando como ferramenta o encarceramento desmedido, pode ser encontrada no próprio programa, ou seja, se a meta é diminuir para níveis aceitáveis a criminalidade, nada mais insensato que criar um ambiente (o prisional) que em nada colabora para esse fim, ao contrário, como dito anteriormente, nele ganha-se experiência para continuar atuando no mundo do crime. As prisões concebidas a partir da lógica do encarceramento em massa e das políticas de “tolerância zero” priorizam a privação de liberdade e relegam para segundo plano a recuperação do criminoso e a reinserção deste indivíduo à sociedade, acabando por produzir consequências incontroláveis tanto dentro quanto fora das instituições penais. A punição perde sentido na medida em que o simples fato de prender o criminoso torna-se “suficiente” para acalmar os ânimos daqueles desejosos por “justiça”; no limite, pune-se o corpo e não o crime, isto é, aplica-se com vigor o castigo físico, o qual deveria limitar-se à privação da liberdade, mas vai além, pois, os detentos estão sujeitos a condições desumanas e degradantes que em nada colaboram para a recuperação do sujeito, e conseqüentemente, também joga-se para segundo plano políticas que serviram como prevenção da criminalidade.

Assim, a punição passa a ser uma ferramenta utilizada apenas contra o sujeito criminoso, isto é, as atenções voltam-se para o criminoso e não para o crime (MISSE, 2011). Essa lógica é endossada pelo senso comum que crê na punição severa como melhor remédio, logo, para os “cidadãos de bem” “bandido bom é bandido morto”¹⁰ ou no mínimo preso, e de preferência em um lugar horrível no qual ele pague por suas falhas em sociedade. Aqui, pagar pelos crimes significa sofrer, viver em condições deploráveis, não ser assistido pelo poder público e caso se rebele contra essa situação, deverá ser contido com a violência com a qual está habituado, desde que tal situação não atinja a ordem aparente que existe do lado de fora das prisões. Esse raciocínio nos demonstra que as políticas de segurança pública aqui discutidas priorizam isolar (desativar, aprisionar, incapacitar, desarticular) os instrumentos do crime – quais sejam, os sujeitos criminais – e como consequência disso, o combate aos dispositivos que disparam esses sujeitos são relegados a segundo plano.

¹⁰ A internet nos possibilita uma ideia do desejo dos cidadãos para com os “bandidos”. São abundantes, em discussões sobre o tema, os comentários passionais que vão da “simples” ofensa até o desejo de uma morte horrível para os sujeitos criminais, sejam estes, detentos ou não, condenados ou não.

Os Desdobramentos do Encarceramento em Massa no Brasil

É sabido que as condições carcerárias do Brasil são caóticas. As prisões brasileiras são verdadeiros moedores de gente que quando não destroem a humanidade de seus internos raramente lhes oferece outra opção de sobrevivência dentro do sistema que não passe pelo mundo do crime; e a essa lógica, muitas vezes estão sentenciados também os agentes públicos do sistema carcerário. O quadro é ainda mais grave a cada relatório apresentado pela Organização das Nações Unidas, que já classificou o sistema carcerário brasileiro como perturbador, desumano, torturador e que abusa do encarceramento.

É facilmente perceptível, observando os dados já mencionados, que no Brasil o encarceramento em massa, de fato, é um programa bastante utilizado como instrumento que visa conter e diminuir a criminalidade. Contamos hoje com uma população carcerária excedente gigantesca. Em diversas penitenciárias brasileiras um indivíduo dispõe de um espaço de aproximadamente 70 cm² por conta da superpopulação. Além de empilhar gente, o sistema carcerário brasileiro conta com muitos casos de corrupção, maus tratos (algo óbvio, considerando apenas a superpopulação), instalações precárias (muitas sem as mínimas condições sanitárias), abandono judicial, insegurança (tanto para os presos quanto para os funcionários do sistema); se junta a tudo isso a problemática opinião pública que, no limite, aprova o tratamento dispensado aos encarcerados no Brasil.

No entanto, o caso brasileiro não é o único a se destacar negativamente nesse campo. As condições dos sistemas carcerários na América Latina também não são precárias e caóticas. Ao analisarmos os relatórios das Nações Unidas sobre as prisões, dificilmente encontraremos um que não as classifique como desumanas. Em 2012, após um motim em uma prisão de Honduras no qual 350 presos morreram, o relator especial das Nações Unidas contra tortura, Juan Ernesto Méndez, declarou que nenhum país da América Latina possui presídios em condições para receber seres humanos. De acordo com o relator: “a situação das prisões em toda América Latina é espantosa, é realmente muito ruim. Claro que há variações, mas não acho que haja um só país que pode se vangloriar de ter um sistema carcerário humano¹¹”. Os relatórios da *International Centre for Studies Prison* demonstram que todos os países da América do Sul, com exceção do Suriname, estão atualmente extrapolando a capacidade dos seus sistemas penitenciários, sendo os piores casos: do Peru, acima de sua capacidade em 125%;

¹¹ Entrevista online: <<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/onu-nenhum-sistema-carcerario-da-america-latina-e-humano>>. Acesso em dez/2018

da Bolívia, 153% acima da capacidade; e do Brasil, 70% acima de sua capacidade prisional¹². Fica claro, a partir desses números, que é quase impossível manter a dignidade humana dos encarcerados na América do Sul¹³.

Dentre os resultados obtidos com esse tipo de política carcerária, no caso do Brasil, temos o surgimento de facções criminosas no interior das prisões. Para facilitar nosso raciocínio acerca dessa questão tomaremos como exemplo o caso do estado de São Paulo, uma vez que o quadro problemático do sistema carcerário brasileiro se aplica também ao caso paulista; logo, todas as condições carcerárias até aqui relatadas certamente compõem o cenário caótico das prisões paulistas e esse cenário seguramente é uma das principais causas para o surgimento do Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo.

Dito isso, estamos afirmando que a situação precária das instituições penais produziu efeitos colaterais extremamente perigosos para toda a comunidade nacional, ou seja, as ações do Estado no campo das políticas de segurança pública, principalmente no que diz respeito ao sistema carcerário, desencadearam reações que partiram de dentro do sistema prisional resultando no nascimento, consolidação e expansão da mais forte facção criminosa atuante no Brasil hoje. Essa facção, em uma década se transformou na principal pauta da segurança pública de São Paulo justamente por que “controla” o cotidiano dentro das prisões e o crime fora delas.

Fazemos essas afirmações com o respaldo dos resultados do trabalho investigativo realizado pelo Ministério Público Estadual de São Paulo no qual ficam evidentes a existência, a influência e a abrangência do PCC: o relatório, entre outras informações, deixa claro que a facção domina 90% dos presídios paulistas, atua em 22 estados da nação e possui conexões com dois países vizinhos¹⁴.

Cabe aqui uma observação sobre a investigação realizada pelo Ministério Público do estado de São Paulo que recebeu o nome de Raio “X” do PCC: o relatório da investigação foi apresentado e tido por boa parte da imprensa e da opinião pública como algo inédito. No entanto, grande parte das informações contidas nele já era de conhecimento de pessoas que pesquisam o tema há algum tempo. O que o relatório traz de novo são os números, ou seja, quantos membros o PCC possui e o montante de dinheiro movimentado pela facção; porém, tão dinâmicos quanto o próprio grupo são tais números que dificilmente traduzem a realidade, pois mudam constantemente, sendo quase impossível afirmar com precisão que um número “x” (de

¹² Dados disponíveis online: < <http://www.prisonstudies.org/world-prison-brief>>. Acesso em nov/2018.

¹³ O quadro da América Central também é perturbador: Guatemala, Honduras, Panamá e México são os recordistas quando se trata de superlotação penitenciária.

¹⁴ Disponível em <<http://migre.me/hHnid>>. Acesso em nov/2018

peçoas) é membro do PCC ou que em determinado espaço de tempo a facção tenha movimentado “y” em valores com negócios ilícitos.

Também justifica nossa atenção especial para o Sistema Penitenciário do estado de São Paulo o seu histórico de episódios de atropelo aos direitos humanos, submetendo presos e funcionários de unidades prisionais a recorrentes situações marcadas por extrema tensão. Ainda assim, não se pode desconsiderar que desde os momentos iniciais do processo de democratização no país ocorreram tentativas para melhorar o sistema prisional no estado: a política de defesa dos direitos humanos do governo Franco Montoro (1983-1986) é um exemplo. Não obstante, a despeito desses esforços, permaneceram a estrutura institucional e a cultura política herdadas da ditadura. Com a finalidade de sustentar tal afirmação e introduzir o tema, faremos um resgate de episódios históricos relacionados ao sistema penitenciário paulista do final dos anos de 1980 e início dos anos 1990.

O governo de Franco Montoro (1983-1986) pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) nos fornece um excelente ponto de partida, pois, foi em sua administração que José Carlos Dias, Secretário de Justiça, buscou implantar uma nova política no sistema carcerário. Visando pôr fim às arbitrariedades vigentes durante o regime militar, o Secretário deu transparência às ações do sistema, criando mecanismos de diálogo entre dirigentes de presídios e detentos, resgatou o modelo de reintegração do preso à sociedade e valorizou os direitos humanos (Salla, 2007, p.75). No entanto, a política de “humanização dos presídios”¹⁵ não obteve boa aceitação por parte de segmentos conservadores da sociedade e pelos funcionários do sistema penitenciário. As tensões geradas por esse novo cenário que buscava resgatar o modelo de recuperação e reinserção social do preso provocaram episódios violentos que marcaram e desgastaram a política carcerária do governo Montoro¹⁶.

Observando os fatos decorrentes das rebeliões da década de 1980 é possível ter uma perspectiva de como o Estado lidava com os detentos. Durante as rebeliões era explícita a pouca disposição das autoridades em negociar com os rebelados e a forma violenta e incisiva de agir contra os presos deixava claro qual era o posicionamento dos agentes do Estado diante dos encarcerados. Para exemplificar lembremo-nos do ocorrido durante a rebelião na Penitenciária

¹⁵ “Humanização dos Presídios” foi a expressão usada para definir a tentativa do então Secretário de Justiça, José Carlos Dias, do governo de Franco Montoro (1982-1986) de implantar uma política de transparência para as ações do sistema prisional com a finalidade de acabar com os maus-tratos, violência e arbitrariedades rotineiras dentro das prisões.

¹⁶ Ocorreram rebeliões em presídios de todo estado: Rosa Maria Fisher (1989) analisou o período em sua tese de livre-docência, e mais detalhadamente sobre as rebeliões, a dissertação de mestrado de Eda Maria Góes (1991), “A recusa das grades: rebeliões nos presídios paulistas, 1982-1986” traz um panorama acerca dos problemas e tensões enfrentados à época.

de Presidente Wenceslau no dia 16 de setembro de 1986: nesta ocasião, após a intervenção violenta da polícia militar em conjunto com funcionários do presídio, “14 detentos foram mortos, muitos deles a pauladas” (Salla, 2007, p.76). O modo de agir em situações críticas continua sendo praticado pelos governos subsequentes: Orestes Quércia, pelo PMDB (1987-1990), termina seu mandato com um conjunto de episódios trágicos envolvendo o sistema prisional.¹⁷ Luís Antônio Fleury, PMDB, (1991-1994), sem dúvida teve um dos governos mais conturbados no quesito sistema prisional. Foi durante sua administração que aconteceu o “Massacre do Carandiru¹⁸” – episódio que pode ser considerado o exemplo maior da maneira de administrar as prisões em São Paulo iniciada após a saída do Secretário de Justiça José Carlos Dias.

Na década de 1990 a administração de Mário Covas resgatará a expansão física do sistema penitenciário paulista iniciada durante o governo de Orestes Quércia. O governador, juntamente com seu secretário de administração penitenciária João Benedito de Azevedo Marques, lançou um projeto para a construção de mais de duas dezenas de novas unidades prisionais espalhadas pelo interior do estado. O governo também assume a tarefa de desativar o complexo do Carandiru, o que fez com que projeto de construção de novas unidades prisionais tivesse grande apoio financeiro do governo federal, do então presidente Fernando Henrique Cardoso, muito em função da pressão internacional que o Brasil sofria, principalmente de órgãos ligados aos direitos humanos desde o episódio do Massacre do Carandiru.

De acordo com Salla (2007) o governo Covas, apesar de não ter apresentado proposta para tal, trouxe novamente para a área da segurança pública paulista a maneira de agir afinada com a agenda dos direitos humanos. Isto pode ser demonstrado pelos dados referentes às mortes provocadas por policiais que de “1140 em 1991 e 1470 em 1992 caíram para 249 em 1996 e se mantiveram estáveis em 253 casos em 1997” (SALLA, 2007, p.79); para a questão penitenciária buscou demonstrar que a fase de intervenções violentas e de atropelo aos direitos humanos daria lugar às negociações em momentos de crise. Segundo Salla:

O governo teve de empenhar muitos esforços para convencer a opinião pública de que iniciava um novo estilo de tratar com as rebeliões, em que a negociação

¹⁷ O primeiro exemplo do governo Quércia se dá na ocasião da rebelião de 29 de julho de 1987 na Penitenciária do Estado, na qual foram mortas 31 pessoas (CALDEIRA, 2000). Outro episódio que retrata a violência institucional da época ocorreu em 1989, no 42º Distrito Policial de São Paulo, quando, após frustrada a tentativa de fuga, 50 detentos foram confinados em uma pequena cela, resultando na morte de 18 deles por asfixia. (SALLA, 2007; TEIXEIRA, 2009).

¹⁸ “Massacre do Carandiru”: Em 1992, na Casa de Detenção de São Paulo durante uma rebelião de presos do “Pavilhão 9” houve uma invasão coordenada pela Polícia Militar que teve como desfecho o assassinato de 111 detentos.

seria a forma privilegiada em detrimento da intervenção policial direta e letal. O governo deu início a uma praxe, a partir de 1995, da constituição de grupos de negociação que incluíam inclusive representantes da sociedade civil (SALLA, 2007, p.80).

Wacquant (2001) e Bauman (1999) alertam que naquele momento os modelos prisionais sofriam transformações em escala mundial. De acordo com estes autores, o Estado preventivo dá lugar ao Estado punitivo. Dentre as características desta transição estão construções de um grande número de unidades prisionais justificadas e apoiadas por um encarceramento em massa e pelo abandono total de qualquer tentativa de reabilitação do preso; este modelo transporta ações e decisões tomadas na área da segurança para o campo da batalha política, dando aos investimentos na estrutura física do sistema carcerário o aspecto de propaganda de governo. É possível observar em São Paulo que este processo tem início, ainda que brandamente, no mandato de Orestes Quércia (1987-1990), ganhando corpo na administração de Mário Covas/Geraldo Alckmin (1995-2001) e continuidade no governo de Geraldo Alckmin/Cláudio Lembo (2001-2006).

Assim, o rápido e exorbitante crescimento da população carcerária paulista, que se inicia na década de 1980 e se acentua na década de 1990 e anos 2000, aliado às constantes ocorrências truculentas, violentas e arbitrárias perpetradas pelo Estado contra os presos produziu elementos e atores que modificaram profundamente o funcionamento do sistema penitenciário do estado. Referimo-nos, principalmente, ao nascimento de grupos criminosos organizados dentro das prisões, dentre os quais o Primeiro Comando da Capital (PCC) se destaca por sua organização e capilaridade no âmbito do sistema carcerário, bem como nas periferias de grandes cidades do estado.

As origens e a consolidação do Primeiro Comando da Capital

Muitas são as histórias sobre a origem do PCC: há relatos de que teria nascido no Complexo do Carandiru no final dos anos 1980, outros garantem que foi na cidade de Araraquara em 1991. No entanto, com o passar do tempo, todas as histórias convergiram para a de Josmar Jozino contada no livro “Cobras e Lagartos – a vida íntima e perversa nas prisões brasileiras. Quem manda e quem obedece no partido do crime” de 2004. Esta versão tornou-se *oficial* no ambiente prisional e, portanto, o marco fundador do Primeiro Comando da Capital, a ponto dos integrantes do PCC ignorarem a existência de qualquer outra versão anterior a de Jozino (BIONDI, 2009, p.47).

De acordo com a versão adotada pelo universo prisional, o PCC nasce no dia 31 de agosto de 1993 no anexo da Casa de Custódia e Tratamento da cidade de Taubaté, no interior de São Paulo. Na ocasião, em função de um “acerto de contas”, ocorre uma briga entre o Primeiro Comando da Capital e o Comando Caipira tendo como desfecho a morte de dois detentos do Comando Caipira. Depois disso os integrantes do Primeiro Comando da Capital firmam um pacto garantindo que qualquer retaliação da direção do presídio ou de outros presos em função dos assassinatos teria como resposta a reação de todos os presos ali presentes (BIONDI, 2009, p.48). A unidade prisional de Taubaté, também chamada de “Piranhão”, era conhecida entre os presos por representar uma espécie de castigo para os indisciplinados, já que em Taubaté os banhos de sol e os períodos de visita eram limitados pela direção, que deixava os presos trancafiados durante quase todas as horas do dia – podemos dizer que Taubaté foi o precursor do RDD (Regime Disciplinar Diferenciado)¹⁹ – além destas arbitrariedades, os presos do “Piranhão” sofriam maus-tratos constantes: funcionários da unidade, com a conivência do diretor do presídio, espancavam e torturavam os detentos como forma de castigo.²⁰

De 1993 até 2001, o PCC não foi motivo de preocupação para o governo de São Paulo. Embora a imprensa já viesse noticiando desde 1997 a atuação de grupos organizados por detentos dentro do sistema penitenciário paulista, principalmente a atuação do PCC, a administração estadual descartava a existência destes grupos, como demonstrou o então secretário de administração penitenciária do governo Covas ao afirmar para a imprensa que o

¹⁹ O Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) constitui-se como um instrumento do Estado que permite a imposição de um regime de cumprimento da pena de prisão muito mais rigoroso do que o comum. Inexistente na Lei de Execução Penal (LEP) original, de 1984, o RDD foi criado no estado de São Paulo, através de resolução administrativa da Secretaria de Administração Penitenciária, em 2001 (Resolução SAP 26/01) e transformado em lei federal, incorporado à LEP, em 2003 (Lei 10.792/03). Cf. TEIXEIRA (2009).

²⁰ Sobre o tratamento dado aos detentos pela direção e funcionários da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté ver: BIONDI (2009); DIAS (2009a); SALLA, (2007).

PCC não passava de uma ficção (SALLA, 2007, p.81)²¹. Ocorre que em 2001 o PCC torna-se conhecido publicamente, ultrapassando os limites dos muros das prisões por meio de uma megarrebelião iniciada num domingo, dia 18 de fevereiro, que em poucas horas se espalhou por 29 unidades prisionais, envolvendo aproximadamente 28 mil detentos de todo o estado (SALLA, 2007, p.82). A partir de então o Primeiro Comando da Capital se tornaria uma das pautas mais importantes da agenda do governo paulista, afinal havia ultrapassado os limites dos muros das prisões e chegado à mídia e, conseqüentemente, à opinião pública, obrigando o governo a dar uma resposta com relação aos problemas enfrentados pela área da segurança no interior do sistema penitenciário.

A principal reação do Estado à megarrebelião de 2001, na tentativa de demonstrar à população paulista que não havia perdido o controle da situação, foi a criação do RDD (Regime Disciplinar Diferenciado). Chamamos a atenção aqui para dois pontos: o primeiro é de que a aplicação do Regime Disciplinar Diferenciado é destinada estritamente aos líderes de facções criminosas e aos presos cujo comportamento exija tratamento específico (Resolução SAP 26/01, art.1º); o segundo é que o preso deve permanecer no RDD por um tempo determinado – “o tempo máximo de permanência, na primeira inclusão, é de 180 dias; nas demais, 360 dias” (Resolução SAP 26/01, art. 4º). O RDD, como bem observa Teixeira (2009), é a legalização da exceção no sistema penitenciário; a aplicação deste tipo de encarceramento vai de encontro a tudo o que é previsto na Lei de Execuções Penais de 1984 e também na Constituição Federal²², no entanto, para o senso comum mostra-se, de certa forma, *legítima* frente à “necessidade” e aos “desafios” para “combater” grupos “criminosos” organizados no interior das prisões.

Sustentamos, apesar de reconhecer sua polêmica, o seguinte: as políticas públicas e a falta de políticas públicas voltadas para a questão penitenciária em São Paulo, no limite, possibilitaram o surgimento do PCC. Para dar suporte a afirmação analisemos as palavras, não menos polêmicas, de Marcos Willians Herbas Camacho²³ em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico de Armas em junho de 2006 sobre a fundação do Primeiro Comando da Capital:

²¹ O desconhecimento por parte do governo do estado com relação ao PCC pode ser observado também em JOZINO (2004); BIONDI (2009).

²² A forma de execução do RDD se encontra na Lei 10.792/03, art. 52, itens I, II, III e IV: “I - duração máxima de trezentos e sessenta dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie, até o limite de um sexto da pena aplicada; II - recolhimento em cela individual; III - visitas semanais de duas pessoas, sem contar as crianças, com duração de duas horas; IV - o preso terá direito à saída da cela por 2 horas diárias para banho de sol”. Além destas condições, são proibidos aparelhos de televisão ou rádio nas celas e os livros são controlados, assim como as visitas de advogados.

²³ Marcos Willians Herbas Camacho, o “Marcola”: considerado “pela polícia e por boa parte da imprensa” o líder máximo do PCC. Para diferentes pontos de vista sobre a liderança dentro do PCC, Cf. BIONDI (2009) e DIAS (2009b).

O PCC surgiu em 1993 e tomou força, de 95 em diante. (Marcos: 86). Sua fundação marcou uma reação à condição indigna na qual os presos da Casa de Custódia de Taubaté viviam e àquilo que ficou conhecido por Massacre do Carandiru: (...) o diretor do Carandiru foi para Taubaté, e lá ele impôs a mesma lei de espancamento. Então, quer dizer, juntou a situação do Carandiru com a de Taubaté, deu o PCC (Marcos: 99). Uma reação às injustiças do Estado, mas também uma reação ao estado de coisas que vigorava nas relações entre prisioneiros. Um processo duplo: uma política de lutas contra as injustiças do Estado e uma política de reabilitação e reforma do proceder pelo certo (MARQUES, 2010, p.11).²⁴

Neste momento se faz necessária uma consideração sobre a citação acima: está claro que ao destacar a visão do homem apontado por autoridades e opinião pública como líder do PCC criamos uma situação delicada, no entanto, ignorar o depoimento seria privar a análise de uma gama de nuances importantes, além disso, a citação não nos coloca de acordo com opinião explicitada, mas a consideramos importante para o entendimento dos fatos. Por fim, não se pode desconsiderar a “fala” desse sujeito, pois ele é um “intelectual” do “Partido do Crime”, entendido como um organizador da confiança, nos termos gramscianos.

A afirmação de Marcos Willians Herbas Camacho vem ao encontro de outro ponto de destaque: o da ausência do Estado enquanto garantidor da ordem dentro das prisões. As normas em grande parte do ambiente prisional não eram (antes do PCC) e ainda não são (com o PCC) regulamentadas e aplicadas pelo Estado, o que equivale afirmar que os detentos formam um grupo alijado de seus direitos e não coberto pelas leis ditadas oficialmente. Sendo assim, este grupo tende a criar formas internas de controle que independem da regulamentação do próprio Estado. No caso do sistema penitenciário paulista, antes do controle exercido pelo PCC, as regras baseavam-se estritamente no arbítrio e na força, na ausência de uma administração penitenciária que regulasse as relações de convívio entre os presos, mandavam os mais fortes: o poder era exercido pelo detento renomado na criminalidade, cuja capacidade e disposição para se valer principalmente da violência fossem maiores de que a dos demais. Segundo Dias, antes do PCC:

O poder estava atrelado à capacidade de utilização da força física, sendo que esta se constituía em recurso disperso no sistema prisional, estando à disposição de quem quisesse e tivesse condições de utilizá-la para exercer seu domínio sobre os demais. (DIAS, 2010, p.9)

²⁴ Esta citação foi feita com base no texto de MARQUES (2010) e não diretamente das transcrições dos depoimentos da CPI do Tráfico de Armas. Sendo assim mantivemos as indicações de páginas de Marques.

Não é difícil perceber que imperava no ambiente prisional grande instabilidade, produzindo arbitrariedades geralmente acompanhadas de violência extrema. Se a aplicação da “lei do mais forte” possibilitava ao líder da unidade e aos seus aliados certos privilégios, também os transformava em alvos potenciais dos demais encarcerados, criando um ciclo de violência em busca de privilégios e poder no interior das prisões. A consolidação da liderança do PCC na grande maioria das unidades prisionais do sistema penitenciário de São Paulo transformou profundamente o cotidiano prisional no que tange às relações entre os próprios presos, e entre estes e os funcionários das penitenciárias. Foi a omissão do Estado que abriu brechas para a atuação do PCC dentro das prisões e a atuação deste está apoiada na “Disciplina do Comando”, que se tornou o conjunto de regras e normas seguidos pelos encarcerados em presídios dominados pela Organização.

Quando colocamos que o PCC ganhou espaço e se firmou em ambientes nos quais o Estado deveria estar presente e não estava nos apoiamos em trabalhos de acadêmicos conceituados²⁵ e também em nossa pesquisa de campo feita durante o curso de mestrado que contou com entrevistas com funcionários do sistema penitenciário. O relato de um de nossos interlocutores corrobora e sustenta nossa afirmação. Na ocasião, quando questionado sobre a atuação do Primeiro Comando da Capital nas prisões, a resposta foi:

Olha, se você quer saber sobre o PCC eu te digo: O PCC está aí firme e forte. Eles têm grande influência aqui dentro (da penitenciária), eles conseguem ganhar o preso que chega aqui. Veja: Se agora chegar um preso aqui nós vamos receber o cara, fazemos os procedimentos que devemos fazer, a burocracia toda, e colocamos o cara numa cela e só. Não vamos dar um colchão, um sabonete, uma escova de dente, nem o uniforme para o cara vestir. Então quem é que vai dar isto para o cara: o ‘bandidão’. O cara que fala pelo PCC aqui na cadeia vai oferecer estas pequenas coisas para o preso, depois vai pagar a passagem da família do cara no dia de visita e pronto o preso que podia ser só um ‘ladrão de galinha’ agora é do PCC, ele está devendo para o “Comando”. Então aqui na cadeia nós (os funcionários) somos os inimigos, nós só prendemos o cara, mas eles (PCC) não, eles ‘ajudaram’ o sujeito, eles acolheram o cara. Se você escolher qualquer um (preso) e perguntar o que ele é, você vai ter uma resposta só: eu sou PCC (Relato 1)²⁶.

Corroborando a fala acima, em outro encontro com funcionários de outra unidade prisional, um dos interlocutores afirma que não são raras as ocasiões em que a direção da unidade prisional realiza compras de produtos (geralmente relacionados à higiene pessoal, ou lençóis e colchonetes) com o próprio dinheiro. Em suas palavras:

²⁵ Cf. DIAS, (2011) e FELTRAN, (2010b).

²⁶ Os nomes e os cargos dos interlocutores foram ocultados para garantir a segurança pessoal desses entrevistados.

“Veja, quem tem que arcar com isto é o sistema, mas geralmente a verba não dá, todo mundo sabe que não dá. É muito preso, então para não perder o cara para o ‘Comando’ a gente muitas vezes tem que tomar estas providências” (Relato 2).

Ainda utilizando as entrevistas para sustentar nossas afirmações temos uma fala acerca do nascimento do PCC corroborando as histórias sobre as origens da facção. Como dito anteriormente, os abusos de violência por parte do sistema penitenciário paulista são notórios, principalmente na década de 1990 na Penitenciária de Taubaté dirigida, naquele momento, por José Ismael Pedrosa²⁷, nosso entrevistado diz o seguinte:

“Eu me lembro de quando começou a se falar em PCC, no meio da gente (funcionários do sistema penitenciário) o comentário era que o movimento começou lá em Taubaté, lá o Pedrosa era carrasco mesmo, mandava bater em preso que fosse folgado, ele recebia os piores de tudo que era cadeia e dizia disciplinar os bandidos, ele era conhecido com ‘domador de presos’, esses ele não domou não” (Relato 3)²⁸.

Em todos os depoimentos chama-nos a atenção a presença do Estado, logo a afirmativa de que o Estado é ausente deve ser lida de outra maneira, ou seja, não é a ausência do Estado que determina os passos do PCC, mas sim a maneira de agir do Estado que abre brechas para que a facção atue no cenário prisional. Em um primeiro momento, o do nascimento, o Estado está presente apenas como força coercitiva – e coerção feita a partir da violência – bastante distante do ideal de recuperação e reinserção social do infrator que cumpre sua pena; num segundo momento, quando o PCC age ativamente, o Estado se faz presente novamente na figura de punidor apenas, o que de fato também faz parte de suas obrigações, no entanto, novamente não oferece condições para que o infrator cumpra sua pena com dignidade e é justamente desta falha que a facção se aproveita.

As transformações no cotidiano prisional, mencionadas ainda há pouco, aconteceram durante a década de 1990, mas a consolidação do domínio do PCC se deu a partir dos anos 2000. Dias (2010) apresenta-nos em seu artigo “A disciplina do PCC: a importância do (auto) controle na sociabilidade prisional”²⁹ uma divisão para as fases de consolidação do poder do Comando, à qual ela própria dá o nome de “etapas do processo de formação de uma nova ordem

²⁷ O Diretor José Ismael Pedrosa foi assassinado em 23 de outubro de 2005 com 11 tiros na cabeça, o assassinato foi atribuído ao Primeiro Comando da Capital.

²⁸ Relatos extraídos da seguinte fonte: MOREIRA, Alex. 2013. *O PCC em São Paulo: ‘coletivo de presos’ ou ‘organização criminosa’?* 2013. 96f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, São Carlos.

²⁹ Artigo publicado pela Revista Brasileira de Ciências Criminais, n°86, set/out. 2010.

social”. Para Dias, é possível delinear a expansão e domínio do PCC da seguinte forma: uma primeira fase que vai de sua criação até a megarrebelião de 2001, quando a existência do grupo passa a ser de conhecimento público; a segunda fase diz respeito ao momento em que o governo de São Paulo reconhece que o PCC é um caso preocupante para a segurança pública do estado; e um terceiro e último período, quando se dá a consolidação do domínio do PCC e de sua disciplina dentro de grande parte dos presídios do estado de São Paulo (DIAS, 2010).

Nas prisões em que o PCC atua todos os presos estão sujeitos às regras impostas pela “disciplina do Comando”, não importando se o preso é integrante³⁰ ou não do PCC. A “disciplina” define o que é certo e o que é errado para um detento que está sob os domínios do PCC, porém não se trata apenas de um código de conduta de comportamento do preso, vai além, regulando desde as menores ações de um detento até sua atitude como “ser ladrão”, isto é, seu “proceder”³¹ no “mundo do crime”. Estão entre as regras ditadas pela disciplina, por exemplo: I) *para todos os presos da unidade prisional*: a proibição da venda de *crack* dentro da prisão; não usar de violência sem a autorização do Comando; não se envolver com a mulher de outro detento; não roubar os pertences de outro detento; não manter contato desnecessário com os agentes das forças de segurança do Estado; não se dirigir ao outro de forma desrespeitosa usando palavras ofensivas; II) *para os integrantes do PCC*: não usar a droga *crack*; não humilhar nenhum detento; não se beneficiar do nome do Comando; não contrair dívidas; não se relacionar com homossexuais; intermediar a relação entre detentos e administração da unidade prisional; resolver os conflitos com diálogo, evitando o uso da violência; jamais tomar decisões isoladas (DIAS, 2010).

Examinando a literatura brasileira relacionada à questão carcerária veremos que regras e normas para amenizar as dificuldades de convívio no interior dos presídios não são dispositivos recentes³². No entanto, estas regras e normas estavam presas às mãos de sujeitos cuja fama no “mundo do crime” e o emprego da violência superassem os demais o que provocava instabilidade no ambiente prisional. Com o PCC emerge uma nova forma de “sociabilidade no espaço prisional” (DIAS, 2010): a partir de então o domínio baseado na força física é paulatinamente substituído pelo discurso pautado pela “igualdade” entre os presos,

³⁰ Para que um detento se torne um integrante do Primeiro Comando da Capital ele necessariamente precisa ser indicado (apadrinhado) por um “irmão” (membro já batizado do PCC), sendo assim o “irmão” que o indicou será responsabilizado pelas atitudes de seu apadrinhado. Para maiores informações sobre o assunto consultar: BIONDI (2009); MARQUES (2010).

³¹ Cf. MARQUES (2010).

³² José Ricardo Ramalho em 1979 e Edmundo Campos Coelho em 1987 publicam respectivamente: “O mundo do crime: a ordem pelo avesso” e “A oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade” ambos os trabalhos abordam o tema sobre regras e normas de convívio dentro do cárcere.

buscando união para a luta contra um inimigo comum – as forças do Estado, que perpetravam injustiças contra os encarcerados. O PCC adota uma postura dentro das prisões que, no limite, ocupa espaços próprios do Estado, fazendo com que no interior dos presídios sejam obedecidas “leis” que, de certa forma possibilitam ao preso cumprir a pena com dignidade, se consolidando, portanto, em uma instância garantidora do funcionamento de normas, num primeiro momento dentro do sistema penitenciário, e, num segundo, extrapolando os limites dos muros prisionais e alcançando periferias urbanas.

A consolidação do poder do PCC no interior do sistema penitenciário paulista e fora dos muros das prisões se mostra com maior evidência em maio de 2006, quando 74 unidades prisionais se rebelam simultaneamente, culminando na paralisação de várias cidades em todo o estado. Os “ataques do PCC”, como ficaram conhecidos os acontecimentos de maio de 2006 contaram, além das rebeliões, com ataques contra agentes policiais e incêndios a ônibus e a prédios públicos e privados, culminando numa onda de violência que acarretou a morte de mais de 400 pessoas (ADORNO; SALLA, 2007).

Nota-se que, tanto dentro das prisões quanto fora delas, a atuação do PCC se dá onde o Estado deveria manter uma presença forte e não consegue, permitindo que se fixe a imagem de abandono das pessoas que lá estão (seja na prisão, seja nas periferias): num primeiro momento o PCC ocupa o espaço deixado pelo Estado no interior das penitenciárias por conta do descaso e arbitrariedades no tratamento dos detentos; depois, transforma-se numa espécie de regulador da ordem nas periferias de cidades como São Paulo, oferecendo à população, no limite, a normatividade e a segurança que o Estado, tido como ausente, não lhes proporciona.

Mano Brown, cantor e compositor paulistano de “RAP” reconhece que as “leis” do PCC conseguiram diminuir os homicídios³³ nas periferias da capital paulista. Brown diz:

Em São Paulo hoje existe um movimento diferente. Esse extermínio foi “temporariamente” bloqueado. Por leis que não são do governo. São de um ‘outro’ governo. E em outros estados eu temo que a solução seja essa também. O governo não conseguiu fazer uma ação concreta para o problema da segurança. E o crime organizado conseguiu (FELTRAN, 2010b, p.70).³⁴

³³ O Banco de Dados do Núcleo de Estudo da Violência (NEV) da USP demonstra que a queda homicídios nos anos 2000 em São Paulo é significativa, principalmente dos jovens. No ano de 2000 aconteceram 1236 homicídios entre os jovens de 0 a 19 anos, chegando em 2006 com 351 mortes; já para a faixa dos 15 aos 24 a variação é de 2642 homicídios no ano 2000 para 794 em 2006. Disponíveis em: <http://nevusp.org/downloads/bancodedados/homicidios/capitais/numhomicidios-capitais-0a19-2000-2006> e <http://nevusp.org/downloads/bancodedados/homicidios/capitais/numhomicidios-capitais-15a24-2000-006> -

³⁴ Mano Brown em entrevista para a Agência de Informação Multiétnica em 2009, disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=PQ4dP2evx9w>.

É importante ter muita cautela ao tomar como verdade o fato de que as ações do Primeiro Comando da Capital conseguiram alcançar um feito que o Estado não conseguiu. A fala do rapper Mano Brown é uma provocação de um intelectual da periferia. E ele a faz com a autoridade de quem enxerga os acontecimentos com a visão privilegiada da vivência cotidiana. A cautela está em perceber que, apesar do PCC provocar este efeito, o faz de forma arbitrária, que, no limite, serve diretamente aos seus interesses, pois ao se tornar uma instância (reconhecida pela população local) que promove a “justiça” o PCC acaba por descreditar os agentes do Estado responsáveis legalmente por garantir a justiça. Desta forma, a população das localidades onde atua o PCC acaba por enxergar na polícia um inimigo.

As classificações do PCC do ponto de vista acadêmico

Neste momento buscaremos fazer um resgate bibliográfico mais específico acerca de um tema que dificilmente pode ser apreendido por um conceito, já que engloba palavras-chave como: criminalidade, violência, segurança, crime organizado. Aqui nos apoiaremos em uma bibliografia acadêmica específica que aborda principalmente o Primeiro Comando da Capital. Com o intuito de condensar a análise, para que a mesma não se tornasse ampla em demasia e, conseqüentemente, corresse o risco de tornar-se vaga foram utilizadas duas interpretações que, de certo modo, sintetizam a literatura sobre o tema com destaque justamente às discordâncias entre elas.

Buscaremos tipificar o Primeiro Comando da Capital de acordo com o que a bibliografia nos apresenta, isto é, levando em conta as características deste grupo destacadas pelos estudos já realizados entendemos ser possível classificá-lo, colocando-o no patamar de uma organização. Neste sentido, o desafio maior é compreender quais objetivos, ou seja, em função de que esta organização se move; acredito que desta forma, seja possível também compreender que tipo de poder a organização exerce: econômico, político e/ou social? O entendimento desta tipificação, por sua vez, deverá nos fornecer elementos para analisar a figura do sujeito bandido dentro da organização, uma vez que definido o grupo poderemos caracterizar os indivíduos que o compõem.

Assim sendo, a primeira bibliografia provém do NEV/USP (Núcleo de Estudos de Violência da Universidade de São Paulo) que se dedica desde meados da década de 1980 ao estudo voltado para temas relacionado aos direitos humanos; a segunda bibliografia não será enquadrada em um grupo (como o NEV) – já que se trata de trabalhos que não foram produzidos para um grupo de estudos específico – mas trata-se de uma coletânea de leituras acumuladas durante o percurso para a realização deste trabalho; de maneira geral, a bibliografia é produzida a partir dos departamentos de sociologia e de antropologia da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos).

Encontrar o fio da meada para iniciar este resgate bibliográfico exige muita cautela, já que embora tratando do mesmo assunto, esses dois conjuntos de bibliografias possuem pontos de discordância bem claros. Assim, abordaremos dentro destas bibliografias dois temas centrais: a emergência e significado do Primeiro Comando da Capital, bem como suas relações com o Sistema Penitenciário de São Paulo. Sendo assim, apontaremos como cada bibliografia trata tais questões. A intenção é lançar um olhar para o trabalho acadêmico produzido na área de segurança pública. É de muita importância este levantamento para trazer à pesquisa uma

perspectiva mais clara de como o assunto vem sendo tratado na bibliografia, ainda que condensado em apenas dois grupos e com foco em temas bastante específicos.

As preocupações de ambas as bibliografias aqui analisadas apresentam muitos desacordos. Esta constatação pôde ser feita na medida em que se avançava nas leituras. Para exemplificar, um artigo seminal escrito sobre o tema em 1987 por Fisher e Adorno percebe-se claramente que a proposta dos autores era entender como os órgãos do Estado buscavam democratizar o sistema penitenciário. Há inclusive uma citação à política de humanização dos presídios, iniciada e não concluída por José Carlos Dias durante o governo Franco Montoro (já mencionada anteriormente). Porém, o que chama a atenção é justamente o olhar dos intelectuais lançado em direção das ações das instituições do Estado. Assim uma das preocupações era: como o Estado poderia regular as ações de seus agentes dentro do sistema penitenciário, uma vez que estes agentes gozavam de muita autonomia sobre as ações dentro do sistema e, de certa forma, possuíam grande poder³⁵.

Diferentemente dos autores do NEV/USP, os autores do segundo grupo não buscam analisar o tema e suas questões a partir do viés institucional, ou seja, não procuram responder como e o quê o Estado precisa fazer para que o sistema penitenciário funcione de maneira mais adequada, mas buscam compreender o movimento de questionamento da política pública de segurança existente dentro e fora das prisões. Portanto, o que interessa para este grupo de estudiosos são os movimentos sociais promovidos pelos atores que estão envolvidos com os ambientes em questão, seja no espaço prisional, seja no espaço do “mundo do crime”, portanto, o objetivo destes intelectuais é entender o “novo” modelo de vida em sociedade no qual estão inseridos os atores, os indivíduos, que são partes deste mundo, ainda que como “excluídos” e “criminosos”. Um bom exemplo disto pode ser vislumbrado no estudo de Biondi. A sua, já mencionada anteriormente, dissertação de mestrado busca apresentar como o Primeiro Comando da Capital se movimenta enquanto grupo de homens presos e, assim, o trabalho de campo da autora caminha por entre a história do PCC e suas normas, traçando um perfil etnográfico deste grupo.

Prosseguindo com a comparação entre as bibliografias, talvez a maior discórdia entre aqueles que se dedicam ao estudo do Primeiro Comando da Capital seja a forma de classificação deste grupo: por um lado, é considerado um “coletivo de presos” (como é tratado por Biondi em sua dissertação) por outro um “grupo criminoso organizado”, como o tratam autores provenientes do NEV/USP. Muito embora em diversos momentos convirjam em determinados

³⁵ FISHER, R. M, e ADORNO, S. “Políticas Penitenciárias, um Fracasso”? Revista Lua Nova, vol.3, nº4, São Paulo, p.70-79, 1987.

pontos há, sempre fissuras entre as duas correntes. Esta comparação não tem a pretensão de estabelecer uma classificação definitiva para o Primeiro Comando da Capital. No entanto, há a intenção de resgatar como os estudiosos olham para o PCC, no sentido de perceber os limites de suas interpretações, bem como as diferenças e proximidades entre elas.

Durante a leitura do trabalho de Biondi, por diversas vezes vemos uma interpretação que não considera o PCC um grupo de homens articulados para o crime, mas que, no limite, representa um grupo organizado, essencialmente para definir e coordenar normas de convívio dentro das prisões; no entanto, a análise de Biondi não desconsidera que os membros do PCC praticam crimes; a explicação para a prática criminosa aparece da seguinte forma:

[...] estas práticas criminosas ou violentas constituem seus ‘corres’, as atividades por meio das quais obtém recursos financeiros. Os intervenientes não as consideram inseridas nas relações que compõem o PCC, os ‘corres’ são atividades privadas (BIONDI, 2010, p.114).

Este trecho dá-nos a percepção de que existem duas dimensões distintas e desarticuladas dentro do mesmo grupo: o PCC “coletivo de presos” e o PCC organizado para o crime. Os relatos coletados pela autora junto a seus interlocutores no trabalho de campo (os presos) corroboram a separação da atividade criminosa do PCC enquanto “coletivo de presos”. No entanto, em outro momento fica claro que como membro deste coletivo o indivíduo possui um compromisso com o “mundo do crime” e com a organização, já que seus integrantes não podem abandonar o crime para levar uma vida legal. Citando Biondi:

Documentos, emprego, carteira de trabalho assinada, são coisas de ‘Zé Povinho’. É por isso que um ex-presos, flagrado por outro em seu atual exercício da profissão (legal e com carteira assinada), pede a ele pra guardar segredo quanto a sua opção de sair da vida do crime: ‘É que não quero passar por aquele veneno de novo’. Em outro caso, um ex-presos, também flagrado por outro em seu ambiente de trabalho, fingiu não conhecê-lo. Tal postura revela não ser desejável que alguém se estabeleça, tenha vínculo, participe do sistema. Tanto é que, ao se batizar, dizem que estão assumindo um compromisso com crime, que é exterior ao sistema da mesma forma as pessoas da sociedade não estão em sintonia com o PCC, ou seja, não participam de seu regime de relações (BIONDI, 2010, p.167, grifo nosso).

Recusando a ideia do PCC como um “coletivo de presos” e que a atividade criminosa exercida por seus membros está descolada de suas normas, os autores do NEV/USP, como Adorno e Salla, afirmam categoricamente que o Primeiro Comando da Capital é uma

organização criminosa. Em artigo escrito após a onda de ataques de maio de 2006, Adorno e Salla classificam o PCC a partir da noção de criminalidade organizada que, num primeiro momento, atuava dentro do território das prisões – tomando como exemplo a megarrebelião de fevereiro 2001 – e que aumentou seu raio de ação para fora dos muros das prisões, quando coordenou os ataques de maio de 2006³⁶ que paralisaram São Paulo.

Nesta dualidade, o PCC como “coletivo de presos” e o PCC como representante do crime organizado, há pontos delicados e controversos. De saída, a própria definição para crime organizado é alvo de intensas discussões e calorosos debates no meio acadêmico. Algumas definições ajudam-nos a compreender como os autores entendem o crime organizado e, conseqüentemente, enquadram neste esquema o PCC.

Para Mingardi o crime organizado apresenta cinco características próprias que o diferenciam do crime comum: 1) hierarquia; 2) previsão de lucros; 3) divisão de trabalho; 4) planejamento empresarial e 5) simbiose com o Estado³⁷. Com a exceção da característica “simbiose com o Estado”, a definição da Polícia Federal se assemelha muito a definição de Mingardi, no entanto as características se estendem de cinco para dez, definidas desta forma: 1) planejamento empresarial; 2) antijuridicidade; 3) diversificação da área de atuação; 4) estabilidade de seus integrantes; 5) cadeia de comando; 6) pluralidade de agentes; 7) compartimentação; 8) códigos de honra; 9) controle territorial; 10) fins lucrativos³⁸. A Convenção de Palermo³⁹ não se limita a descrever características. Assim, crime organizado significa: “grupo estruturado de três ou mais pessoas, existente há algum tempo e atuando concertadamente com o propósito de cometer uma ou mais infrações graves ou enunciadas na Convenção, com a intenção de obter, direta ou indiretamente, um benefício econômico ou outro benefício material⁴⁰”.

Adorno e Salla voltam a posicionar o Primeiro Comando da Capital na categoria de crime organizado quando, escrevendo sobre os ataques de maio de 2006, enquadram as ações do PCC nos moldes das definições apresentadas. Em suas próprias palavras:

³⁶ ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. (2007). “A criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC”. In: Revista Estudos Avançados, v.21, n.61, p. 7-29.

³⁷ MINGARDI, Guaracy. (1998). “O que é crime organizado: uma definição das ciências sociais”. Revista do Ilanud, n.8, p. 25-27.

³⁸ LUCAS, In: “Dossiê Crime Organizado”, 2007.

³⁹ A Convenção de Palermo é o nome pelo qual é mais conhecida a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. Foi adotada em Assembleia da ONU (Organização das Nações Unidas), no mês de novembro do ano de 2000, na cidade de Nova Iorque. No Brasil, a Convenção de Palermo só foi promulgada quatro anos depois, com a edição do Decreto 5.015, de março de 2004.

⁴⁰ GOMES, Luiz Flávio. Definição de crime organizado e a Convenção de Palermo. Disponível em: <http://www.lfg.com.br>

[...] as lideranças estavam sustentadas em uma organização mantida por um quadro hierarquizado de “funcionários”, disciplinados e obedientes, capazes de executar ordens sem questioná-las. Possivelmente, operando à base de redes de apoio disseminadas em distintos pontos móveis por todo o território do estado, revelou dispor de um hábil e ágil sistema de comunicação entre lideranças, liderados e executantes de ordens, mediante vias protegidas e pouco permeáveis às interferências externas e por meio do emprego de celulares, centrais telefônicas, “pombos-correios”. Esse sistema foi colocado à prova justamente durante as ondas de ataque, mostrando que a organização estava capacitada para controlar o andamento simultâneo de inúmeras rebeliões; para atacar alvos distintos sem uma lógica predeterminada e com elevada dose de surpresa; para estar em qualquer lugar e desaparecer de imediato; para expedir ordens e, logo depois, determinar a suspensão das ações; para negociar com altas autoridades do estado (ADORNO; SALLA, 2007, p.9).

Assim, levando em conta os estudos analisados acima é possível perceber que o Primeiro Comando da Capital apresenta características que apontam para quatro formas de organizações diferentes: 1) uma forma de organização econômica, apontada nos trabalhos de Mingardi; 2) uma organização nos moldes de hierarquia e disciplina militar, destacada pelos trabalhos de Adorno; 3) uma organização com características hierarquizadas típicas das organizações partidárias, articulada com uma estrutura disciplinada e hierárquica celular, como a dos partidos comunistas de tradição leninista, a partir da observação e análise do funcionamento do código de conduta do PCC, chamado de “Disciplina do Partido”; 4) por último, características que nos levam a enxergar na facção uma espécie de movimento social, posição presente principalmente, no trabalho de Biondi.

Em entrevista publicada pela Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar, Karina Biondi, Camila Nunes Dias, Adalton Marques e Gabriel de Santis Feltran⁴¹ procuram apresentar o modo como orientam seus estudos sobre o PCC; de certa forma, suas falas durante a entrevista resumem o desenvolvimento de suas pesquisas. É interessante observar que suas preocupações estão voltadas para a compreensão das transformações que o surgimento e consolidação do PCC têm produzido. Ao longo das entrevistas, obtêm-se um “raio-X” do Primeiro Comando da Capital, no que diz respeito tanto à sua atuação dentro quanto fora das prisões, principalmente nas periferias de cidades como São Paulo. Este conjunto de entrevistas é útil para traçar uma linha que revela como o PCC está presente nos escritos destes pesquisadores, aprofundando o que já foi feito até este momento. Para tanto, aproveito as questões feitas aos autores pela Revista e que, acredito, podem auxiliar no entendimento da importância de se estudar o Primeiro Comando da Capital.

⁴¹ Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar, v.1, n.2, jul.-dez., p.154-175, 2009.

A primeira pergunta feita aos entrevistados indaga a razão pela qual começaram a estudar o PCC; os quatro pesquisadores relatam que não tinham a intenção de estudar o PCC propriamente dito, no entanto, as áreas de concentração de suas pesquisas inevitavelmente os levaram a perceber a presença do Primeiro Comando da Capital. Feltran deixa claro:

Sinceramente, eu nunca quis estudar violência, crime ou PCC. Sou um pesquisador das periferias urbanas - estudo as transformações desses territórios, as relações com o Estado, os movimentos sociais, associações de bairro, famílias, etc. O problema é que a questão da violência e do crime - e mais recentemente do PCC - atravessou as histórias de vida das pessoas com quem eu convivo em pesquisa. Tenho muitos conhecidos que perderam maridos, filhos e irmãos assassinados nos anos 1990. Outros tantos que vivem de atividades ilícitas e, por vezes, violentas. Não foi possível desviar do tema. E todos eles relataram mudança importante nessa dinâmica a partir da aparição do PCC nos territórios. Isso me interessou e, a certa altura, estava metido nessa discussão mesmo sem querer.⁴²

Inicialmente, Dias tinha como área de concentração dos seus estudos o sistema prisional, daí para o PCC foi um passo. A autora relata que foi após os acontecimentos de maio de 2006 que o PCC passou a ser também foco de sua atenção enquanto pesquisadora, mas que antes dos ataques já notara a influência do grupo no meio prisional. Nas palavras de Dias:

Eu já estudava o sistema prisional e já vinha percebendo a crescente influência no PCC no cotidiano das unidades prisionais e, quando ocorreram os chamados “ataques de 2006” achei que era um fenômeno muito importante jamais visto antes e que era preciso tentar compreendê-lo.⁴³

Biondi relata que decidiu estudar instituições prisionais, mas não pensou no PCC em um primeiro momento, ocorre que segundo a autora:

À época, ainda não era meu interesse estudar o PCC, mas para onde eu olhava, via-o em funcionamento. O estudo do PCC decorreu de uma impossibilidade de estudar uma instituição prisional sem falar do PCC. Todos os aspectos das vidas dos prisioneiros que por lá passaram estavam permeados, em maior ou menor intensidade, pelo fenômeno-PCC.⁴⁴

Por fim, Marques revela que seu estudo se iniciou na graduação com uma pesquisa sobre conversão religiosa nas prisões e, em seus trabalhos de campo, durante as entrevistas, era difícil

⁴² FELTRAN, In: Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar, v.1, n.2, jul.-dez., p.154, 2009.

⁴³ Ibidem., 2009, p. 154.

⁴⁴ Ibidem., 2009, p. 155.

não perceber que havia uma diferença na fala dos ex-presidiários quando se tratava na vida na prisão antes do PCC e depois do surgimento do grupo. Para o autor:

Era difícil um ex-presidiário não marcar diferenças entre o “proceder do PCC” e o “proceder das antigas” ou o “proceder” de outros “comandos”. A partir de então, procurei perseguir essas diferenças e os desdobramentos que elas provocaram em minha pesquisa inicial.⁴⁵

É interessante notar que os autores não foram intencionalmente ao encontro do PCC, buscando estudá-lo intimamente, mas em um determinado momento todos, de uma forma ou de outra, esbarraram no tema e viram-se obrigados a analisar tal fenômeno que, no limite, é parte fundamental dos objetos de investigação sobre os quais estes autores estavam inclinados. Isto deixa claro que é impossível olhar para a questão da segurança pública de São Paulo sem olhar para o fenômeno Primeiro Comando da Capital, já que o grupo se encontra socialmente arraigado tanto dentro como fora das prisões.

A próxima questão nos auxilia no entendimento de como estes estudiosos enxergam o PCC; a respeito de qual é o papel do Primeiro Comando da Capital nos dias de hoje os autores de modo geral apontam no sentido do grupo funcionar como uma espécie de regulador de normas de convívio dentro e fora das prisões, sendo também um regulador das normas de conduta no que tange à vida no “mundo do crime”. Esta regulação do “mundo do crime” vem apontando inclusive para diminuição dos homicídios tanto dentro dos presídios, bem como nas periferias de grandes cidades como São Paulo. O que não significa que haja uma redução nem do crime, nem da violência, como muitas vezes pareceu demonstrar os dados sobre o assunto.

Para Biondi, que priorizou o estudo do PCC que atua dentro das instituições prisionais, o grupo possui dois papéis importantíssimos: “ao mesmo tempo em que regula a relação entre os prisioneiros, é uma instância representativa da população carcerária frente ao corpo de funcionários das prisões”.

Esta resposta de Biondi para a entrevista ganha corpo e se torna ainda mais clara em sua dissertação de mestrado, na qual a autora demonstra como a regulação acontece e como a população carcerária faz frente aos funcionários da instituição prisional, usando exemplos que ela colheu em seu trabalho de campo.

É importante dar destaque para esta questão, já que o intento aqui é perceber como cada um e cada grupo de estudiosos olham para o grupo PCC. Conforme, dito anteriormente, Biondi

⁴⁵ Ibidem., 2009, p. 156.

não identifica o Primeiro Comando da Capital como um grupo criminoso organizado, mas sim como um “coletivo de presos”, capaz de organizar o modo de vida dentro das prisões, servindo inclusive de interlocutor entre a comunidade carcerária e os funcionários das instituições prisionais onde o grupo possui representantes. Em sua análise, a atividade dos membros do PCC no “mundo do crime” está descolada do próprio PCC, pois o ideário do grupo não seria a atividade criminal, mas sim a promoção de um mínimo de dignidade dentro do ambiente prisional para que se possa cumprir suas penas em paz (BIONDI, 2009).

Marques compartilha da ideia de Biondi e explicita como as ações do PCC, de acordo com suas observações, estão organizadas. O seguinte trecho da entrevista de Marques nos esclarece a afirmação acima:

Entendo que o papel do PCC, nos dias de hoje, está intimamente ligado à manutenção do que compreendem por “Paz”, “Justiça”, “Liberdade” e “Igualdade”. As forças despendidas para assegurar esses valores passam pela efetuação de suas duas políticas centrais. A primeira consiste em esforços para estabelecer a “paz entre os ladrões”, a “união do crime”, acabar com a matança que tinha lugar no “mundo do crime,” fazer com que os “ladrões” sejam “de igual.” A segunda se divide em duas frentes: 1ª) “bater de frente com os polícia” – categoria que abarca policiais, agentes prisionais, diretores e outros operadores do Estado – a fim de protestar contra a situação imposta aos presos, considerada “injusta” por eles; 2ª) “quebrar cadeia”, manter ativa a “disposição” (“apetite”) para fugir, enfim, cultivar a vontade de “liberdade⁴⁶”.

Marques demonstra que os ideais do Primeiro Comando da Capital ultrapassam os muros das prisões. Assim, além de se unirem para manter uma condição de vida melhor para os presos e auxiliar os mesmo a buscar a liberdade, os ideais também se estendem para a manutenção de uma ordem para o “mundo do crime”, fazendo com que a igualdade seja respeitada entre os integrantes deste ambiente, principalmente no que concerne à prática de violência entre os “ladrões”.

A literatura acadêmica sobre o PCC destaca, por assim dizer, as “qualidades” do PCC. Isto é, assume por vez, a postura de que a facção preserva ideais profundamente positivos, tais como, paz, justiça, liberdade e igualdade, estes trabalhos em muitas passagens dão-nos a impressão que este grupo não é produtor de violência, (o que alguns fatos, como rebeliões, e os

⁴⁶ Aproveitando o ensejo, vale a pena fazer uma referência à música do rapper Mano Brown, intitulada “Marighella”. Nesta música o rapper mescla a letra de sua autoria com trechos do “discurso-manifesto” assinado por Marighella e pronunciado em meados de 1969 na Rádio Nacional. Este texto claramente chama àqueles “dispostos” a lutar com “suas próprias armas” pela “liberdade” e, quando, retirado do contexto histórico da ditadura militar pode confundir-se com o lema do Primeiro Comando da Capital que visa alcançar “paz”, “justiça”, “liberdade” e “igualdade” para os “irmãos”. No endereço virtual <http://www.vagalume.com.br/racionais-mcs/marighella-mano-brown-solo.html> é possível ouvir e assistir ao clipe da música de Mano Brown.

ataques de maio de 2006, por exemplo) provam o contrário. Para além de uma crítica ao trabalho acadêmico realizado sobre o tema cabe-nos apontar que embora o PCC pregue tais ideais (justiça, paz, liberdade e igualdade), os prega com o objetivo de que tais condições atinjam apenas os que integram a população carcerária e o “mundo do crime”, e ainda assim apenas para aqueles que compartilham das mesmas ideias do Primeiro Comando da Capital. Os demais são considerados inimigos e, portanto, estão sujeitos às normas impostas pela facção, que, no limite, se vale da violência para resolver tais pendências.

Dando continuidade à discussão acerca do papel do PCC, recorreremos a Feltran quando ele procura entender o modo como o Primeiro Comando da Capital atua fora dos muros das prisões, principalmente nas periferias urbanas:

Minha pesquisa tem mostrado que, fora das prisões, e muito especificamente em algumas regiões das periferias urbanas, o PCC tem um papel de regulação das normas de conduta internas ao “mundo do crime”, que em algumas favelas também operam como regra geral de conduta. Nesses espaços, os “irmãos” são percebidos como uma instância regradora – que pode gerar medo, porque tem acesso à violência letal – mas à qual se pode recorrer no caso de injustiças sofridas. A depender da situação de injustiça experimentada, se pode recorrer ao Estado, a uma igreja, à imprensa, ou aos “irmãos”.⁴⁷

As afirmações feitas por Feltran no trecho acima são analisadas a fundo em sua tese de doutorado, publicada em 2011⁴⁸. Neste trabalho, Feltran, a partir de um estudo etnográfico da trajetória de jovens do distrito de Sapopemba nos proporciona uma análise profunda das relações que estes jovens e suas famílias travam com instituições do Estado, organizações não governamentais e com o “mundo do crime”, este último, presença constante nas periferias. Feltran elenca as instâncias de autoridade descoladas do Estado reconhecidas pelos moradores dessas áreas e que são constantemente acionadas para resolução de problemas concretos enfrentados pela comunidade.

Assim, para além do Estado e da justiça legal, um morador das periferias de São Paulo tende hoje a identificar como instâncias de autoridade capazes de fazer justiça: (i) integrantes do “crime” e, sobretudo, do PCC, progressivamente legitimados como zeladores da “lei” (também chamada de “ética”, ou “proceder”), amparada em costumes que regem a conduta dos “bandidos” onde quer que eles morem, ou por habitantes das favelas nas quais eles são considerados como autoridades; (ii) os meios de comunicação de massa, particularmente a televisão (desde os programas populares e policiais

⁴⁷ Ibidem, 2009, p. 160.

⁴⁸ FELTRAN, Gabriel de Santis. (2011). “Fronteiras de Tensão: política e violência nas periferias de São Paulo”. São Paulo: Unesp: CEM: Cebrap.

até os telejornais, nos quais se pode publicizar os dramas e injustiças vividos e, a partir daí, tentar obter alguma reparação); e, finalmente, pairando sobre todas elas, (iii) a autoridade divina, força suprema que ofertaria a redenção aos injustiçados após a vida, para os católicos, e a prosperidade ainda sobre a terra, para os neopentecostais (FELTRAN, 2010b, p.59-60)

Nesses termos, o Primeiro Comando da Capital aparece como uma instância capaz de “fazer justiça”. Desta forma, além de se colocar como instância regradora do “mundo do crime”, é reconhecido pelos moradores das periferias como um dos meios de se alcançar a justiça, ou seja, não só as pessoas que vivem do crime, mas também aquelas que não se mantêm através da atividade ilícita, os “trabalhadores”⁴⁹, podem recorrer à justiça do “Comando” se este estiver presente na comunidade. A regulamentação do “mundo do crime” se reflete na comunidade, pois controlando o “mundo do crime” controla-se também a maneira de viver das pessoas da região onde o PCC tomou para si o papel de garantidor da “lei”.

A este fator (o PCC, enquanto garantidor da justiça) também se atribui a queda da taxa de homicídios⁵⁰ nas periferias de São Paulo; é perceptível que pesquisadores, bem como moradores destas áreas, ligam a diminuição dos homicídios nestas regiões à consolidação da presença e atuação do PCC nas periferias. Para Feltran, quando seus interlocutores afirmam que as mortes diminuíram, eles estão se referindo à maneira como os “irmãos” coordenam as ações no “mundo do crime”; após a consolidação do PCC nas periferias, matar para se firmar como “bandido” não foi mais permitido. Segundo Feltran:

Quando moradores de favela ou jovens inscritos no “mundo do crime” dizem “não pode mais matar”, o que se enuncia é um princípio instituído nos territórios em que o PCC está presente: a morte de alguém só se decide em sentença coletiva, legitimada por tribunais compostos por pessoas respeitadas do “Comando”. A partir desse princípio instituído, aquele menino do tráfico que, há alguns anos, tinha a obrigação de matar um colega por uma dívida de R\$ 5, para se fazer respeitar entre seus pares no “crime”, agora não pode mais matá-lo pela mesma razão. As punições são distribuídas sem a necessidade do homicídio ou, mais exatamente, necessariamente sem o homicídio. É nessa perspectiva que se compreende o impacto desse dispositivo nas estatísticas oficiais. No exemplo apresentado mais acima, por exemplo, o irmão da vítima só sentiria vingada a honra de seu irmão caso os três envolvidos no assassinato fossem mortos⁵¹. Como se observou, entretanto, para além de deliberar apenas pela morte de uma pessoa, o “tribunal” também fez questão de encerrar a contenda por ali – o “xeque-mate” não permite continuidade à vendeta. Quem

⁴⁹ Sobre as categorias “trabalhadores” e “bandidos” ver Feltran, 2011.

⁵⁰ Feltran, 2010b.

⁵¹ Feltran se refere aqui a sua narrativa de um áudio de um determinado “julgamento” vinculado pela imprensa de São Paulo do chamado “Tribunal do Crime”.

julgou e implementou a sentença foi a autoridade legítima da “lei” (do crime) – e, caso alguém decida desobedecê-la, será “cobrado radicalmente” (FELTRAN, 2010b, p. 69).

Observa-se que além de não permitir a prática de homicídios sem a autorização do “Comando”, o mesmo consegue, no limite, por fim ao ciclo de vingança que se iniciaria com a primeira morte, o que não significa nem redução do crime nem redução da taxa de homicídios, já que a consequência do sucesso da organização é o crescimento das ações criminosas e, não à toa, aumenta o latrocínio. Sendo assim, conseqüentemente se dá a diminuição da taxa de assassinatos entre os “ladrões”. Marques também chama a atenção a esses dados em seus trabalhos, afirmando que uma das funções do PCC é manter a paz e a igualdade entre os criminosos, tornando assim, o “mundo do crime” em um espaço regrado no qual não se faz tudo o que quer, mas se faz o que a disciplina do PCC determina.⁵²

A diminuição da taxa de homicídios nas periferias de grandes cidades como São Paulo é vinculada, naturalmente pelo poder público às ações da polícia que, na qualidade de órgão garantidor da lei e da ordem, busca também agir para que os homicídios diminuam de maneira vigorosa. Ocorre que a atuação da polícia pode ser contestada na medida em que, ao mesmo tempo em que as taxas de homicídios caem, outras taxas, como as de latrocínios (roubo seguido de morte), para citar um exemplo, têm aumentado consideravelmente. Acrescente-se a isto os dados de que a polícia militar de São Paulo é a polícia que mais mata no Brasil.

Sem dúvida há aqui uma discordância em relação a que ação foi mais determinante na queda na taxa de homicídios: se as ações da polícia ou se a atuação do Primeiro Comando da Capital na regulação das normas do “mundo do crime”. Faz-se necessário voltar a atenção para esta contenda, refletindo sobre tal questão tendo como diretriz um fator determinante que está na seguinte pergunta: sobre que população a queda da taxa de homicídios incidiu, ou mais especificamente, quais eram as características das pessoas que sofriam com alta taxa de homicídios?

Como dito, anteriormente, quando da citação neste texto da fala do rapper Mano Brown, as taxas de homicídios diminuem principalmente entre a população de jovens, em sua maioria, jovens provavelmente “inscritos no mundo do crime” (para utilizar uma expressão de Feltran) e que, portanto, sofrem a interferência das ações de regulamentação das atividades ilícitas pelo PCC. Em suma, a frase “*não pode mais matar*” é a “lei” a ser obedecida pelos criminosos, senão a consequência será a de enfrentar o “tribunal do crime”. Assim, comparando os dados e

⁵² MARQUES, Adalton. (2010). “Liderança”, “proceder” e “igualdade”: uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital. Etnográfica (Lisboa), v.14, n.2, p.311-335.

observando que as taxas de latrocínio não diminuíram, pelo contrário, aumentaram, assim como, cresceram também taxas de outros tipos de crimes, tais como, assaltos, roubos, sequestros (destaque para os sequestros relâmpagos), pode-se deduzir que a atuação da polícia não é a principal força que empurra para baixo os números.

Finalizando, se considerarmos que o mérito com relação à queda dos homicídios entre a população jovem é estritamente um resultado da ação da polícia, poderíamos considerar também que a ação policial no combate aos latrocínios segue o mesmo caminho e se reflete da mesma maneira e, no entanto, isto não ocorre. Deduz-se, assim, que a atuação do Primeiro Comando da Capital talvez não seja a única responsável pela queda dos homicídios no estado de São Paulo (principalmente nas periferias da Capital), mas, seguramente, ela exerce uma influência sobre estas estatísticas.

As transformações e as lideranças do PCC

Vimos que a disciplina do PCC e seu domínio não ficaram restritos aos muros das prisões: os objetivos deste grupo extrapolaram os limites de seu nascimento e alcançaram as cidades paulistas. O “mundo do crime” nas periferias da cidade de São Paulo, por exemplo, também conta com os dispositivos de normatização do “Comando”. Características bastante específicas dos dispositivos normativos que se observam fora das prisões, com relação à atuação do PCC, estão na sua capacidade de controlar *parte* das atividades ilícitas de uma determinada região, como também controlar a violência⁵³ despendida no “mundo do crime” e nas localidades onde o grupo atua, isto é, não apenas mediando conflitos que envolvem indivíduos inscritos no “mundo do crime”, mas também de pessoas que moram na periferia: os “trabalhadores”⁵⁴. Por exemplo, é fato que /índices de homicídios registrados nas periferias de São Paulo na década de 1990 quando comparados aos índices dos anos 2000 revelam, após a consolidação da presença do PCC nestas localidades, uma expressiva diminuição (FELTRAN, 2010b). Para que esta regulamentação (não só da violência) seja possível, a disciplina do Comando se utiliza muito mais de uma nova postura para manutenção da ordem, transformando a violência num instrumento a ser utilizado quando estritamente necessário. Feltran demonstra como o PCC, através dos “debates”⁵⁵, faz com que os dispositivos normativos da disciplina do Comando sejam cumpridos; para o autor existem três níveis distintos de resolução de conflitos de acordo com a gravidade dos “*desvios*” cometidos. Nas palavras de Feltran:

(i) há debates que deliberam sobre “pequenas causas”, ou desvios de muito pouca gravidade, que podem ser resolvidas por uma “ideia” trocada de modo rápido, por indivíduos da localidade em que o desvio ocorreu; (ii) há casos de gravidade moderada, que têm de ser arbitrados pela consulta a outros “irmãos”, mais “considerados” no “crime”, e as consultas por telefone celular se encarregam disso; e (iii) há, finalmente, casos de vida ou morte, que só se definem após “debates” bastante mais complexos que os primeiros, em que diversos indivíduos que ocupam posições relacionais conhecidas como “torres”⁵⁶, produzam uma sentença consensual (FELTRAN, 2010b, p.63).

⁵³ O controle da violência também pode ser observado dentro das prisões. Para maiores detalhes ver BIONDI (2009), DIAS (2009a).

⁵⁴ FELTRAN (2008b) dedica especial atenção em sua tese de doutorado à questão da coexistência entre indivíduos inscritos no “mundo do crime” (bandidos) e indivíduos não inscritos no “mundo do crime” (trabalhadores) nas periferias da cidade de São Paulo.

⁵⁵ “Debates” são discussões realizadas pelos “irmãos” (integrantes do PCC) com a finalidade de resolver conflitos no “mundo do crime” ou na localidade onde o PCC exerce comando.

⁵⁶ A posição de “torre” não deve ser tomada como uma liderança dentro do PCC. As discussões acerca das lideranças do PCC são bastante distintas para os estudiosos do tema: para diferentes análises consultar BIONDI (2009); DIAS (2009a); MINGARDI (2007).

Para alcançar este nível de organização, o Primeiro Comando da Capital passou por algumas transformações que o modificaram profundamente desde seu nascimento até a consolidação de seu poder no interior das prisões, bem como no “mundo do crime”. Dias, ao longo de seu trabalho oferece-nos de forma bastante clara uma descrição de como estas transformações se deram. De certo modo, a resposta de Dias à pergunta sobre quais as mudanças que acontecerem durante os últimos anos no PCC sintetiza ideias expostas em artigos de outros autores⁵⁷. E nos permite entender a evolução que o Primeiro Comando da Capital sofreu desde o surgimento até se consolidar enquanto maior instância de poder para os criminosos dentro e fora das prisões. É importante observar que a análise da autora aceita a tese de que o PCC ocupou o espaço deixado pelo Estado no que diz respeito ao seu papel de instância legal para mediar conflitos, tanto dentro das prisões quanto fora delas, principalmente nas periferias de São Paulo (DIAS, 2009, p.85). O processo de expansão do Primeiro Comando da Capital ocorre em três momentos de acordo com sua “forma de organização e atuação”:

[...] o primeiro momento vai desde sua criação até o seu aparecimento público, através da megarrebelião de 2001, e é marcado por grande instabilidade no sistema prisional, com grande número de rebeliões, fugas, resgates e assassinatos de presos [...]; o segundo período compreende o reconhecimento das autoridades de que o PCC se constitui como um dos grandes desafios para o governo do estado bem como pelo seu rápido processo de expansão, marcado por momentos de estabilidade e instabilidade nas prisões, dependentes de uma série de fatores [...]; por fim, o último momento [...] se caracteriza pela consolidação do domínio do PCC e de sua disciplina, e a consequente emergência de uma nova forma de sociabilidade na prisão (DIAS, 2010, p. 396-397).

Ao longo de sua expansão o PCC atua de forma diversa dependendo da situação em que se encontra; num primeiro momento, recorrer ao uso da violência como uma ferramenta para galgar espaço entre os encarcerados era muito comum – as principais ocorrências de violência dentro de prisões computadas ao Primeiro Comando da Capital se dão durante a segunda metade da década de 1990 e início dos anos 2000; quando o grupo alcança uma posição que lhe confere o *status* de “Partido do Crime” ele deixa de se fazer valer a partir da prática violenta e muda a forma de controle sobre a massa carcerária, abandonando a violência e instituindo inclusive o

⁵⁷ Como o publicado pela “Revista Dilemas” no ano de 2009 com o título de Ocupando as brechas do direito formal: o PCC como instância alternativa de resolução de conflitos; o publicado pela “Revista Brasileira de Ciências Criminais” em 2010, A disciplina do PCC: a importância do (auto) controle na sociabilidade prisional e, por fim, o artigo mais recente publicado em 2011 pela Revista de Sociologia da USP, Tempo Social sob o título de Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário nas prisões.

diálogo para solucionar conflitos. Esta transformação no “*modus operandi*” do PCC é chamada por Dias de “*racionalização do seu modo de operar*”. Em suas palavras:

[...] eu diria que houve uma racionalização do seu modo de operar. Nos primeiros anos de sua existência, quando havia ainda a necessidade de expansão e “conquista” de territórios, além do discurso de necessidade de união da população carcerária para lutar contra a opressão do Estado, era necessária a imposição de seu domínio a partir da demonstração da violência explícita contra aqueles que rejeitavam ou eram recalcitrantes em aceitar esse domínio. Por isso, na década de 1990 – até o início dos anos 2000 – assistia-se cenas grotescas de violência no sistema carcerário, muitas delas protagonizadas pelo PCC, que fazia questão de explicitar a sua capacidade de imposição da violência física, especialmente durante as muitas rebeliões ocorridas no período. Essa explicitação da violência era importante para demonstrar o seu poder para os presos e também para o Estado. A partir de 2003, 2004, o PCC alcança uma relativa hegemonia no sistema prisional – e, talvez, em algumas atividades fora dele – o que torna o exercício expressivo da violência física, como forma de punição aos “traidores”, desnecessária. Ou seja, não era mais preciso demonstrar publicamente sua capacidade de imposição da violência física, uma vez que o PCC já tinha seu domínio consolidado na ampla maioria das prisões paulistas, e não havia mais “rivais” a serem combatidos. Era possível, portanto, “gerenciar” a população carcerária – que já havia “aderido” às novas regras vigentes no sistema prisional – a partir de formas menos violentas, inclusive com o estabelecimento de instâncias de diálogo, debate e participação nas decisões que envolviam não apenas a cúpula, mas os diversos segmentos que compõem o PCC, além de alguns presos que não fazem parte do grupo (DIAS, 2009, p.161).

O fator “liderança” dentro do Primeiro Comando da Capital é algo que não passa despercebido aos olhos dos estudiosos do tema; ao observarmos as duas bibliografias analisadas, notamos que de acordo com a definição, do que é realmente o PCC, adotada pelo pesquisador o fator liderança no interior do “Comando”, para o mesmo pesquisador, segue um curso lógico. Consequentemente, os pesquisadores que intitulam o PCC como organização criminosa tendem a reforçar que existe uma liderança central⁵⁸, isto é, o grupo é controlado por alguns homens que concentram em suas mãos o poder de tomar decisões máximas em nome do “Partido”; já para os pesquisadores que, diferentemente, deste grupo não olham para o PCC com a finalidade de classificá-lo, indiscutivelmente, como organização criminosa, a forma de liderança se torna algo bastante complexo na medida em que o poder das decisões não está concentrado nas mãos de uma pessoa, ou de um grupo restrito de pessoas, mas este “poder” está disperso entre os membros do grupo. Não há como desprezar o fato de que decisões são

⁵⁸ Para a imprensa e para os órgãos de segurança do Estado, como a inteligência da polícia do estado de São Paulo, a liderança máxima do Primeiro Comando da Capital está representada pela pessoa de Marcos Willians Herbas Camacho, o “Marcola”. Para mais informações: Cf. MARQUES, 2010.

tomadas pelos membros do PCC, todos concordam que existem dispositivos de tomada de decisões e dispositivos que auxiliam na execução das decisões tomadas, como por exemplo, nos chamados “tribunais do crime”, intensamente explorado pela imprensa e que demonstram como agem os membros do “Comando” quando se faz necessário decidir acerca de um problema no “mundo do crime”⁵⁹.

O acompanhamento da literatura existente sobre o Primeiro Comando da Capital permite-nos chegar ao seguinte: a liderança do PCC está relacionada também ao processo de expansão do “Comando” dentro do sistema penitenciário. A separação feita por Dias⁶⁰ acerca das transformações pelas quais passou o PCC durante sua expansão traz a reboque a forma como as “lideranças” também se transformaram durante as fases de construção e consolidação do grupo. No primeiro momento – período em que o “Partido” buscava impor-se sobre a população carcerária, lutando contra outros grupos formados no interior das prisões⁶¹ e no qual a violência era utilizada constantemente para garantir o respeito junto aos inimigos – a liderança estava concentrada nas mãos dos fundadores do PCC, de acordo com Dias:

Os oito presos fundadores do PCC são: Miza (Mizael Aparecido da Silva), Geleião, Cesinha (César Augusto Roriz Silva), Cara Gorda (Wander Eduardo Ferreira), Paixão (Antonio Carlos Roberto da Paixão), Esquisito (Isaías Moreira do Nascimento), Dafé (Ademar dos Santos) e Bicho Feio (Antonio Carlos dos Santos). Dos oito, os três primeiros tiveram papéis mais relevantes na expansão da facção e o único que está vivo é Geleião, preso na Penitenciária de Oswaldo Cruz, “decretado” (ameaçado de morte) pelo PCC depois de ser expulso da facção pelo atual líder, Marcola (Marcos Willians Herbas Camacho) [...] (DIAS, 2009, p.90).

A disposição dos líderes fundadores para punir os “inimigos” com assassinato acompanhado de atos de extrema crueldade é destacada por Jozino quando o jornalista narra o momento de nascimento do PCC⁶². Tal disposição é admirada e respeitada pelos demais membros do grupo naquele momento, justamente por se tratar de um período no qual a prisão ainda era um território dominado pela “lei do mais forte”⁷⁸. À medida que o PCC consegue fortalecer seu poder no interior das prisões, a necessidade da utilização da violência torna-se mais seletiva, fazendo com que os membros reivindiquem respeito ao perceberem que os fundadores, tomando para si a posição de líderes, se colocavam acima de qualquer regra válida

⁵⁹ Para mais informações acerca dos “tribunais do crime” Cf. FELTRAN, 2010b.

⁶⁰ Cf. DIAS, 2010.

⁶¹ Além do PCC, outros grupos de homens presos se formaram dentro das prisões em São Paulo. Existem relatos sobre a Seita Satânica (SS), Serpentes Negras entre outros. Para maiores informações: Cf. LIMA, 2003; JOZINO, 2004; SOUZA, 2006.

⁶² Cf. JOZINO, 2004. ⁷⁸ Cf. DIAS, 2010.

para os demais. Neste sentido a fala de Marques é bastante esclarecedora sobre as transformações na liderança do PCC:

Houve uma mudança decisiva entre o final do ano de 2002 e o início de 2003. Geleião e Cesinha, os dois últimos “fundadores” vivos, foram “escorraçados” – essa é a palavra utilizada – pelos “presos” e mandados para o “seguro”. Segundo se diz, os “presos” perceberam que estavam sendo “extorquidos” e “lagarteados” – tornar-se “lagarto” de alguém é o mesmo que permanecer sob seu jugo, convertendo-se em mero instrumento de sua vontade – pelos dois e reagiram ao estado de coisas então vigente. Diz-se, também, que Marcola teve um papel decisivo, tanto para mostrar aos “presos” a situação a que se submetiam, quanto na “guerra” travada contra os dois “fundadores”. É comum ouvir de meus interlocutores que Marcola “bateu de frente” com os “fundadores” e recebeu “apoio total da população carcerária”. Esse acontecimento, segundo meus interlocutores, foi decisivo para “o PCC aprender com os erros do passado”. Desde então, conforme compreendem, foi extirpada a posição política “fundador”, bem como a figura de “general” – última variação de *mando* no seio desse coletivo –, pondo fim à diferença imensurável (infinita, portanto) que os separavam dos “irmãos” (para não falar dos “primos”). Desde então, está *dito* que não mais pode haver diferenças *absolutas* entre os relacionados ao PCC – antigas prerrogativas dos “fundadores” – mas somente diferenças de “caminhadas”⁶³ – entre “pilotos”, “irmãos” e “primos” (MARQUES, 2009, p.161-161).

A figura do Marcola aparece como central e seu carisma e sua inteligência o transformaram em um personagem forte neste período de mudança do PCC, porém o *status* de líder máximo conferido a ele é negado por ele próprio⁶⁴ e ressaltado por estudiosos como Biondi⁶⁵ e por Marques. Este último é enfático neste ponto, levando em consideração o que pensam os próprios presos:

Se ousarmos ceder, ao menos por um instante, ao ponto de vista dos “ladrões”, perceberemos o quanto lhes é detestável aquele que “quer mandar”, comumente chamado de “bandidão”. Marcola, ao contrário dos “bandidões”, é considerado “de igual” por meus interlocutores. É “respeitado” por todos interlocutores com quem tive contato porque é considerado “humilde” e por que se mostrou “cabuloso” todas as vezes que foi preciso (quando “bateu de frente” com Geleião e Cesinha, por exemplo). Nesse sentido, o posto que lhe é atribuído pela grande mídia – “Líder máximo do PCC” – não encontra sentido nas práticas cotidianas dos presos. Trata-se de um grande equívoco. Se os presos *obedecessem* a uma *Liderança* desse tipo (do tipo que *manda*), segundo seus próprios pontos de vista, converter-se-iam em “lagartos”! Basta saber o que aconteceu com tantos outros presos que quiseram ascender à

⁶³ “Caminhada” é uma referência a história que o indivíduo possui no “mundo do crime”, levando em consideração seu tempo de prisão, suas atitudes diante de outros “ladrões”, se ele tem “proceder” ou não, se é de “resposta” ou não.

⁶⁴ Cf. MARQUES, 2010.

⁶⁵ Cf. BIONDI, 2009.

posição de *mando*, inclusive alguns “fundadores” do PCC: morreram ou foram “escorraçados” (MARQUES, 2009, p.162-163).

Já para Dias, Marcola ocupa sim posto de liderança, tanto que afirma:

A nova cúpula da facção, ao que tudo indica, é formada por Marcola, pelo traficante Gegê do Mangue e por Julinho Carambola que ascendeu a esta posição em 2002, em substituição à cúpula fundadora do Partido, que tinha como expoentes Geleião e Cesinha (DIAS, 2008, p.15)

No entanto, a autora considera que a liderança de Marcola se distancia daquela exercida pelos fundadores. Ela afirma que a liderança está apoiada na nova forma de conduzir o PCC e desta forma, podemos afirmar que a liderança é pautada pela “racionalização” do modo de agir do PCC. Nas palavras de Dias:

[...] Marcola teve uma importante influência nesta mudança no PCC a partir da priorização de formas mais racionais de “controle”, com menos recurso à violência e a difusão de instâncias de participação, a fim de conferir mais legitimidade ao domínio do PCC, buscando a adesão e a manutenção desta adesão dos membros ou “simpatizantes” a partir desta nova forma de ação – supostamente mais democrática - e não mais pelo medo ou ameaça (DIAS, 2009, p.162).

É possível observar que após a queda dos antigos líderes (os fundadores) e com a ascensão de Marcola, ascende também uma nova forma de comportamento dos integrantes do PCC: a hierarquia no interior do grupo, antes piramidal, agora cede lugar a um modelo de hierarquia celular,⁶⁶ que permite aos membros maior participação nas decisões tomadas pelo grupo; este novo modelo, lembra Dias, aparentemente propõe um nível democrático que ainda não havia sido experimentado pelos “irmãos”. No entanto, das leituras é possível extrair uma certeza: ainda que a participação nas decisões seja um fato concreto dentro do PCC a hierarquia no momento decisivo se faz valer, já que a última palavra em um “debate”, ou seja, a sentença final dada a um indivíduo ou grupo de indivíduos por conta de pendências entre os “ladrões”, é dada pelos chamados “torres”⁶⁷; o que é perceptível e indiscutível é o fato da figura do líder, que exerce a função de mando entre os membros, ter sido extirpada do meio por causar incômodo entre os mesmos e isto se deve ao conceito de

⁶⁶ Cf. Dias, 2008.

⁶⁷ Cf. Feltran, 2010b.

“igualdade”⁶⁸ entre os “ladrões” introduzido ao ideal do grupo após a queda dos líderes fundadores e a ascensão de Marcola.

Biondi traz em sua pesquisa⁶⁹ uma importante e interessante análise acerca do poder e da liderança no interior do Primeiro Comando da Capital que contribui com o presente trabalho no sentido de apontar de que forma a hierarquia se apresenta no seio do PCC. Para Biondi o poder está disperso entre os irmãos em nome do ideal de igualdade, assim, para explicar o fato liderança, a autora retoma a noção de disciplina do Comando e no caso específico do estudo realizado dentro das prisões a liderança é definida pela disciplina. De acordo com Biondi:

A disciplina do Comando, longe de constituir um centro rígido de poder, pulveriza-o, pois permite que sua articulação dependa somente do próprio prisioneiro, de sua capacidade (BIONDI, 2009, p.135).

É muito importante destacar que embora este poder esteja disperso e pulverizado entre os integrantes a hierarquia de modelo celular está presente. A própria Biondi lembra que dentro das penitenciárias existem posições estratégicas de comando que são ocupadas por integrantes do PCC, tais como, o “piloto”, o “faxina” e o “torre”⁷⁰. A autora afirma que no decorrer de seu trabalho viu estas posições estratégicas se transformarem na medida em que se transformavam as relações dos presos com o PCC, sendo assim, havia um esforço por parte dos “irmãos” para acabar com a noção de liderança, daquele que manda, transformando estas posições em dispositivos aos quais os prisioneiros pudessem recorrer caso necessário.

Marques, em artigo publicado em 2010, também traça um caminho de análise sobre a liderança dentro do PCC. No decorrer deste texto, Marques demonstra que as regras de convívio dentro das prisões independem da existência de uma liderança⁷¹ propriamente dita. O que me leva a concluir que a disciplina do Comando aliada ao ideal de igualdade promove funcionalidade às regras de convívio adotadas no interior das prisões, sendo que esta funcionalidade foi alcançada após a “racionalização do modo de operar” do PCC, fazendo emergir uma nova “sociabilidade prisional”.⁷² Portanto, a noção de liderança é intrínseca às normas do PCC, ou melhor, intrínseca à disciplina do Comando: o poder que antes (do PCC) estava à disposição daquele que se propunha ao uso efetivo da força física, agora (com a consolidação do PCC) encontra-se atrelado a um conjunto de regras que

⁶⁸ Sobre o ideal de igualdade Cf. BIONDI, 2009; MARQUES, 2010.

⁶⁹ Cf. BIONDI, 2009

⁷⁰ Cf. BIONDI, 2009.

⁷¹ Cf. MARQUES, 2010.

⁷² Cf. DIAS, 2010.

[...] visa regular o comportamento das pessoas em seus mais ínfimos gestos, palavras e atitudes, na conformação de uma identidade pautada por valores próprios ao ‘mundo do crime’ e que é definida por vários presos [...] como sendo o lado certo da vida errada (DIAS, 2010, p.403).

Há, portanto, como dito antes, certo nível de “democratização” no momento de tomadas de decisão, deixando notável que o PCC está acima de qualquer membro do PCC, inclusive acima da figura de um “chefe”. Para Dias:

A figura de um “chefe” a partir do qual todas as decisões são emanadas é diluída na composição do “tribunal”, [...], que atua e julga em nome do *Comando* e de nenhum irmão em particular. Ainda que obviamente existam lideranças importantes e respeitadas na organização elas são compreendidas como parte da engrenagem e, ao invés de privilégios, elas têm mais responsabilidade quanto mais alta sua posição hierárquica (DIAS, 2010, p.407).

Retomando Biondi, a liderança se constitui como uma “força transcendente capaz de atuar dissociada, autônoma e independentemente dos que ocupam as posições políticas do PCC (BIONDI, 2009, p.172)”, mas que, no limite não dispensa a força representativa de determinados sujeitos que possuem uma “caminhada” significativa no “mundo do crime” e na vida dentro das prisões, o que lhes confere experiência suficiente para dar a palavra final e definitiva sobre uma contenda.

As facções transpõem fronteiras

O Primeiro Comando da Capital, após duas décadas desde seu nascimento, não se encontra limitado ao estado de São Paulo, mas possui membros agindo em pelo menos vinte dois estados do país, além de manter relações com dois países fronteiriços. Muito embora reconheçamos que a expansão da facção em questão tenha se dado tanto dentro quanto fora das instituições penais brasileiras, nos debruçaremos principalmente sobre o sistema carcerário: primeiro por ser o encarceramento em massa o centro das atenções deste texto; segundo, porque as principais decisões referentes às ações do PCC são tomadas de dentro pra fora, isto é, partem de membros detidos pelo sistema carcerário; terceiro, porque acreditamos que determinadas decisões tomadas pelo Estado para combater as facções criminosas brasileiras acabam, muitas vezes, por colaborar com a expansão e fortalecimento das mesmas, como é o caso da construção de mais penitenciárias para encarcerar mais pessoas.

De maneira análoga ao que aconteceu em São Paulo, o PCC beneficiou-se de uma estratégia da administração pública federal para se espalhar pelo território nacional. No ano de 2006 foi executado o plano de reestruturação do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) cuja principal ação consistia na criação do Sistema Penitenciário Federal com a função de isolar os presos mais perigosos do país em unidades prisionais federais de segurança máxima. Este isolamento visa principalmente atender às necessidades dos estados, retirando das penitenciárias estaduais os presos que ocupassem posição de destaque em organizações criminosas e/ou que fossem considerados de alta periculosidade. Em suma, foi posta em prática, agora em âmbito nacional, a lei 10.792/2003, que criou o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD)⁷³, sendo criado em maio de 2006 o primeiro presídio federal nesses moldes: a Penitenciária Federal de Catanduvas⁷⁴.

Na mesma época, São Paulo já contava com presídios de segurança máxima onde funcionava o RDD. Ainda em 2006, também no mês de maio, ocorreram transferências de presos ligados ao PCC para a penitenciária de Presidente Prudente e Presidente Bernardes, ambas sob Regime Disciplinar Diferenciado e essas transferências foram acompanhadas por desdobramentos que atingiram diretamente a sociedade paulista: o PCC orquestrou uma megarrebelião que contou com a participação da grande maioria da comunidade carcerária do

⁷³ Para detalhes acerca do RDD consultar TEIXEIRA (2009).

⁷⁴ Outras três seguem o mesmo padrão: capacidade para 208 presos e com modernos sistemas de vigilância, seguindo um modelo estadunidense. São elas: Penitenciária Federal de Campo Grande; Penitenciária Federal de Porto Velho; Penitenciária Federal de Mossoró.

estado e organizou inúmeros ataques fora das prisões, principalmente contra agentes das forças de segurança do Estado e, conseqüentemente, a sociedade civil foi atingida pelos “estilhaços” produzidos pela “guerra” travada entre as forças policiais de São Paulo e os membros do Primeiro Comando da Capital.

Após a consolidação da reformulação do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), vemos as unidades federativas requisitarem a transferências de seus presos considerados mais perigosos. De acordo com nossa análise inicia-se, portanto, algo semelhante ao que ocorreu na capital e no interior do estado de São Paulo agora em nível nacional: no limite, as penitenciárias federais, apesar de seguras e com disciplinas severas, proporcionaram ao Primeiro Comando da Capital ampliar seu campo de atuação, pois, nessas unidades prisionais os membros da facção encontraram material humano já “qualificado” para a vida no crime, considerando que os homens ali encarcerados são condenados de alta periculosidade, possuem grande atuação no mundo do crime dos seus respectivos estados e não estão dispostos a abandonar a vida criminosa, pelo contrário, pretendem dominar e ampliar suas atividades e enxergam na organização da facção de São Paulo tal oportunidade. Aqui se faz necessário destacar que não estamos afirmando que a expansão nacional da facção ocorre apenas por meio das unidades penitenciárias federais ou estaduais. Isso se dá também, por exemplo, a partir do movimento fora das unidades prisionais de membros do PCC atuantes em diversos estados que disseminam os ideais do grupo, estando presos ou não. No entanto, queremos pontuar e deixar claro que as ações e decisões do poder público, involuntariamente, oferecem condições para que esse movimento de expansão ocorra.

Após a concretização dos planos do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) é possível observar muitos exemplos de atuação do Primeiro Comando da Capital em outros estados: as primeiras menções feitas sobre a atuação do grupo fora de São Paulo são feitas no Paraná e Mato Grosso do Sul. Isso não se deu por acaso, já que o estado do Paraná foi o primeiro a receber integrantes do PCC ainda na década de 1990 como parte de uma parceria entre os dois estados (São Paulo e Paraná) buscando desarticular o grupo; já nesse primeiro momento os integrantes enviados para instituições paranaenses criaram lá um braço da facção paulista intitulada Primeiro Comando do Paraná (PCP) e os ideais do PCC iniciava sua jornada nacional. Além de se expandir, a facção passa a usufruir de uma fatia do lucrativo tráfico de drogas, já que boa parte desse produto entra no Brasil tendo o estado do Paraná como uma de suas principais rotas. Já no estado do Mato Grosso do Sul a expansão se dá em função da ampliação dos negócios ilícitos com países da América Latina, pois além de receber drogas vindas do Paraguai a facção também mantém ligações com a Bolívia baseando-se nesse estado.

O processo de expansão do PCC está em curso e isso pode ser observado analisando os acontecimentos envolvendo os sistemas penitenciários de estados do Norte e do nordeste do país. Em 2012 uma reportagem veiculada pela revista “IstoÉ” denunciava a atuação do grupo em diversos estados das regiões norte e nordeste. A partir de relatos colhidos de seus interlocutores (pessoas ligadas à segurança pública dos estados citados), a reportagem afirma que a principal forma de expansão do PCC se dava pelas relações estabelecidas entre os presos destes estados com presos da facção paulista nas instituições penais federais⁷⁵.

Para reforçar a afirmação sobre a expansão do Primeiro Comando da Capital, no início do ano de 2014 nos deparamos com a explosão da violência no estado do Maranhão que fizeram circular e superaqueceram os trabalhos da imprensa brasileira. Tais ocorrências assemelham-se aos inúmeros acontecimentos que chocaram São Paulo no início e meados dos anos 2000, ou seja, consideramos que ocorre no Maranhão, atualmente, algo semelhante àquilo que ocorreu em São Paulo quando o PCC buscava consolidar seu poder, primeiro no interior do sistema penitenciário e posteriormente fora dos complexos prisionais: afirmamos isso porque uma das facções de maior destaque no Maranhão atualmente é o PCM (Primeiro Comando do Maranhão) um braço do PCC que nasce após o contato de presos maranhenses com membros da facção paulista em penitenciárias federais; no entanto, no estado do Maranhão há o agravante da existência da facção conhecida como Bonde dos 40⁷⁶, disposta a lutar para controlar o mundo do crime local. Nesse cenário, toda aquela violência dispensada contra inimigos do PCC no início da sua jornada agora vem à tona contra novos inimigos materializados nas figuras criminosas que dominam o interior das prisões e o mundo do crime no Maranhão. É fato que a violência não parte apenas do PCM; o Bonde dos 40 é famoso entre os maranhenses por sempre fazer uso da violência para resolver qualquer pendência.

A guerra entre as facções no Maranhão desencadeou grandes rebeliões nos presídios do estado – principalmente no Complexo Penitenciário de Pedrinhas – que trouxeram novamente ao cenário brasileiro o horror vivenciado no cotidiano das prisões. Assim como no primeiro período da consolidação de poder do PCC em São Paulo, nas rebeliões ocorridas no Maranhão houve assassinatos em massa e decapitações, “marcas registradas” do PCC na luta contra seus inimigos no final da década de 1990 em São Paulo. Fora das prisões, a capital São Luís vê

⁷⁵ Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/247226_PCC+ROMPE+FRONTEIRAS#>. Acesso em: 24/01/2016.

⁷⁶ Ainda não é possível traçar uma linha da história dessa facção, já que o que se sabe sobre o Bonde dos 40 se limitam a matérias jornalísticas de procedência, muitas vezes, duvidosa. Assim não faremos um resgate ou levantamento detalhado da história dessa facção justamente para não correr o risco de disseminar inverdades. Porém, sua atuação no Maranhão é um fato de acordo com a própria polícia do estado.

acontecer uma espécie de “guerra” envolvendo as duas facções criminosas em questão – tentando aniquilar uma à outra – e, sem muito poder sobre a situação, as forças policiais do estado.

As Políticas de Encarceramento do estado de São Paulo e as Novas Identidades Bandidas

Já demonstramos que os dados carcerários brasileiros apresentam considerável crescimento nas últimas décadas. Tomando como exemplo o estado de São Paulo, que possui a maior população carcerária do país⁷⁷, percebemos que a política de encarceramento em massa foi levada à risca pelas autoridades. Tais dados tem destaque no trabalho primeiro porque já foi demonstrado que os governos de São Paulo desde o início da década de 1990 têm adotado claramente a política de encarceramento, vide a quantidade de novas unidades penitenciárias construídas por todo estado; segundo porque no mesmo período (década de 1990 e anos 2000) em que foi adotada tal política se deu o surgimento e fortalecimento do Primeiro Comando da Capital; e por último por considerarmos que a política de encarceramento em massa não foi além da privação da liberdade do sujeito, ou seja, prende-se o indivíduo, isenta-se a sociedade do convívio com o mesmo, mas não se oferece nenhuma condição de reabilitação e reinserção. Esse cenário abre campo para a atuação de grupos como o PCC, inicialmente dentro das prisões e, posteriormente, fora delas.

A política de encarceramento de São Paulo não é um projeto novo ou passageiro, mas uma ação política articulada de um partido que está no poder há mais de vinte anos, isto é, consideramos que o projeto de expansão penitenciária do estado de São Paulo não é simples e de curto período, mas um projeto de grandes proporções sustentado ao longo dos anos desde o início da década de 1990 pelos governos que se sucederam no poder do estado de São Paulo. Tal expansão carcerária não deixa de compor uma espécie de política de “tolerância zero” que visa apenas o encarceramento em massa que não vai além da simples privação da liberdade de determinados indivíduos, no limite, o sistema penitenciário de São Paulo não oferece condições para que o preso saia da prisão reabilitado, ao contrário, dentro do sistema o encarcerado não é atendido pelo Estado em amplo sentido: sem condições mínimas de dignidade para o cumprimento da pena, sem garantia de segurança e o quase total abandono jurídico.

Diante desse cenário podemos afirmar que a política de encarceramento em massa colaborou com a produção de fenômenos inesperados tão complexos como o Primeiro Comando da Capital. É possível dizer que uma das causas para o surgimento e consolidação do PCC em São Paulo está intimamente ligada a decisões tomadas pelos governantes com relação ao sistema de segurança pública, tendo como destaque a política de encarceramento em massa, o abandono do projeto de reabilitação e reinserção social do indivíduo e a violência sofrida

⁷⁷ Dados do INFOPEN de 2016.

pelos presos no interior do sistema penitenciário tanto por parte dos próprios detentos, como por parte dos agentes do Estado. Esta conclusão quase que salta aos olhos quando nos debruçamos sobre o tema. Indo além percebemos que tanto o PCC quanto as decisões do Estado sobre a segurança pública são reflexos de um modelo socioeconômico amplamente arraigado no estado de São Paulo. Sendo assim, as peculiaridades da criminalidade paulista não são apenas resultados de uma política de segurança pública de expansão de prisões e encarceramento em massa, mas é resultado de algo mais complexo. Esse raciocínio nos conduz para pensar na condição de São Paulo enquanto o estado mais economicamente desenvolvido do país.

Retomando a história da formação urbana da capital paulista podemos observar que principalmente a estrutura da periferia da cidade se desenvolveu com base na industrialização que atraiu sobretudo pessoas vindas de outros estados ou da zona rural em função do trabalho fabril e melhor expectativa de vida. Ali se desenvolveram vilas operárias que se tornaram enormes bairros e, paralelamente aos bairros, se dá o nascimento de um grande número de ocupações irregulares, que se transformaram em inúmeros conglomerados de favelas. Feltran demonstra em seus trabalhos que as transformações das últimas décadas nestas localidades compõem um novo cenário e criam novas identidades. É possível perceber que as transformações são intensas e marcantes nas últimas décadas ao observarmos que pessoas que coabitam as mesmas localidades estão ocupando patamares sociais muito distantes uns dos outros. As formas de trabalho nestas localidades traduzem de forma bastante interessante como se deram as transformações. De acordo com Feltran:

Se em 1970 era fácil conseguir um emprego fabril, em 2010 esse emprego é escasso e exige alta escolaridade, além de especialização e flexibilidade; ainda assim, quem chega a ele em geral ocupa postos terceirizados e pouco estáveis. O espaço da fábrica que antes, pela sindicalização crescente, favorecia a construção de identidades e ações coletivas, se traduz nos anos 2000 em espaço competitivo por incentivos seletivos (FELTRAN, 2010a, p.207).

Este espaço competitivo é realçado pela ânsia por consumo que cresce junto com as novas gerações; o trabalho precisa atender a novas expectativas que vão muito além do consumo básico – são novas necessidades criadas pelos novos tempos. A posição social almejada pela geração da década de 1970 que se instalou nas vilas operárias de São Paulo (possuir emprego com carteira assinada e ser parte integrante da classe de trabalhadores) não faz parte dos sonhos da nova geração que almeja algo que vai além de trabalhar com carteira assinada e constituir família: permeada pela cultura do consumo ela deseja e precisa consumir para garantir *status*.

No entanto, as opções de trabalho que são ofertadas não atendem a estas novas necessidades ou absorvem apenas uma pequena parcela de pessoas que se diferenciam das demais: esta parcela da população, absorvida pelos postos legais de trabalho, é aquela que se firmou enquanto classe operária e pôde traçar trajetória baseada no trabalho e investimento na educação dos filhos, projetando-se até a classe média (FELTRAN, 2010a).

A geração que não descende daquela absorvida pelo trabalho assalariado e estável se encontra em uma situação bastante difícil frente às condições de trabalho que estão ao seu alcance. Geralmente, os trabalhos a que estão sujeitos são atividades informais sem nenhuma estabilidade como vínculos empregatícios garantidores de direitos ou, no limite, são atividades ilícitas. Diante disso, jovens sem perspectivas assumem o risco da vida criminosa que lhes oferece não só ganho financeiro maior que qualquer outra atividade para estão qualificados, mas, para além disso estas atividades lhes oferecem uma vida completamente diferente de quaisquer outras pelas quais poderiam optar, oferece a opção da “Vida Loka”⁷⁸, de ser um “Vida Loka” e aproveitar as possibilidades de “viver no limite”.

O mundo do crime torna-se para estes sujeitos uma opção válida para que possam alcançar necessidades, principalmente as pautadas pelo consumo e, conseqüentemente, pela perspectiva de ascensão social. As necessidades advindas do consumo são rapidamente atingidas por quem opta pela atividade criminosa, já a ascensão social pode ser atrelada aqui à hierarquia social. O indivíduo que se lança à vida do crime dá um salto na hierarquia, pois sua atividade lhe confere determinados poderes: primeiro, ele consome e consumir é ter poder, sobretudo em um ambiente onde poucos sujeitos consomem; e segundo porque sua posição, enquanto fora-da-lei, também lhe confere o poder de transitar entre o legal e o ilegal. Sua escalada social se dá por meio do respeito adquirido por ocupar a posição de destaque no mundo do crime, ou seja, o respeito e status do criminoso na periferia advém da sua posição dentro de um grupo que, de certa forma é reconhecido como instância garantidora da justiça dentro da comunidade. Segundo Feltran:

[...] para além do Estado e da justiça legal, um morador das periferias de São Paulo tende [...] a identificar como instâncias de autoridade capazes de fazer justiça: [...] integrantes do “crime” e, sobretudo, do PCC, progressivamente legitimados como zeladores da “lei” (também chamada de “ética”, ou “proceder”), amparada em costumes que regem a conduta dos “bandidos”

⁷⁸ O termo “Vida Loka” pode ser compreendida como “vida de bandido”. Porém, muito embora isto aconteça na maioria das vezes, o termo pode ser expandido também para aquele sujeito que leva a vida nos limites de suas dificuldades. E, por fim, também se auto definem “Vida Loka” os integrantes do movimento Hip Hop, ou mesmo, os fãs de RAP.

onde quer que eles morem, ou por habitantes das favelas nas quais eles são considerados como autoridades (FELTRAN, 2010b, p.59).

Frente a isso as ações do Estado, principalmente com relação à segurança pública, não se traduzem em políticas que atendam às necessidades desta classe. A política de encarceramento é um exemplo de que a escolha do estado de São Paulo tendeu a aproximar-se, ou até mesmo a imitar a política de tolerância zero adotada pela cidade de Nova Iorque. A exemplo disto, a resposta do Estado aos ataques do PCC em maio de 2006 foi o revide imediato, ou seja, a tática utilizada para conter a onda violenta de ataques se valeu da violência na mesma proporção empregada pelos bandidos. A forma de agir da polícia diante dos ataques do PCC em maio de 2006 traduz, de certa forma, uma máxima do senso comum que se resume nas frases “bandido tem que morrer” ou “bandido bom é bandido morto”. Misse (2010) define “sujeito bandido” como aquele sujeito resultante de “vários tipos de subjetivação que processam um sujeito não revolucionário, não democrático, não igualitário e não voltado ao bem comum” que em função de seu comportamento contrário à vida em sociedade atrai os desejos mais raivosos contra si que transformando em um sujeito cuja a existência é indesejada e, portanto, caso venha a ser morto não despertará nenhum tipo de comoção (MISSE, 2010, p.17).

No final das contas, este tipo de reação do Estado é a esperada e desejada pela a sociedade; este é o resultado da ação de um Estado punitivo agindo em consonância com a “tolerância zero”, reprimindo não só crime, mas estendendo a culpa pelos crimes para além das ações criminais, para os sujeitos. Eliminando não apenas os bandidos inscritos no “mundo do crime”, mas também os indivíduos que esteticamente pareçam bandidos, isto é, aquele indivíduo que, de acordo com o senso comum, supostamente possa ter cometido ou vir a cometer um crime. Para Feltran, neste contexto as características físicas podem condenar o sujeito; de certa forma, confunde-se o ato infracional com o indivíduo que pratica o crime. Assim: “[...] seu corpo passa a demonstrar publicamente o indivíduo ilegal, e ele é quem passa a ser um ‘fora da lei’ um ‘bandido’” (FELTRAN, 2010, p.184). No limite, este sujeito criminalizado é o jovem negro, pobre, morador da periferia, com vestimentas específicas, linguagem e gestuais próprios. Para Feltran, “[...] os corpos destes indivíduos dizem só uma e a mesma coisa, eles são a manifestação social do crime” (FELTRAN, 2010, p.184), portanto, quando as características da vítima de homicídio estão em conformidade com as características descritas acima o senso comum reage de forma indiferente transformando mais uma vida em simples estatística. Essa máxima não é produzida apenas pela sociedade cível, ou melhor, ela é o reflexo na sociedade cível de uma classe política que coloca em prática tais planos em forma

de políticas públicas de segurança, tal qual, a velha política de encarceramento em massa de São Paulo e novas ideias políticas para o armamento do cidadão e garantias para flexibilização das leis para que agentes policiais que em decorrência do trabalho venham a tirar a vida de alguém.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Análises e Considerações Finais

Para concluir o trabalho voltemos, nesse primeiro momento, às análises acerca da modernidade onde buscamos apresentar as transformações provocadas pelo processo de modernização sobre os modos de viver em sociedade que afetam também a forma como estão sendo construídas as identidades modernas de modo geral e que teve como base obras de autores dedicados ao tema e que nortearam teoricamente este a tese tendo em vista a complexidade do conceito modernidade e as mudanças que envolvem o tema. Assim sendo, desenvolveremos nesta conclusão análises que contemplem o entendimento do nosso objeto central, o sujeito bandido. Mais especificamente, nos lançaremos às reflexões sobre a construção da identidade desse indivíduo, levando em conta as considerações construídas anteriormente sobre a modernidade contemporânea.

Intentamos aproximar a discussão feita até agora à construção da identidade do sujeito bandido e, obviamente, assumiremos os riscos que eventualmente possam surgir desse movimento, sendo assim, ao considerar que a identidade dos agentes do mundo crime é influenciada e modificada, por exemplo, pelo impulso individualizatório da modernidade contemporânea devemos deixar claro que o ator social do mundo do crime não é esse sujeito que está se desconectando dos modos de vida da era industrial em busca de novos modos de vida ainda inconsistentes dessa outra modernidade. Isso, principalmente, por conta de os sujeitos não criminosos figurarem enquanto indivíduos inseridos e ativos social, econômica e culturalmente na esfera da modernidade industrial e cujos deslocamentos para a nova modernidade que substitui a antiga ocorrerá de uma forma ou de outra, com mais ou menos riscos em algum momento. No entanto, o sujeito no qual focamos o nosso olhar é aquele que se encontra alijado do sistema e, portanto, já é um subproduto do sistema industrial, porém sobre esse indivíduo também recaem os riscos da modernidade e, conseqüentemente, terá seu comportamento alterado pelas novas situações.

Nesse sentido, procuramos entender como a modernidade que surge modifica o comportamento do ator do mundo do crime e se é possível que durante o processo de desincorporação do modelo industrial e busca por novos modelos de vida na nova modernidade o crime apresente-se como uma nova alternativa válida de vida. Esse questionamento não é feito no sentido de descobrir se o crime é uma opção para um determinado momento onde um indivíduo pode assumir os riscos em nome da própria sobrevivência, mas sim no sentido de entender se o crime se torna uma opção de vida, por inteiro, que proporciona não apenas a sobrevivência, mas também confere aos indivíduos identidade social. Então, faz-se necessário

deixar claro que o sujeito no qual estamos focando nossas atenções não está necessariamente na mesma ponta dos efeitos e consequências produzidos pelo processo de modernização desenhados com base nas teorias apresentadas pelos autores que movimentos nesta tese. Isto é, ele não está totalmente inserido no processo de transformação, bem como não se encontra caminhando no sentido contrário daqueles que buscam remodelar suas identidades para se adaptar às novas configurações e modos de vida. No entanto, está constantemente sendo atingido pelas mudanças de maneira contundente, de modo que se abre a necessidade de auto ajustar-se às novas condições. Portanto, em nosso entendimento este sujeito está posicionado, em contextos de modernidade contemporânea, para além dos individualizados, destradicionalizados ou desconectados, sendo ele mesmo um produto novo da construção identitária da modernidade. Desta forma, arriscamos afirmar que ele é uma consequência do complexo processo de modernização e, portanto, sua existência e a formação de sua identidade configuram novos modos de vida na modernidade.

Um dos pontos analisados que nos levou a entender que os sujeitos bandidos ocupam um lugar distinto daqueles sujeitos absorvidos pelo sistema da sociedade industrial na nova configuração das sociedades modernas passa pela capacidade do trabalho de imprimir identidades aos sujeitos. Já colocamos anteriormente como o trabalho sempre desenvolveu um papel de suma importância no que diz respeito ao sentimento de pertencimento a um grupo reconhecido e inserido no interior das sociedades, ou seja, a partir da atividade laboral é possível não só adquirir subsídios para viver, mas para além disso, ser portador de identidade reconhecida pelo outro, quer seja o outro de um grupo social diferente, quer seja do mesmo. Pois bem, aqui vale lembrar que os sujeitos a quem dedicamos atenção compõem uma camada da população que muitas vezes se quer foi absorvida pela lógica do mercado de trabalho industrial da modernidade. São indivíduos, que em sua maioria, se encontram na pirâmide posicionados socialmente abaixo da classe dos trabalhadores por não terem oportunidade de integrá-la ou por excluírem, eles mesmos, tal possibilidade de sua trajetória de vida.

Para esclarecer essa questão e aproximar a discussão da realidade brasileira e, portanto, do nosso objeto de estudo, retomaremos rapidamente o processo de industrialização no Brasil e, a partir de suas peculiaridades colheremos informações para compreender como o trabalho se modifica e, conseqüentemente modifica as identidades de modo geral, para enfim influenciar na construção da identidade do bandido. Não é o caso de nos alongarmos sobre a industrialização nacional e tampouco faria sentido esse esforço nesse momento, portanto não iremos tecer uma análise extensa acerca disso, mas delimitaremos o tema, pois nos interessa especialmente o processo de industrialização e urbanização da capital do estado de São Paulo.

Entendemos que devido aos distintos processos históricos de formação da economia brasileira o Brasil constituiu-se a partir de diferentes níveis de desenvolvimento da indústria, sendo o processo de industrialização de São Paulo bastante complexo não apenas no que tange o desenvolvimento da economia, mas também no que diz respeito aos desdobramentos sociais desse movimento, incluindo a dinâmica do mundo do crime.

Assim sendo, devemos deixar claro que essa ideia já foi exposta nesse texto anteriormente a partir das análises de Feltran (2010a) acerca do desenvolvimento urbano e industrial de São Paulo que culminou no surgimento das periferias e favelas paulistas. Todavia, é importante resgatar que tal processo de desenvolvimento desencadeou, através do trabalho, a criação e formação de identidades atreladas ao trabalho nas indústrias paulistas dos anos de 1960 e 1970 e ao estilo de vida nas vilas operárias daquela época. No entanto, com o passar do tempo a criação de postos de trabalho nas indústrias não acompanha o crescimento da população das periferias e isso faz com que se cria uma fissura entre aqueles que ainda são absorvidos pelo mundo do trabalho industrial e aqueles que são alijados deste mundo, sendo que essa fissura se estende, conseqüentemente e obviamente, para o campo social. Portanto, o que no início do desenvolvimento era representado por um nivelamento social, uma vez que a grande maioria dos sujeitos conseguia se encaixar no mundo trabalho, agora aparece como ruptura, já que o trabalho deixou de absorver a grande maioria dos sujeitos e, por consequência, também deixou de conferir ferramentas que criam identidades. Esse movimento de ruptura acaba criando classes antagônicas que habitam o mesmo espaço: aqueles que trabalham vivem nos bairros estruturados a partir das vilas operárias e os demais nas favelas estruturadas a partir da necessidade de sobrevivência.

É importante ressaltar que em um primeiro momento, quando da chegada em busca de uma vida melhor, os sujeitos estão, em certa medida, nivelados socialmente, isto é, as indústrias absorvem a maioria da mão-de-obra e, a partir do trabalho nasce um grupo social tendo como base identitária a classe de trabalhadores. De certa forma, podemos dizer que as pessoas que compõem esse grupo conseguem elevar suas condições sociais conjuntamente e, assim, criam laços de identidades levando em consideração, principalmente, suas condições de trabalhadores da indústria. No entanto, na medida em que a população cresce as indústrias deixam de absorver a mão-de-obra e, conseqüentemente as desigualdades já existentes se destacam expondo um quadro que contrapõe trabalhadores e não trabalhadores, onde os primeiros conseguem dar seguimento aos projetos de vida, enquanto os demais, não podendo contar com o elemento trabalho somam-se a crescente rede de excluídos, dependendo das poucas e quase ineficientes ações e políticas estatais para garantir sua sobrevivência. Esse cenário pode ser observado em

São Paulo nos anos de 1980 até início dos anos de 1990 quando transformações macroeconômicas desse período provocaram aumento da pobreza, diminuição dos salários e aumento do desemprego, mas de acordo com estudos recentes⁷⁹ nos anos 2000 essa situação, de certo modo, se reverte, pois devido ao crescimento econômico substancial daquele momento há redução significativa da pobreza e da desigualdade de renda, aumento significativo de renda em função da elevação dos salários médios e queda nas taxas de desemprego, ou seja, nas últimas décadas diversos fatores colaboraram com a elevação dos padrões de vida no Brasil, sendo que em São Paulo isso pôde ser observado também nas periferias da capital.

Dando seguimento a este assunto, Beck se utiliza do conceito *efeito elevador* para explicar o movimento para cima das sociedades de classes da Alemanha: para o autor a partir dos anos de 1970 houve um aumento na qualidade de vida dos trabalhadores alemães nos quesitos renda, educação, mobilidade, direitos, ciência e consumo, enquanto os vínculos e sentimento de pertencimento às classes eram dissolvidos e, conseqüentemente, esse movimento culminou em processos de individualização e diversificação dos estilos de vida (BECK, 2010). Em nossa concepção isso faz parte também dos efeitos produzidos pelo sistema capitalista que se sobrepõe a elementos importantes para a construção de identidades, tais como a cultura e sentimento de pertencimento de classe através do processo de padronização das biografias pelo consumo tornando o ato de consumir importante meio de constituição identitária, bem como materialização de ascensão social.

Entendemos que o conceito do *efeito elevador* pode nos auxiliar a entender como o modo de vida nas periferias de São Paulo se modifica após um período de crescimento da economia e conseqüente elevação dos padrões de vida. Para isso, assumimos que uma parcela significativa dos brasileiros se beneficiou dos resultados de políticas governamentais econômicas e de políticas públicas de distribuição de renda dos últimos vinte anos, isso tudo aliado ao momento favorável do cenário econômico mundial no mesmo período, alavancando um processo de mobilidade social através da ampliação do mercado de trabalho, da distribuição de renda e do aumento do poder de consumo.

Os movimentos de ascensão social juntamente com as transformações desencadeadas pelo processo de modernização modificam o comportamento em sociedade de maneira

⁷⁹ Estamos nos referindo aqui ao livro *A metrópole de São Paulo no século XXI - Espaços, heterogeneidades e desigualdades*, publicado no ano de 2015 tendo como organizador Eduardo Marques, professor de ciência política da Universidade de São Paulo. O livro trata, principalmente das transformações sociais na metrópole de São Paulo dos últimos 20 anos. Grosso modo o argumento do livro é que as elites paulistas se tornaram ainda mais segregadas e as classes médias e baixas se misturaram, a partir de um processo relacionado com o crescimento econômico, a distribuição de renda e o investimento governamental em políticas públicas nas áreas periféricas.

significativa alterando o modo de se relacionar social, política e economicamente dos indivíduos. Principalmente levando em conta os referencias teóricos que guiam esta tese é possível apontar para um movimento que privilegia a individualização e a prática de ações na esfera privada em busca de realizações pessoais em detrimento do agir coletivo. Nesse sentido, os valores são orientados pelo viés da autorrealização e, de certo modo se descola de instituições como classe social e família (BECK, 2010). Comportar-se dessa forma faz parte da busca pela própria identidade, individual e desgarrada de elementos tradicionais e, por isso, envolve a necessidade de desenvolver potencialidades e conquistas pessoais, quase sempre, permeadas pelo consumismo, que como dito anteriormente, assume papel importante na construção das identidades modernas, principalmente, entre os mais jovens. Assim, é importante observar que se cria uma ruptura entre as gerações no que diz respeito a constituição das identidades. Este movimento é alavancado pelo acesso à educação, desta forma quanto maior o grau educacional alcançado pelo indivíduo maior será seu desprendimento dos laços tradicionais. Portanto, entende-se que o sentimento de pertencimento de classes antes se dava, quase que de forma automática, a partir da família, do bairro, do trabalho e dos espaços compartilhados entre os sujeitos, mas com estes vínculos rompidos a tarefa de localizar seu lugar no mundo passa a ser de responsabilidade individual (BECK, 2010).

É preciso esclarecer que entendemos haver uma diferença fundamental no que diz respeito ao acesso à educação formal, destacada por Beck para exemplificar o caso da sociedade alemã e o caso brasileiro, em especial o grupo social sobre o qual tratamos. Isto é, não descartamos que o acesso à educação formal tenha papel importante sobre a ruptura entre as gerações, mas vemos na difusão dos meios de comunicação algo mais substantivo na mudança de comportamento das novas gerações. Retomando Hall e suas análises acerca da homogeneização cultural podemos afirmar que o avanço das mídias, conectando o mundo todo a todo mundo, coloca diante das novas gerações a necessidade de consumir o que as mídias e os mercados disponibilizam. Portanto, o bombardeamento proporcionado pelos meios de comunicação globalmente distribuídos atinge todos os níveis sociais de uma forma que não permite distinções e impondo estilos de vida pautados pela capacidade de consumir. Logo, em nosso entendimento, esse movimento de massificação de identidades tem influência, de maneira mais contundente, sobre a construção de identidades deslocadas das tradições de gerações anteriores do que a educação formal, uma vez que atinge direta e cotidianamente a vida dos indivíduos.

Nesse sentido, a diferença entre as gerações se intensifica na mesma medida em que muda o sentido da construção de identidade, ou seja, as identidades permeadas pela lógica do

consumo crescem junto com as novas gerações e o trabalho precisa atender às novas expectativas que vão muito além do consumo básico, ou seja, as novas gerações possuem novas necessidades criadas pelos novos tempos. A posição social almejada pela geração da década de 1970 que se instalou nas vilas operárias de São Paulo, qual seja, possuir emprego com carteira assinada e ser parte integrante da classe de trabalhadores, não faz parte dos sonhos da nova geração que almeja algo que vai além de trabalhar com carteira assinada e constituir família, esses indivíduos seguem o fluxo das mudanças, estão envoltos pela cultura do consumo, desejando e precisando consumir para garantir *status* e identidade. Podemos dizer que essa nova geração segue o projeto de construção do *eu* ligado ao processo de mercantilização do capitalismo, assim os indivíduos são levados a tornarem-se aquilo que consomem, isto é, a identidade pessoal é firmada pelo poder de consumo do indivíduo e concretizada tendo como base aquilo que o mercado oferece (GIDDENS, 2002). No entanto, as opções de trabalho que são ofertadas não atendem a estas novas demandas ou atendem apenas uma pequena parcela de pessoas que se diferenciam das demais. A geração que não descende daquela anteriormente absorvida pelo trabalho assalariado e estável se encontra em uma situação bastante difícil frente às condições de trabalho que estão ao seu alcance. Geralmente, os trabalhos a que estão sujeitos são atividades informais sem nenhuma estabilidade como vínculos empregatícios garantidores de direitos ou, no limite, são atividades ilícitas.

Essa situação nos faz retomar às ideias de Beck relacionadas às novas formas de desemprego, ou seja, durante o processo de transformações no interior das sociedades modernas cria-se um contingente aceitável de desempregados temporários e um grande número de indivíduos que não chegam a entrar no mercado de trabalho (BECK, 2010). Entendemos que esse movimento para além do seu caráter gerador de desigualdades também gera indignidade, isto é, na medida em que as formas de trabalho são flexibilizadas e precarizadas elas passam a suprir, quando muito, as necessidades básicas daqueles trabalhadores que conseguem ocupar os postos de trabalho disponíveis, enquanto uma massa de indivíduos nem sequer alcança essas condições. Desta forma, existem desigualdades gritantes entre as camadas baixas de trabalhadores precarizados e não trabalhadores. Portanto, o efeito elevador que no contexto alemão elevou para um andar acima as sociedades de classe conjuntamente proporcionando “um *plus* coletivo em termos de renda, educação, mobilidade, direitos, ciência e consumo de massa” (BECK, 2010, p.114) sobrepondo-se às desigualdades existentes, no caso dos grupos que analisamos gera situação distinta: na medida em que se possibilita a entrada de um grupo no elevador e o obriga outro a se pôr pelas escadas intensifica-se as desigualdades entre as classes baixas, evidenciando a condição indigna do último grupo. A realidade social desses

grupos se contrapõem às pluralidades de escolhas por estilos de vida disponíveis na modernidade, isto é, as limitações das escolhas são socioeconomicamente impostas, pois muito embora os estilos de vida estejam expostos para todos não estão ao alcance de todos. E ainda é preciso lembrar que nesse ambiente as crises sociais, tais como, as novas formas de desemprego são encaradas como fracassos pessoais e, portanto, são enfrentados pelo indivíduo solitariamente. Mesmo assim, diante de tudo isso, os sujeitos se lançam em busca de novos caminhos para garantir a vida, bem como em busca de elementos que possam assegurar-lhes um posicionamento social, e por consequência, uma identidade própria.

É preciso lembrar que essas trajetórias estão envolvidas pelo impulso individualizatório (BECK, 2010) e que, portanto, estão sendo construídas descoladas das estruturas e vínculos tradicionais colocando os indivíduos frente ao desafio de buscar novos elementos que os auxiliem na construção de suas biografias. Esse movimento, de início, parece conferir aos sujeitos liberdades de escolhas que os levaria a emanciparem-se das formas forma de padronização das identidades modernas. Porém, de acordo com Beck o que ocorre de fato é um deslocamento das formas tradicionais de padronização para formas que impedem as trajetórias individuais de se constituírem sem as interferências externas de instituições amplas e coletivas. Nas palavras do autor,

É certo que o indivíduo se desonera de estruturas de sustento e vínculos tradicionais, mas recebe em troca pressões do mercado de trabalho, de uma subsistência baseada no consumo e das padronizações e controles contidos em ambos. Em lugar dos vínculos e formações sociais *tradicionais* (classes sociais, família nuclear), entram em cena instâncias e instituições secundárias, que imprimem sua marca na trajetória do indivíduo e atuam no sentido contrário do arbítrio individual que se realiza sob a forma de consciência, tornando-o um joguete de modas, circunstâncias, conjunturas e mercados (BECK, 2010, p.194).

Assim, a esfera da vida privada e individualizada parece ser definida pelos desejos pessoais, mas na verdade é influenciada por elementos externos internalizados pelos sujeitos como se fossem particulares e emancipadores.

Em nosso entendimento, o movimento de individualização e deslocamento dos vínculos tradicionais pode ser observado também nos ambientes sociais que nos propomos investigar. Isto é, a trajetória individualizada ganha força em função da impossibilidade de ascensão social coletiva, como dito anteriormente, o projeto de vida dos trabalhadores da indústria da década de 1970 já não é predominante nos planos das novas gerações. Primeiro por conta da mudança na forma de constituir identidades e segundo porque as transformações no campo do trabalho

impedem que uma gama de trajetórias possa ser traçada tendo por base esse viés. Aqui movimentos distintos envolvem grupos distintos de sujeitos: em primeiro lugar temos um grupo que será absorvido pelas novas formas de padronização e, mesmo sem o controle das circunstâncias que determinam sua vida, consegue, através do trabalho, se posicionar socialmente traçando suas biografias, ainda que estas sejam ditadas por elementos externos ao próprio sujeito; em segundo, encontramos os sujeitos que são postos nas mesmas condições dos primeiros em termos de deslocamentos, portanto, também são destradicionalizados e obrigados a buscar biografias individualizadas compatíveis com a mesma padronização imposta aos demais, porém, diferente dos integrantes do primeiro grupo estes não contam com o trabalho e, por consequência, não possuem ferramentas que os auxiliem a entrar no quadro de padronizações, pelo contrário, são colocados à margem desse cenário e levados a crer que diante do fracasso de suas biografias seja necessário sair em busca de outros caminhos.

É nesse cenário que enxergamos a possibilidade daqueles indivíduos que sequer conseguem entrar no mercado de trabalho considerarem como viável a vida no mundo do crime, pois estes sujeitos estão diante de um quadro de desigualdades e indignidades aparentemente irreversíveis ao qual podemos somar o sentimento de fracasso pessoal por não alcançarem os estilos de vida reconhecidos como garantidores de identidade e pertencimento à sociedade. Desta forma, uma parcela considerável daqueles sujeitos sem perspectivas futuras de fixarem-se enquanto membros ativos do mercado de trabalho (ainda que esse mercado seja flexível e precarizado) pode vir a assumir os riscos da vida criminosa que lhes oferece não só ganho financeiro maior que qualquer outra atividade para quais estão qualificados, mas para além disso, lhes oferece uma vida completamente diferente de quaisquer outras pelas quais poderiam optar, uma vez que a organização do mundo do crime possibilita a esses sujeitos elementos concretos para construir suas identidades e alcançarem uma posição na confusão da sociedade moderna.

Ao afirmarmos que a organização do mundo do crime possibilita aos sujeitos construir identidades próprias e formas de conduzir suas vidas estamos nos apoiando no fato de que, nas últimas décadas, especialmente em São Paulo, o mundo do crime passou por transformações profundas no que diz respeito a seu ordenamento e relacionamento com as comunidades periféricas, principalmente após o surgimento e ascensão do Primeiro Comando da Capital (PCC). Estamos tomando por base para essas análises amplos estudos desenvolvidos por pesquisadores das ciências sociais que, de acordo com nossa visão apontam para a emergência de um novo tipo de comportamento após o surgimento e consolidação efetiva do Primeiro Comando da Capital como regulador das normas do mundo do crime (BIONDI, 2009;

DIAS, 2008, 2009a; FELTRAN, 2011; MARQUES, 2010). Como demonstrado anteriormente no capítulo III desta tese é fato que a facção em questão surge no interior do sistema prisional paulista na primeira metade dos anos de 1990 (BIONDI, 2009; JOZINO, 2004) e ao longo desta década consegue ordenar o funcionamento da vida dentro das prisões, estipulando e impondo normas (BIONDI, 2009; DIAS, 2010) que, no limite promovem a pacificação das relações entre os presos. Para além disso, na virada dos anos 2000 chega às comunidades periféricas de São Paulo onde as normas, antes restritas ao mundo do crime, passam a compor o cotidiano de pessoas comuns não ligadas diretamente com a prática criminoso,

Algo que era antes alheio às “famílias” e distante dos “trabalhadores” passou a aparecer no cotidiano de todos os moradores da nova geração. Modos de organização, antes mais restritos às prisões, ganharam aderência no tecido social das favelas. Normas antes exclusivas do universo daqueles considerados “bandidos” passaram a abordar também a sociabilidade de jovens não inseridos nos mercados ilícitos. Dinâmicas, portanto, antes externas à “comunidade” passaram a ser lidas como constitutivas dela (FELTRAN, 2010, p.63).

Estamos colocando aqui que a organização do mundo do crime possibilita ao próprio crime ser um novo tipo de organizador da vida em sociedade. Essa organização parte de um *Ethos* que conquista corações e mentes. Ele possui linguagem, comportamento, roupas, músicas próprias e principalmente uma ética própria que orienta não só os indivíduos inscritos no mundo do crime, mas grande parte da comunidade onde atua. Ele congrega no comportamento de indivíduos traços característicos da vida de bandido mesmo entre os não criminosos, mas que agem, comportam-se e vivem de acordo com as normas próprias dessa ética. Entendemos, portanto, que a organização do mundo do crime pode atuar como um tipo de sistema abstrato (GIDDENS, 1991) na medida em que se apresenta como uma instância de autoridade capaz de ordenar e orientar a vida em sociedade, ocupando os espaços dos sistemas abstratos controlados por especialistas que estão distantes da realidade desses sujeitos. Assim, diante das incertezas e dúvidas de uma vida complexa e sem perspectivas de futuros os indivíduos alijados e marginalizados do sistema ao se depararem com a autoridade exercida pelo mundo do crime podem depositar confiança no funcionamento dessa organização, uma vez que, a autoridade exercida por ela não lhes é estranha, mas pelo contrário se encontra arraigada e, de certo modo, institucionaliza nas comunidades, pois, como dito anteriormente, as normas do crime organizado representam uma instância de poder e justiça reconhecida pelos moradores das

periferias paulistas que, quando necessário podem recorrer aos criminosos em busca de justiça valendo-se, por exemplo, dos tribunais do crime (FELTRAN, 2010b).

É preciso deixar claro, para que não sejamos mal compreendidos, que não entendemos ou estamos afirmando que o crime seja uma espécie de benfeitor que está tirando dos abismos sociais as vítimas do sistema, no entanto não podemos ignorar que há um movimento de organização no interior do mundo do crime que orienta a vida dos sujeitos bandidos e de moradores de regiões periféricas, principalmente a do sujeito para o qual dedicamos especial atenção: aquele que assume o crime como opção válida de vida. Portanto, em nossa concepção, a organização do mundo do crime promove um ambiente onde é possível construir biografias, trajetórias e identidades. Levando em consideração que os indivíduos buscam novos caminhos e novos suportes diante das novidades e incertezas que se apresentam em contextos modernos não é possível desconsiderar qualquer alternativa, desta forma, assim como podem surgir novas comunidades a partir dos novos movimentos sociais que se contrapõem aos modelos de vida impostos pelas transformações absorvendo e auxiliando os sujeitos inseridos e ativos na lógica do sistema a construírem suas identidades próprias (BECK, 2010), entendemos que através da organização do mundo do crime podem surgir opções de vida para atender as necessidades dos sujeitos alijados e desconectados do mesmo sistema. Sendo assim, a possibilidade da vida criminosa é a maneira de construir uma identidade que proporcione ao sujeito uma posição no contexto da modernidade, ou seja, o movimento é distinto considerando cada grupo, mas no limite, ambos ocorrem em função da autoafirmação social dos indivíduos de acordo com sua condição frente as transformações da modernidade.

O mundo do crime torna-se para estes sujeitos uma opção válida para que possam atingir seus objetivos e suprir suas necessidades, tanto aquelas pautadas pelo consumo quanto aquelas que definem as identidades e, como dito anteriormente, nesse quadro o consumo e a identidade estão intimamente ligados, principalmente considerando a ascensão social. Nesse sentido, o fato de suas condições sociais limitarem o escopo de suas alternativas, impedindo que alcancem e se revistam das pluralidades identitárias da modernidade através do consumo, não quer dizer que as consequências desse movimento deixarão de influenciá-los durante o processo de construção de suas trajetórias, bem como na busca por integrar socialmente o mundo em que vivem. Assim, enquanto para o sujeito individualizado e destradicionalizado absorvido pelo processo de mudança o trabalho é o instrumento pelo qual ele alcançará o poder de consumo e elementos para construir sua biografia; para o sujeito bandido esse instrumento é o crime, pois este lhe garante não apenas a possibilidade de consumir, mas também de adquirir ferramentas

para construção de sua identidade e, desta forma, o crime é assumido enquanto atividade laboral que além de garantir subsistência proporciona *status* e identidade.

O indivíduo que se lança à vida no crime dá um salto na hierarquia social do ambiente em que vive, uma vez que sua atividade lhe confere determinados poderes. Em primeiro lugar ele alcança o consumo que lhe possibilita assumir um estilo de vida que lhe confere identidade; e segundo porque sua posição, enquanto desviante das normas, também lhe proporciona o poder de transitar entre o legal e o ilegal. Sua escalada social se dá por meio do respeito adquirido por ocupar a posição de destaque no mundo do crime, ou seja, o respeito e *status* do criminoso na periferia advém da sua posição dentro de um grupo que, de certa forma, é reconhecido como instância garantidora da justiça dentro da comunidade (FELTRAN, 2010b).

Nesse sentido, Lahuerta chama-nos a atenção para um fato que se encaixa com bastante propriedade na perspectiva que orienta nossa análise sobre o trânsito entre o lícito e o ilícito. O autor afirma que nas últimas décadas, na sociedade brasileira, tem se intensificado um tipo de moralidade elástica que consiste em adquirir vantagem nas mais diversas situações – uma prática comum à cultura do brasileiro. Para o autor:

Nós, brasileiros de todas as classes, a princípio somos extremamente moralistas e intransigentes nas situações de adversidade, no entanto, na maior parte delas, não chega a ser incomum o fato de nos rendermos a alguma forma de conciliação, não só de interesses, mas também de princípios morais. Essa moralidade elástica ficou conhecida entre nós como o “jeitinho” e se constituiu como uma norma de conduta desejável para caracterizar um “autêntico brasileiro” (LAHUERTA, 2001, p.43, grifo nosso).

Muito mais que apenas destacar a perspectiva de se levar vantagem em algumas situações, tal como apontado nas ideias do homem cordial (HOLLANDA, 1995) e a prática do jeitinho brasileiro (DA MATTA, 1979), a ideia de moralidade elástica ultrapassa as barreiras da legalidade e consagra a trajetória do indivíduo no mundo do crime,

[...] a “cultura do favor” se transmutou em incultura do banditismo, e hoje, principalmente entre os jovens e adolescentes, o grande valor é cultivar uma estética bandida, uma estética lúmpem. (Lahuerta, 2001, p.44).

O sujeito que escolhe um estilo de vida que se consagra na atuação no mundo do crime para alcançar seus objetivos de consumo e conquistar espaço social se insere em uma lógica contraditória no que diz respeito às escolhas axiológicas. Isto é, uma vez que as identidades são construções do *eu* a partir de referenciais internos e externos aos sujeitos (GIDDENS, 2002; HALL, 2015) a escolha pelo estilo de vida do mundo do crime encontra legitimidade nos

referenciais externos apoiados por valores arraigados nas relações sociais da realidade que o cerca; no entanto, isso se contrapõe aos valores ditados pela moralidade social e internalizados pelos indivíduos que apontam para o mérito pessoal como sendo a ferramenta e o caminho pelo qual é possível conquistar espaço próprio na sociedade através de uma biografia individual permeada pelo esforço e trabalho que, como dito anteriormente, é um importante elemento na construção identitária.

De acordo com nossa visão, a moralidade elástica aliada à realidade social a que estão expostos determinados indivíduos descaracteriza as contradições axiológicas citadas acima. No limite, a escolha pela vida no crime se justifica em dois sentidos: primeiro, ao optar por romper com as normas da moralidade e legalidade esse sujeito está se contrapondo ao sistema que o torna um excluído e, por consequência, é uma das causas que o levou a escolher pela vida no crime; e, segundo, transitar entre o lícito e o ilícito, a ordem e a desordem, enfim, atuar no mundo do crime, de acordo com seus confusos referenciais externos de moralidade, não faz parte de um movimento contraditório, mas sim complementar. Ou seja, seus valores são moldados a partir de uma moralidade flexível que pode ser manipulada conforme suas necessidades e objetivos, tanto no sentido de atender suas expectativas de consumo quanto no sentido de orientar sua trajetória rumo à construção de uma identidade própria. Nesse sentido, criam-se espaços e ambientes onde imperam uma espécie de vale-tudo durante o processo de formação e construção identitária, diante disso a chave central não é se os caminhos percorridos e se os estilos de vida assumidos durante o percurso sejam contraditórios ou até ilegais, o importante de fato é atingir o objetivo.

Não é preciso um olhar muito atento para notar a existência de um crivo na sociedade brasileira entre os sujeitos periféricos e os não periféricos. Os atores sociais da periferia são estigmatizados antes de tudo por sua situação periférica e em nossa concepção a condição onde impera uma conduta pautada pela moralidade flexível é reforçada pela estigmatização desses sujeitos, uma vez que ela aglutina pré-conceitos acerca do lugar habitado por essas pessoas, cor de suas peles e suas condições sociais. Tomando como base as análises de Goffman sobre estigmas vemos que o autor parte da ideia de que existem três tipos diferentes de estigmatização: aqueles referentes às abominações do corpo, os que estão relacionadas com a culpa do caráter individual e os estigmas tribais, religiosos ou relativos à nacionalidade. Esses tipos de estigmatização partilham o fato de produzirem um indivíduo possuidor de características imperativas que, na visão do outro se destaca negativamente ofuscando os demais atributos desse sujeito. Ainda de acordo com o autor a estigmatização provoca comportamentos diversos no momento do encontro entre os diferentes tanto por parte dos

estigmatizados quanto por parte daqueles considerados *normais*. Portanto, ambos os lados sofrem as causas e efeitos da estigmatização. No que diz respeito aos estigmatizados as reações vão desde o não enfrentamento e, conseqüente isolamento, passando pelo enfrentamento com vitimização até o enfrentamento com agressividade. Em todos os sentidos há, de certa forma uma luta por aceitação, ou seja, o estigmatizado busca fazer parte do grupo dos *normais*, e por conta disso vê-se obrigado a esconder ou mascarar o estigma que o persegue (GOFFMAN, 2015).

Desta forma, no imaginário dos sujeitos não periféricos habita uma noção quase predominante de que os indivíduos originários desse ambiente social específico são potencialmente criminais, ou seja, os sujeitos periféricos são colocados sob o guarda-chuva da criminalização e a periferia torna-se sinônimo de banditismo, principalmente aqueles relacionado ao comportamento mais violento. Entendemos, portanto, que antes do estigma de criminoso temos a estigmatização do indivíduo criminais por conta de sua condição de morador da periferia. No entanto, criminais ou não, estigmatizados ou não, a necessidade de se construir uma identidade que se enquadre nos padrões aceitáveis continua existindo e exigindo atitudes e comportamentos que lhe dê suporte, tendo em vista que o modelo ideal está pautado pela padronização através do consumo e, por conta disso o crivo existente entre periferia e não periferia é exacerbado ao mesmo tempo em que os estigmatizados são obrigados a construir trajetórias que os auxiliam a fazer parte dos *normais*.

Nesse cenário existem novas forças atuando em função da construção de identidades e, portanto, podem conduzir ao nascimento de novos tipos de identidades. Estamos nos referindo especificamente à ascensão do mundo do crime nas periferias que em função de sua organização torna-se um meio de organizar a vida, e também, como dito anteriormente, um estilo de vida viável diante das perspectivas perpetradas a determinados seguimentos sociais. Nesse sentido, há a emergência de um estilo de vida bandida que transforma seus estigmas em símbolos de poder, isto é, embora a condição de bandido fora do ambiente do mundo do crime seja um estigma negativo marcando o sujeito como um indivíduo de quem o *normal* deve se afastar, a organização do mundo do crime oferece a estes sujeitos posição de destaque na medida em que confere a ele poder no ambiente social onde ele atua. Assim, o estilo de vida de bandido é assumido como forma de superar os estigmas impressos por conta da condição periférica, desse modo a categoria bandido não é encarada como um estigma, mas sim como uma maneira de mascarar os estigmas anteriores. Estes sujeitos são desviantes sociais (GOFFMAN, 2015) percebidos pelos demais como incapazes de seguir os caminhos apontados como normais pela sociedade. Eles,

[...] ostentam sua recusa em aceitar o seu lugar e são temporariamente tolerados nessa rebeldia, desde que ela se restrinja às fronteiras ecológicas de sua comunidade. Como os guetos étnicos e raciais, essas comunidades constituem um paraíso de autodefesa e um lugar onde o indivíduo deslocado considera abertamente a linha em que se encontra como tão boa quanto qualquer outra. Mas, além disso, os desviantes sociais sentem amiúde que não são simplesmente iguais a, mas melhores do que os normais, e que a vida que levam é melhor do que a vivida pelas outras pessoas que, de outra forma, eles seriam. Os desviantes sociais também fornecem modelos de vida para os normais mais inquietos, obtendo não só a sua simpatia, mas também adeptos (GOFFMAN, 2015, p.156).

Nesse sentido, o bandido assume enquanto tal tendo em vista que sua condição pode e é reconhecida pelos outros como desviante das normas que enquadram a todos, retiram suas liberdades e os colocam no lugar de excluídos. Porém, esse sujeito bandido não é um sujeito revolucionário ou, tampouco, um sujeito bandido social nos termos de Hobsbawm. Ele é, de fato, um novo tipo de sujeito social com uma nova identidade social construída a partir dos elementos proporcionados pela confusão da modernidade radicalizada. Ele também não é um sujeito vitimado ou vitimizado que passa pela vida apenas sobrevivendo, pelo contrário, ele é o protagonista de sua vida: dentro de sua comunidade periférica no papel de bandido com *status* e respeitado por seus iguais; quanto fora dela, na sociedade, no papel de elemento incômodo e impertinente às normas – o antagonista social dos seus diferentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. A criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v.21, n.61, p. 7-29, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. Modernidade e Holocausto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BECK, Ulrich. Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

BENEDITO, Mouzar. Meneghetti: o gato dos telhados. São Paulo: Boitempo, 2009.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido se desmancha no ar: aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

BIONDI, Karina. Junto e Misturado. Imanência e Transcendência do PCC. São Carlos: Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UFSCar, 2009.

BOLTANSKI, Luc. & CHIAPELLO, Éve. O novo espírito do capitalismo. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

BORGES, Paulo César Corrêa. O crime organizado. São Paulo: UNESP, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. Pontos e Bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

_____. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARVER, Terrell. The Postmodern Marx. Manchester: University Press, 1998.

CARVER, Terrell; CHAMBERS, S. Michael J. Shapiro: Discourse, Culture, Violence. Routledge, 2012.

DAMATTA, Roberto. Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

DENYER WILLIS, Graham. The Killing Consensus: police, organized crime, and the regulation of life and death in urban Brazil. Oakland, California: University of California Press, 2015.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Práticas punitivas na prisão: institucionalização do ilegal e legalização do arbitrário. In: XXXII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2008.

_____. Ocupando as brechas do direito formal: O PCC como instância alternativa de resolução de conflitos. *Revista Dilemas*, Rio de Janeiro, p.83-106, 2009a.

_____. Efeitos simbólicos e práticos do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) na dinâmica prisional. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, ano 3, edição 5, p. 128-144, ago/set, 2009b.

_____. A disciplina do PCC: a importância do (auto) controle na sociabilidade prisional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 2010.

_____. Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário nas prisões. *Tempo Social*, São Paulo, v. 23, n. 2, nov. p.213-233, 2011.

FELTRAN, Gabriel de Santis. O legítimo em disputa: as fronteiras do mundo do crime nas periferias de São Paulo. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, São Paulo, v. 1, p. 93-126, 2008.

_____. Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. *Lua Nova*, São Paulo, 79: 201-233, 2010a.

_____. Crime e Castigo na Cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 23, n. 58, p.59-73, 2010b.

_____. *Fronteiras de Tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp: CEM: Cebrap, 2011.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. Rio de Janeiro: Editora GB, 1964.

FERRÉZ. *Capão pecado*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2000.

_____. *Manual prático do ódio*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *Microfísica do poder*. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

GARCIA, João. *Dioginho, o matador dos punhos de renda*. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2002.

GARCIA CANCLINI, Nestor. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1997.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002.

GÓES, Eda Maria. *A recusa das grades: rebeliões nos presídios paulistas: 1982-1986*. São Paulo, IBCCRIM, 2009.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HARVEY, David. *The Condition of Postmodernity*. Oxford: Blackwell, 1989.

_____. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1994.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26. Ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo. Diário de uma favelada. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1960.

JOCENIR. Diário de um detento: o livro. São Paulo: Labortexto Editorial, 2001.

JOZINO, Josmar. Cobras e Lagartos – a vida íntima e perversa nas prisões brasileiras. Quem manda e quem obedece no partido do crime. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

LAHUERTA, Milton. A democracia difícil: violência e irresponsabilidade cívica. Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 6, n. 10, p. 35-50, 2001.

LAHUERTA, Milton. (Org.); AGGIO, Alberto (Org.). Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

LINS, Paulo. Cidade de Deus. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sébastien. Les temps hypermodernes. Paris: Bernard Grasset, 2006.

_____. Os Tempos Hipermodernos. São Paulo: Barcarola, 2004.

LYOTARD, Jean-François. The Postmodern Condition: a report on knowledge. Manchester: MUP, 1984.

_____. A condição pós-moderna. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

MACHADO DA SILVA, Luis Antonio. Criminalidade Violenta: Por uma nova perspectiva de análise. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n.13, p. 115-124, 1999.

MALAFAIA, Wolney Vianna. O mal-estar na modernidade: O Cinema Novo diante da modernização autoritária (1964-1984). In: NÓVOA, Jorge e BARROS, José D'Assunção (orgs.) Cinema – História: teoria e representações sociais no cinema. 2ª ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MARQUES, Adalton. "Liderança", "proceder" e "igualdade": uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital. Etnográfica, Lisboa, v.14, n.2, p.311-335, 2010.

MARQUES, Eduardo. A Metrópole de São Paulo no século XXI. Espaços, heterogeneidades e desigualdades. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

MINGARDI, Guaracy. O Estado e o crime organizado. 1996. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. O que é crime organizado: uma definição das ciências sociais. Revista do Ilanud, São Paulo, n.8, p. 25-27, 1998.

MISSE, Michel. Malandros, Marginais e Vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. 1999. 413f. Tese (Doutorado em sociologia) – Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

_____. O Movimento. A constituição e reprodução das redes do mercado informal ilegal de drogas a varejo no Rio de Janeiro e seus efeitos de violência. EDUERJ. Rio de Janeiro, 2003.

_____. Crime e violência no Brasil contemporâneo. Estudo de sociologia do crime e violência urbana. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

_____. Crime, Sujeito e Sujeição Criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria 'bandido'. Lua Nova, São Paulo, n.79, p.15-38, 2010.

MONTEIRO, Ronaldo F. Do udigrudi às formas mais recentes de recusa radical do naturalismo. In: NOVAES, Aduino (org.), Anos 70: ainda sob a tempestade. Rio de Janeiro: Aeroplano / SENAC, 2005.

NASCIMENTO, Érica Peçanha do. 'Literatura marginal': os escritores da periferia entram em cena. 2006. 203f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. O Desafio de construir e consolidar direitos no mundo globalizado. Revista Quadrimestral de Serviço Social. São Paulo, nº 82, p.5-21 2005.

_____. Bem mais que Pós-Moderno: Poder, Sociedade Civil e Democracia na Modernidade Periférica Radicalizada. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, vol. 43, nº 001, p.46-56, 2007.

_____. Democracia, Ativismo e Modernidade Radicalizada na América Latina. Revista Polis 37, p.2-12, 2014.

ORTIZ, Renato. Mundialização e Cultura. São Paulo: Brasiliense, 2000.

RAMALHO, J. R. Mundo do Crime - a ordem pelo avesso. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Sociais do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

ROCHA, João Cezar de Castro. Dialéticas em colisão: malandragem ou marginalidade? Notas iniciais sobre a cena cultural contemporânea. Revista de Cultura Vozes, Petrópolis, 2003.

_____. A guerra dos relatos no Brasil contemporâneo. Ou: a 'dialética da marginalidade'. Revista Letras (Santa Maria), Santa Maria, v. 28-29, p. 153-184, 2004.

SACOLINHA. 85 letras e um disparo. São Paulo: Global, 2007.

_____. Graduado em Marginalidade. São Paulo: Confraria do Vento, 2011.

_____. Como a água do rio. São Paulo: Aeroplano, 2012.

SALLA, Fernando. Prisões em São Paulo 1822-1940. São Paulo: Anablume/Fapesp, 1999.

_____. De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, ano 1, edição 1, p. 72-90, 2007.

SCHWARZ, Roberto (org.). Os pobres na literatura brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1983.

SILVA, Rogério de Souza. Cultura e violência: autores, polêmicas e contribuições da literatura marginal. 2006. 119f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara.

SENNETT, Richard. A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. A Cultura do Novo Capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SOARES, Luiz Eduardo. Meu casaco de general: quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, Luiz Eduardo; MV BILL; ATHAYDE, Celso. Cabeça de porco. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

TEIXEIRA, Alessandra. Dispositivos de Exceção e Novas Racionalidades do Sistema Punitivo: o surgimento do PCC e o modelo RDD. Revista Perspectivas/UNESP, São Paulo, v.36, p. 175-208, 2009.

TOURAINÉ, Alain. Um Novo Paradigma: para compreender o mundo de hoje. Petrópolis: Vozes, 2006.

VAZ, Sérgio. Cooperifa: antropofagia periférica. São Paulo: Aeroplano, 2008.

_____. Literatura, pão e poesia. São Paulo: Global, 2011.

_____. Literatura marginal brasileira ultrapassa fronteira das periferias. Deutsche Walle, Berlim, 25/maio/2013.

WACQUANT, Loïc. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. Onda Punitiva: o novo governo da insegurança social. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, n.9, v.1, p.5-41, 1997.

ZALUAR, Alba. Condomínio do Diabo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

_____. Integração Perversa: Pobreza e tráfico de Drogas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ANEXOS

ATIVIDADES ACADÊMICAS DURANTE O DOUTORADO

PARTICIPAÇÕES EM CONGRESSOS

PARTICIPAÇÕES EM CONGRESSOS EM 2014

Primeiro Seminário Interno dos Pesquisadores do Laboratório de Política e Governo da UNESP: Instituições, Cultura Política e Intelectuais.

Em abril de 2014 apresentei o trabalho *O PCC, o sujeito bandido e o mundo do crime: um estudo a partir das manifestações artísticas marginais* no evento organizado pelo Laboratório de Política e Governo da UNESP (LABPOL) intitulado Primeiro Seminário Interno dos Pesquisadores do Laboratório de Política e Governo da UNESP: Instituições, Cultura Política e Intelectuais. Na ocasião pude apresentar as ideias iniciais do projeto de doutorado juntamente com reflexões oriundas da conclusão do mestrado recém terminado. O trabalho contou com os comentários do Professor Doutor Carlos Henrique Gileno da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FLCAr/UNESP) e dos colegas que integravam a mesa: Doutoranda Fernanda Feijó, Doutoranda Ana Paula Silva e Doutorando João Mauro Gome Vieira de Carvalho.

4º Ateliê do Pensamento Social - Afazeres e Escritos: pensando a pesquisa e a publicação com o trabalho

O plano de pesquisa intitulado *O “sujeito bandido” e o “mundo do crime”: um estudo a partir das manifestações artísticas marginais* foi exposto em setembro de 2014 no Workshop Internacional do 4º Ateliê do Pensamento Social - Afazeres e Escritos: pensando a pesquisa e a publicação com o trabalho promovido pelo Laboratório de Pensamento Social/CPDOC da Fundação Getúlio Vargas na cidade do Rio de Janeiro. O projeto, ainda em sua fase inicial, foi discutido e comentado pelos Professores Doutores Mario Augusto Medeiros da Silva da Universidade de Campinas (UNICAMP) e Wander Miranda da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Colóquio Internacional Justiça, Política e Sociedade

Em outubro deste ano participei do Colóquio Internacional Justiça, Política e Sociedade promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos onde apresentei o texto *As Consequências do Encarceramento em Massa: Uma Reflexão Transnacional* que contou com os comentários do Professor Doutor Gessé Marques Junior da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP).

XIII Semana de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Nas Teias da Memória e da Imaginação

Em novembro voltei a apresentar, com alguns avanços teóricos, o projeto *O “sujeito bandido” e o “mundo do crime”: um estudo a partir das manifestações artísticas marginais* na XIII Semana de Pós-Graduação em Ciências Sociais promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras, *campus* de Araraquara. O trabalho contou com os comentários dos Professores Doutores Augusto Caccia-Bava Júnior e Paulo José Brando Santilli, ambos da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAr/UNESP).

PARTICIPAÇÕES EM CONGRESSOS EM 2015

VIII Congresso Latino-Americano de Ciência Política

Em julho de 2015 apresentei o trabalho *As Políticas Públicas de Segurança do Estado de São Paulo e a expansão do Primeiro Comando da Capital (PCC) durante a década de 1990 e início dos anos 2000* no VIII Congresso Latino-Americano de Ciência Política promovido pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP) em Lima, capital do Perú. Na ocasião o texto foi discutido com as Professoras Doutoras Nelly Rosa Caro Luján docente da instituição de ensino superior El Colegio Mexiquense e Azul América Aguiar-Aguilar pesquisadora da Universidade de Guadalajara México.

Violência e Incivildade: perspectivas sobre o Brasil e Peru

Em agosto de 2015 coordenei e apresentei o seminário *Violência e Incivildade: perspectivas sobre o Brasil e Peru* promovido pelo Departamento de Antropologia, política e Filosofia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara e organizado pelo Laboratório de Política e Governo da UNESP (LABPOL). Este evento teve como debatedor central o Professor Doutor Milton Lahuerta da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara e contou com as

presenças e apresentações dos pesquisadores Sofía Vizcarra e Nicolás Zevallos ambos integrantes do Laboratório de Criminologia e Estudos de Violência da Pontifícia Universidade Católica do Peru (PUCP).

XXX Congresso Latino-americano de Sociologia

No final de novembro e início de dezembro de 2015 participei do XXX Congresso Latino-americano de Sociologia promovido pela Associação Latino-americana de Sociologia (ALAS) na cidade de San Juan na Costa Rica apresentando dois trabalhos: o primeiro intitulado *Educação Política e Empoderamento da Juventude: a experiência do Parlamento Jovem em Araraquara – SP* que escrevi em parceria com as Doutorandas Fernanda Feijó e Eliane da Conceição Silva e, o segundo, *América Latina tras las Rejas: el Encarcelamiento Masivo como Política Pública de Seguridad*, escrito em coautoria com Professor Doutor Milton Lahuerta. Na ocasião também fui moderador da mesa Controle Social Formal do Grupo de Trabalho *Corrupción, violencia social, crimen organizado y seguridad*.

APRESENTAÇÃO EM CONGRESSOS EM 2016

IV Congresso Nacional de Ciência Política

Em setembro fiz a exposição do texto *La Construcción de la Identidad del “Sujeto Delincuente” y del “Mundo del Crimen” en Brasil* no IV Congresso Nacional de Ciência Política promovido pela Associação Colombiana de Ciência Política (ACCPOL) na cidade de Bogotá. O trabalho contou com os comentários do Professor da Universidade Javeriana de Bogotá Neftalí David Suárez Rivero, bem como, com a colaboração dos colegas participantes da mesa

XV Semana de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Ciências Sociais em Tempos de Crises: novos dispositivos de controle e retração de direitos

Em outubro de 2016 o trabalho *A Construção da Identidade do Sujeito Bandido e do Mundo do Crime em contextos de Modernidade Periférica Radicalizada* foi apresentado na XV Semana de Pós-Graduação em Ciências Sociais promovida pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. O texto foi comentado pelo Professor Doutor Jorge Luiz Mattar Villela, bem como, contou com a colaboração dos demais expositores do grupo de trabalho.

PUBLICAÇÕES

PUBLICAÇÕES EM ANAIS DE CONGRESSOS EM 2014

MOREIRA, A. As Consequências do Encarceramento em Massa: uma reflexão Transnacional. In: Colóquio Internacional Justiça, Política e Sociedade, 2014, São Carlos. Seminário do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Colóquio Internacional Justiça, Política e Sociedade. São Carlos: UFSCar, 2014.

PUBLICAÇÕES EM ANAIS DE CONGRESSOS EM 2015

MOREIRA, A.; LAHUERTA, M. América Latina tras las rejas el Encarcelamiento Masivo como Política Pública de Seguridad. In: XXX Congreso Latinoamericano de Sociología ALAS 2015, San José. XXX Congreso Latinoamericano de Sociología ALAS 2015. San José: ALAS, 2015.

MOREIRA, A.; Silva, E.C.; Feijó, F. Educação Política e empoderamento da juventude: a experiência do Parlamento Jovem em Araraquara? SP. In: XXX Congreso Latinoamericano de Sociología ALAS 2015, 2015, San José. XXX Congreso Latinoamericano de Sociología ALAS 2015. San José: ALAS, 2015.

MOREIRA, A.; Feijó, F.; Silva, E.C. O Projeto Parlamento Jovem e a Formação Política de Jovens Cidadãos. In: IV ENESEB - Encontro Nacional sobre Ensino de Sociologia na Educação Básica, 2015, São Leopoldo. Anais do IV Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica, 2015.

MOREIRA, A. As Políticas Públicas de Segurança do Estado de São Paulo e a Expansão do Primeiro Comando da Capital (PCC) durante a década de 1990 e início dos anos 2000. In: VIII Congresso Latino-Americano de Ciência Política - ALACIP 2015, 2015, Lima. Anales VIII Congreso Latinoamericanos de Ciencia Política - ALACIP. LIMA: ALACIP, 2015. p. 1-17.

PUBLICAÇÕES EM ANAIS DE CONGRESSOS EM 2016

MOREIRA, A.; LAHUERTA, M. La construcción de la Identidad del sujeto delincuente y del mundo del crimen. In: Democracia, Construcción de Paz y Procesos Constituyentes, 2016, Bogotá. Asociación Colombiana de Ciencia Política (ACCPOL), 2016. v. 1. p. 367-382.

PUBLICAÇÕES EM PERIÓDICOS ACADÊMICOS EM 2014

MOREIRA, A.; Batalhão, André Cavalcante da Silva; Canella, Murilo. A revitalização a Avenida Sete De Setembro: as potencialidades do Novo, a Crítica do presente. Revista UNIARA, v. 17, p. 81-96, 2014.

PUBLICAÇÕES EM REVISTAS DE NOTÍCIAS EM 2016

MOREIRA, A. Vivendo entre Grades: encarceramento em massa e política pública de segurança. Sociologia, São Paulo, p. 35 - 43, 01 set. 2016.

PROJETOS DE EXTENSÃO

PARTICIPAÇÃO EM PROJETO DE EXTENSÃO EM 2014

Projeto Parlamento Jovem - Ensino Fundamental – 2014

No ano de 2014 participei da primeira edição do Projeto Parlamento Jovem do Ensino Fundamental na cidade de Araraquara promovido pelo Laboratório de Política e Governo da UNESP em parceria com as Escola do Legislativo Municipal de Araraquara. Desenvolvi atividades voltadas para a elaboração de material didático usado em sala de aula com alunos do projeto, bem como, atuei como professor durante os Cursos de Formação Política e nas Oficinas de Processo Legislativo Municipal.

O Parlamento Jovem é uma atividade que compreende pesquisa e docência. A pesquisa visa o levantamento e a sistematização do material didático existente a respeito do Poder Legislativo no Brasil voltado para o público jovem, bem como, subsidiar as atividades docentes do Curso de Formação Política e da Oficina de Processo Legislativo do Legislativo Municipal, as quais são ministradas para os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental das redes municipal, estadual e particular de ensino de Araraquara. O objetivo do Curso de Formação Política é fazer com que os alunos entendam o valor da política, o papel dos poderes, em particular, do poder legislativo municipal e o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro.

PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS DE EXTENSÃO EM 2015

Projeto Parlamento Jovem - Ensino Médio – 2015

No primeiro semestre de 2015 participei da primeira edição do Projeto Parlamento Jovem do Ensino Médio na cidade de Araraquara promovido pelo Laboratório de Política e Governo da UNESP em parceria com as Escola do Legislativo Municipal de Araraquara. Nesta edição atuei como professor durante os Cursos de Formação Política e nas Oficinas de Processo Legislativo Municipal.

O Parlamento Jovem é uma atividade que compreende pesquisa e docência. A pesquisa visa o levantamento e a sistematização do material didático existente a respeito do Poder Legislativo no Brasil voltado para o público jovem, bem como, subsidiar as atividades docentes do Curso de Formação Política e da Oficina de Processo Legislativo do Legislativo Municipal, as quais são ministradas para os alunos do 2º ano do Ensino Médio das redes municipal, estadual e particular de ensino de Araraquara. O objetivo do Curso de Formação Política é fazer com

que os alunos entendam o valor da política, o papel dos poderes, em particular, do poder legislativo municipal e o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro.

Projeto Parlamento Jovem - Ensino Fundamental – 2015

No segundo semestre de 2015 participei da segunda edição do Projeto Parlamento Jovem do Ensino Fundamental na cidade de Araraquara promovido pelo Laboratório de Política e Governo da UNESP em parceria com as Escola do Legislativo Municipal de Araraquara. Desenvolvi atividades voltadas para a elaboração de material didático usado em sala de aula com alunos do projeto, bem como, atuei como professor durante os Cursos de Formação Política e nas Oficinas de Processo Legislativo Municipal.

O Parlamento Jovem é uma atividade que compreende pesquisa e docência. A pesquisa visa o levantamento e a sistematização do material didático existente a respeito do Poder Legislativo no Brasil voltado para o público jovem, bem como, subsidiar as atividades docentes do Curso de Formação Política e da Oficina de Processo Legislativo do Legislativo Municipal, as quais são ministradas para os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental das redes municipal, estadual e particular de ensino de Araraquara. O objetivo do Curso de Formação Política é fazer com que os alunos entendam o valor da política, o papel dos poderes, em particular, do poder legislativo municipal e o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro.

GRUPO DE ESTUDOS

PARTICIPAÇÕES EM GRUPO DE ESTUDOS

LabPol - Laboratório de Política e Governo – FCLAR – UNESP – Araraquara

Sou membro pesquisador do Laboratório de Política e Governo da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho do *campus* Araraquara desde do ano de 2012.

O LabPol é um grupo de pesquisa e análise, liderado pelo Professor Doutor Milton Lahuerta e dedicado a atividades de investigação nas áreas de cultura política, pensamento político brasileiro, instituições, gestão e políticas públicas. Além disto, tem dado especial importância à participação da sociedade civil na vida política e à temática da representatividade democrática nesta mesma esfera. O Parlamento Jovem, uma atividade que tem entre seus objetivos contribuir com a educação política dos estudantes, foi um exemplo do esforço que o LabPol vem empreendendo no desenvolvimento de estudos sobre esta temática.